

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ligia Vieira Bruno

Um olhar decolonial sobre a imprensa brasileira:
dos embates políticos no século XIX às novas possibilidades de expressão no digital

Mestrado em História da Ciência

São Paulo
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ligia Vieira Bruno

Um olhar decolonial sobre a imprensa brasileira:
dos embates políticos no século XIX às novas possibilidades de expressão no digital

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História da Ciência com enfoque em Humanidades Digitais, sob a orientação do Profº Drº José Luiz Goldfarb.

São Paulo
2023

Banca Examinadora

Dedico esta dissertação à minha mãe, Maria Alice Vieira, que me ensinou os valores da História; ao meu pai, Fernando Bruno, que me ensinou os valores da Ciência; e aos meus professores, José Luiz, Maria Helena e Ana Maria, pelas estradas de conhecimento que caminhamos juntos em sala de aula. Agradeço por suas valiosas presenças em minha trajetória profissional.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Código de Financiamento 001 – processo número 130123/2022-6. Agradeço imensamente ao CNPq pela bolsa de estudos concedida, e pelo auxílio financeiro que possibilitou dedicação às aulas e atividades do programa de pós-graduação.

AGRADECIMENTOS

O estudo da História da Ciência é como um livro de segredos revelado. A pesquisa nessa área é como tirar nó de correntinha: um trabalho paciente e minucioso que revela uma jóia rara e portas de entrada para novas fontes de memória. É uma viagem através da história não vista, não dita: interpretada. Agradeço imensamente a todos que me acompanharam nestes dois anos de uma densa maratona de novos conhecimentos, me embrenhando em um campo de estudos interdisciplinar que me abre novas possibilidades de repensar a minha realidade.

A meu pai, Fernando Bruno. Me lembro que, quando eu era criança, você me dava o caderno Ilustrada do jornal para que eu lesse ao seu lado. Agradeço pela cultura literária na qual você me inseriu, e por todas as oportunidades que você me deu de continuar sempre estudando.

A minha mãe, Maria Alice, por nossas conversas sobre História, e a meu irmão Vitor e minha cunhada Letícia, por todos os livros e filmes que trocamos nos últimos anos. Agradeço pelo apoio cotidiano de vocês no meu caminhar por este mestrado, e por todos os momentos que vivemos nestas circunstâncias.

A Carol Maria. Por seu apoio emocional inestimável neste processo de dois anos, no qual por muitas vezes duvidei de mim mesma e duvidei que seria capaz. Agradeço seu companheirismo, seu amor, e todos os seus incentivos diários para terminar este trabalho.

A Mariana Vieira, companheira de classe há seis anos, com quem compartilhei a carreira e a vida. Obrigada por todas as trocas de ideias e de emoções, tanto na classe como no parque.

A Samara, Julio, Flávio, Elifaz, Marcelo, Ana Lúcia, Gabriel, Juliana, Clayton e Marco, colegas de classe em várias aulas, com os quais tive valiosas trocas de ideias e debates filosóficos.

Ao professor Marcelo Prioste, orientador na minha graduação, à professora Jane de Almeida e ao professor Marcus Bastos, que compuseram minha banca na graduação em Comunicação e Multimeios. Nunca tirei de vista os ensinamentos multimidiáticos que aprendi com vocês, e que certamente somaram e contribuíram diretamente na realização desta dissertação.

Agradeço aos meus professores Maria Helena, Ana Maria e José Luiz, entre tantos outros docentes que lutaram para manter de pé um curso de pós graduação diferenciado, acolhendo alunos vindos de graduações diversas, e sendo capazes de criar um ambiente de sala de aula permeado por discussões interdisciplinares e olhares para o passado, presente e futuro.

Agradeço a todos os amigos, colegas e professores que me acompanharam nessa jornada.

RESUMO

Esta dissertação propõe estudar o papel da imprensa no Brasil através da ótica do pensamento decolonial, buscando compreender como a epistemologia decolonial é capaz de incentivar a busca por novas fontes para a mídia que circula no jornalismo digital, bem como se é capaz de gerar uma reflexão sobre o formato da comunicação no Brasil, consolidado por diretrizes positivistas eurocêntricas. A pesquisa traça uma linha historiográfica desde a invenção da impressão com tipos móveis na Europa no século XV, que precede o advento do capitalismo mercantil e o início dos processos colonizatórios no Brasil; passando pela consolidação da imprensa brasileira no século XIX no movimento republicano, e em diálogo constante com as ideias positivistas da Modernidade que se solidifica na Europa; e chegando na imprensa no mundo digital do século XXI, e às possibilidades que surgem com uma maior democratização do conhecimento no digital - como a possibilidade do pensamento decolonial, que busca reverter diretrizes culturais firmadas na mídia desde o nosso recente passado colonial.

Palavras-chave: Imprensa - Jornalismo - Colonização - Positivismo - Decolonial - Digital.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the role of the press in Brazil through the lens of the decolonial thinking, seeking to understand how the decolonial epistemology can encourage the search for new sources for the media that circulates in digital journalism, as well as whether it is capable of generating a reflection on the format of communication in Brazil, consolidated by eurocentric & positivist guidelines. This research traces a historiographic line from the invention of the printing press in Europe in the 15th century, which precedes the advent of mercantile capitalism and the beginning of colonization processes in Brazil, going through the consolidation of the brazilian press in the 19th century, on the way to the Republic, and in constant dialogue with the positivist ideas of the Modernity that was solidifying in Europe, and getting to the press in the digital world of the 21st century, and the possibilities that arise with the greater democratization of knowledge in the digital environment - and to the possibility of the Decolonial thinking, which seeks to reverse cultural guidelines established in the media since our recent colonial past.

Keywords: Press - Journalism - Colonization - Positivism - Decolonial - Digital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do cartógrafo Martin Waldseemüller (1513).....	10
Figura 2 - 1ª edição do jornal <i>O Globo</i> (1925).....	12
Figura 3 - Edição de <i>O Globo</i> (1940).....	13
Figura 4 - Edição especial da revista <i>Manchete</i> (1970).....	14
Figura 5 - 1ª edição do jornal <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> (1808)	30
Figura 6 - 1ª edição do jornal <i>Homem de Côr</i> (1833).....	39
Figura 7 - Coluna retirada da 1ª edição do <i>Gazeta de Notícias</i> , (1875).....	40
Figura 8 - Edição nº 135 do <i>Gazeta de Notícias</i> , de 13 de maio de 1888.....	42
Figura 9 - Coluna retirada da edição de 14 de maio de 1888 do <i>Gazeta de Notícias</i>	43
Figura 10 - Capa do jornal <i>Província de São Paulo</i> de 15 de Novembro de 1889.....	44
Figura 11 - Edição do <i>Gazeta de Notícias</i> de 16 de Novembro de 1889.....	44
Figura 12 - Recorte extraído do jornal digital <i>G1</i> , de 10 de outubro de 2023.....	50
Figura 13 - Tira de quadrinhos do desenhista André Dahmer (2016).....	51
Figura 14 - Capa do jornal <i>O Porantim</i> , edição nº 448, de setembro de 2022.....	65
Figura 15 - <i>América Invertida</i> (1943), desenho do artista Joaquín Torres García.....	74

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo Um: A ideia de Ordem.....	6
1.1. A invenção da Modernidade, do eurocentrismo e do racismo: a prensa de Gutenberg como primeiro passo para a colonização das Américas	6
1.2. O sentido e a dialética da colonização no Brasil: uma história do Capitalismo.....	18
1.3. O colonialismo vivo no presente: por que a cosmovisão moderna ainda é uma das bases do contemporâneo?.....	21
1.4. A dialética decolonial: rupturas e continuidades do pensamento moderno no presente, e discussões sobre desafios epistemológicos em uma ecologia de saberes.....	23
Capítulo Dois: A ideia de Progresso.....	28
2.1. A imprensa no Brasil de 1808 a 1822: o ponto de vista dos fatos.....	29
2.2. Influências positivistas: quem são os homens da imprensa brasileira?.....	33
2.3. O racismo implícito e explícito na imprensa brasileira do século XIX ao XX e o papel da imprensa na Proclamação da República em 1889.....	37
2.4. As rupturas e continuidades do pensamento positivista no século XX: o nacionalismo na Educação e no Estado republicano.....	46
Capítulo Três: As novas ideias.....	55
3.1. O século XX e o advento da internet: as novas faces da notícia.....	56
3.2. Jornalismo digital: visualidade, oralidade, e o documento audiovisual.....	59
3.3. O decolonial e o digital: visibilidade para a imprensa negra e a imprensa indígena.....	64
Considerações finais.....	70
Bibliografia.....	77

*Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias mais do que os movimentos populares:
o jornalismo.*

Machado de Assis¹

¹ Publicado originalmente no jornal *O Espelho*. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1859.

INTRODUÇÃO

A realidade é subjetiva, e se materializa através de linguagem. A partir do momento que existe uma palavra para dar cabo de uma realidade, somos capazes de enxergá-la mais claramente. As histórias que nos formaram e que formam o mundo ao nosso redor são mediadas por discursos, e a linguagem que estrutura esses discursos é seletiva. Determinados discursos, ao longo da História da humanidade, se tornaram hegemônicos.

O trabalho do historiador da ciência se configura neste campo: de compreender o discurso por trás do historiador, identificando suas motivações, sua formação e seu contexto histórico. Esta análise, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica, e mediante uma abordagem epistêmica sobre as teorias, permite um vislumbre ambicioso: de tentar enxergar algo diferente na maneira como se construiu o conhecimento humano ao longo dos séculos.

Não necessariamente busca-se algo que seja “melhor”, pois um conhecimento sempre conterá em si contradições e desafios, mas também pode abranger possibilidades de enxergar a realidade de outra forma. O papel de um historiador da ciência é, em parte, identificar esses discursos e tentar realizar uma leitura crítica, com uma parcela de razão e uma parcela de contingência, que pode nos permitir observar a ciência de uma perspectiva privilegiada, trazendo algumas contribuições para os desafios do pensamento científico de nossa época.

Assim, esta Dissertação de Mestrado se pretende a caminhar por este mesmo campo de estudo dos conceitos por trás dos discursos, sendo o objeto desta análise os discursos da mídia jornalística brasileira. Pretende-se estabelecer um caminhar historiográfico que procura expor algumas das principais fontes que influenciaram a imprensa brasileira, com enfoque no papel dessa imprensa nos borbulhos políticos e sociais que marcaram o século XIX no Brasil. A pesquisa mostrará que, por mais que a mídia oficial proclamasse um tipo de discurso colonizado, a imprensa também foi se tornando um instrumento de resistência daqueles que foram oprimidos pela estrutura de determinados discursos predominantes.

O jornal é a documentação do cotidiano. Traz em si, independente da sua forma midiática, um conteúdo que as pessoas se sentem obrigadas a saber, porque as notícias afetam a sua vida. Aprender a ler e a filtrar as notícias é uma forma de sobrevivência em um mundo tão acelerado, multifacetado e complexo como é hoje, no século XXI. Antes da disseminação da imprensa na Europa, as notícias eram transmitidas oralmente, sendo lidas em voz alta na rua, ou de forma privada, através de cartas trocadas entre governantes.

Por muitas vezes ao longo da história, o jornal foi a primeira literatura de muitas pessoas. Dentro de suas formas, conteúdo e função, carrega em si não apenas as relações entre ciência, arte, técnica e tecnologia de sua época e cultura, como também a história dos formatos que antecederam a mídia jornalística desde o início da imprensa moderna. “Impressão,

pólvora e bússola: Estas três mudaram toda a face e o estado das coisas em todo o mundo; a primeira nas letras, a segunda na arte militar e a terceira na navegação”(Bacon, 1620)².

Apesar de a prensa metálica de Johannes Gutenberg ter sido inventada no século XV, somente no século XVII há registros dos primeiros semanários de periodicidade regular. Em 1622 surge em Londres o *Weekly News* que, em 1638, viria a ser o primeiro a publicar notícias estrangeiras. A atividade jornalística teve início em Portugal em 1641, na Itália em 1645, e na Espanha e na Polônia em 1661. A disseminação da invenção de Gutemberg acontece em meio a outros contextos da época, como a eclosão dos pensamentos que culminaram na ciência moderna do século XVI, e a formulação do capitalismo mercantil junto a ideais civilizatórios, que culminaram no início das navegações às Índias, que por sua vez resultam na colonização da América Latina e na invenção europeizada da *Terra Brasilis*.

Em meio aos 200 anos de colonização que se sucederam, a disseminação da tecnologia de impressão desempenhou um papel significativo na facilitação do processo colonialista das Américas. A imprensa facilitou a divulgação de ideias e propagandas colonialistas, pois as potências coloniais podiam imprimir e distribuir as suas mensagens de forma mais ampla e eficiente. Isso ajudou a solidificar uma narrativa dominante, que retratava o colonialismo como um processo benevolente e necessário de civilizar e modernizar os povos originários das Américas e os povos negros escravizados e trazidos à força da África.

A tecnologia de impressão também ajudou as potências coloniais a controlar a informação e suprimir a dissidência, ao controlar as impressoras e regulamentar o que poderia ser impresso. Os colonizadores europeus poderiam censurar informações e promover seus próprios pontos de vista, ao mesmo tempo em que cometiam o genocídio cultural dos povos indígenas originários e dos povos afrodescendentes. Ao chegar ao Brasil em 1808, o então rei de Portugal D. João VI funda a Imprensa Régia, decretando a censura prévia de todas as publicações. O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, foi fundado em 1808, mas era impresso em Londres. Logo depois nasce a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que marca um prenúncio do que viria a ser o jornalismo brasileiro por pelo menos mais um século.

Com a invenção do telégrafo em 1844, começava uma nova era na história das comunicações, pois os jornais passaram a dispor de mais notícias e mais atualizadas para publicar, vindas de todas as partes do mundo. Em 1901, o italiano Guglielmo Marconi registrou sua patente pela invenção do rádio, e a primeira transmissão oficial do novo invento no Brasil aconteceu em 7 de setembro de 1922, no centenário da independência. A comunicação de notícias tornava-se cada vez mais veloz e instantânea.

Em 1927, o estadunidense Philo Farnsworth criou o modelo de televisão que conhecemos hoje, mas somente em 1950 aconteceu a primeira transmissão oficial da televisão no Brasil, com a TV Tupi de São Paulo. Já o primeiro passo que Neil Armstrong deu na Lua em

² Bacon, *Novum Organum*, 73.

1969 foi visto, na mesma hora, por milhões de telespectadores. Era um grande passo, também, na consolidação deste longo avanço dos meios de comunicação de notícias. Para saber o que se passava num lugar tão distante, o homem não precisava mais esperar pelas edições dos jornais. A televisão trouxe para o jornalismo a transmissão de imagem, som e movimento de forma instantânea, e transformou a forma de se fazer reportagens e transmitir notícias.

Em 1988 a internet chega ao Brasil, e novos processos iniciam o século XXI, como a globalização e a democratização de conhecimentos através do meio digital. Seria a primeira mudança física - do analógico para o digital - do formato da mídia escrita desde a invenção dos tipos móveis, apesar do formato da leitura se manter o mesmo do analógico. A produção e disseminação de conteúdo jornalístico também deu um grande passo, e passou a ser feita de forma cada vez mais ágil, barata e acessível a um público cada vez maior.

A internet mudou a forma como as pessoas consomem e compartilham notícias, possibilitando a criação de reportagens mais profundas e impactantes. Por outro lado, a relação entre tecnologia e jornalismo também traz desafios, como a disseminação de *fake news* e a polarização do debate público nas redes sociais. Hoje, o campo das Humanidades Digitais trabalha para compreender as novas relações entre sociedade, cultura, ciência e tecnologia que se reformulam no ambiente digital, assim como o jornalismo digital hoje lida com novas pautas e novas formas de se contar o cotidiano, com novas diretrizes do que pode ser considerado notícia, de quais notícias viralizam, do que diferencia uma reportagem escrita e um vídeo de celular gravado por uma pessoa na rua, dentre outras novas situações.

Do século XX para o XXI, o mundo se globaliza, as democracias se consolidam, e acredita-se que há mais espaço e disposição para a discussão de novos discursos e novas ideias. Cresce a possibilidade da crítica ao eurocentrismo, e a possibilidade da teoria de que os processos coloniais e eurocêtricos prosseguem vivos no presente com outros nomes, como Imperialismo, Eugenia, Neonazismo e Fascismo. É neste cenário contemporâneo que se acredita ser viável trabalhar as ideias decoloniais.

O decolonialismo é um movimento intelectual e político que busca criticar a hegemonia das fontes de conhecimento e poder que foram estabelecidas pelo colonialismo, e que ainda persistem nas sociedades contemporâneas. Na década de 90, o decolonialismo começou a se consolidar como um campo de estudo e de militância no Brasil, especialmente por meio da articulação de intelectuais e ativistas negros e indígenas. A epistemologia³ do decolonialismo se baseia na crítica à epistemologia ocidental moderna, que se desenvolveu durante a colonização europeia das Américas e outras regiões do mundo, e que se fortaleceu durante o desenvolvimento do Positivismo e do Cientificismo, mascarada de uma suposta “Ordem e Progresso”. Segundo essa crítica, a epistemologia ocidental se baseia em uma visão

³ Epistemologia é o conhecimento dos signos, arquétipos e significados que compõem uma teoria do conhecimento, e como esses conceitos se validam e se solidificam na cultura. É o estudo de como se constrói e como se valida uma forma de conhecimento.

linearmente hierárquica do mundo, na qual o conhecimento produzido pelas elites europeias é considerado superior ao conhecimento produzido pelos povos colonizados e por outras culturas não-europeias. A teoria decolonial propõe portanto uma nova epistemologia, que reconheça a diversidade das formas de conhecimento que existem e existiram no mundo, e que valorize o conhecimento produzido por comunidades marginalizadas e povos tradicionais.

A partir do apanhado histórico e conceitual levantado, pretende-se discutir como a epistemologia decolonial, no contexto do objeto de estudo da mídia jornalística, pode ser capaz de criar uma comunicação mais ampla e democrática, bem como pode influenciar na formulação de uma historiografia brasileira que não reproduza mais o silêncio de culturas apagadas. Acredita-se que a imprensa possa desempenhar esse papel, como instrumento de resistência a estruturas hegemônicas, uma vez que as notícias não são apenas o registro do cotidiano, mas também a memória do que foi o cotidiano em outros contextos de época.

A temática será abordada dentro de uma esfera de análise historiográfica e uma esfera de análise teórico-metodológica, e conta com uma base bibliográfica de autores selecionados por suas experiências em analisar a História da Ciência Moderna e a História da Imprensa e das tecnologias da comunicação no Brasil. Acompanham esse apanhado histórico a análise de jornais e periódicos impressos no Brasil desde 1808, disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Uma das hipóteses levantadas com a pesquisa realizada é de que a invenção da prensa de Gutenberg é um marco histórico intimamente conectado com o início do Capitalismo e dos processos civilizatórios. Estas bases sistêmicas se consolidam na colônia brasileira através da censura por parte do Império e, posteriormente, através do Imperialismo e Liberalismo do início da República até o século XX.

Uma segunda hipótese é de que, com o advento da internet e a consolidação do pensamento decolonial e pós-colonial na década de 80, abrem-se novos horizontes para repensar a forma de comunicação do jornalismo digital, e como a epistemologia decolonial pode ser uma chave importante para gerar discussão acerca destas fontes da imprensa, além de abrir horizontes para enfrentar questões alarmantes do nosso contemporâneo, como o colapso ambiental e o ressurgimento de grupos de extrema-direita no Brasil.

A dissertação se dividirá em três capítulos de análise. No primeiro capítulo, será abordada a formulação conceitual destas bases da Modernidade, e se buscará compreender como a invenção da prensa impulsiona o princípio do colonialismo nas Américas, processo este que funda o Brasil na visão do europeu. No capítulo dois, entraremos em maior detalhe na imprensa brasileira do século XIX, buscando compreender o que permanece desse colonialismo em outras formas, como com as ideias do Positivismo, e o que muda na passagem para o século XX, com o início da República e as novas formas de opressão laboral que advém do capitalismo industrial. Por fim, no capítulo três, a pesquisa busca compreender a comunicação jornalística digital, num espaço virtual de convivência entre a escrita, a oralidade

e a visualidade, e como novas formas de comunicação podem ajudar a reverter determinados processos firmados pelo eurocentrismo moderno há tanto tempo no Brasil.

Espera-se que esta pesquisa possa servir como uma contribuição para a discussão de temáticas tão contemporâneas, mas que ainda dialogam com um passado de mais de cinco séculos. Espera-se também que o trabalho aqui realizado possa ser lido como uma reflexão acerca de discursos e conceitos que permeiam nosso cotidiano, e que reiteramos sem perceber, para que assim possamos nos atentar a não reproduzir equívocos do passado, mas sim que caminhemos na direção de construir uma sociedade mais justa e balanceada com o meio em que se vive e com aqueles que convive.

CAPÍTULO UM: A ideia de Ordem

1.1. A invenção da Modernidade, do eurocentrismo e do racismo: a prensa de Gutenberg como primeiro passo para a colonização das Américas

A história da ciência comumente considera os séculos XV, XVI e XVII um "marco histórico", isto é, um período de transição entre duas expressões de ciência: antiga e moderna. Contudo, deve-se ressaltar que a passagem de uma expressão de ciência para outra não se fez porque a ciência antiga era inferior, imprecisa e menos verdadeira em relação à moderna. Devemos aqui observar que a ciência moderna não é um aprimoramento de uma ciência antiga, visto que elas não só colocam diferentes questões, mas também expressam diferentes preocupações referentes à natureza, às técnicas e ao homem. (Saito, Beltran, 2014, p. 5)

A História tida como oficial, isto é, a versão dominante dos fatos, é comumente lida como a única versão dos fatos, e não como apenas mais uma interpretação discursiva da realidade documentada que descreve. A Ciência também foi e ainda é muito vista como um campo do conhecimento que passa por um filtro discursivo, de uma visão de ciência racionalizada e institucionalizada. De forma similar acontece no contar das notícias da imprensa: a notícia é transmitida através do ponto de vista de um redator, que transmite também suas opiniões, sua ideologia, sua política, sua forma de pensar e sua cultura.

A chamada Revolução Científica, que preconiza a invenção da modernidade europeia, só pôde constituir-se através do lucro obtido através dos processos colonizadores das Américas. A discussão central das consequências sofridas pelos nativos da América espanhola e portuguesa gira em torno do eurocentrismo, que coloca esse filtro do olhar europeu sobre a América Latina. A nomenclatura "América pré-colombiana" segue a mesma lógica da linguagem moderna quando se fala sobre "pré-História", ou mesmo "Idade Média" e "Renascimento" como algo intermediário entre o Clássico e o Moderno⁴. O prefixo pré, como algo pré-Colombo, é exemplo de um termo etnocêntrico, criado por historiadores positivistas do século XIX, e coloca a história e a cultura da Europa no centro de tudo. Dá a entender que, antes da escrita, não existia História, e antes de Colombo, não existia América.

O escritor e historiador Raymond Williams⁵ pesquisou inúmeros significados e seus contextos históricos, políticos e sociais para explicar o que o termo "moderno" carrega por trás de suas letras. Segundo o autor, *modern* entrou no inglês a partir da palavra francesa *moderne*,

⁴ Como se nada houvesse para ser estudado entre estes dois períodos, sendo que o período do Renascimento contém em si inúmeras rupturas e continuidades, e carrega diversas heranças do modo de vida feudal.

⁵ Williams, *Palavras-chave: vocabulário de cultura e sociedade*, 2007.

do latim tardio *modernus*. Os primeiros sentidos em inglês eram mais próximos de *contemporary*, no sentido de algo que existe, precisamente, no agora (Williams, 2007, p. 320).

Williams (2007, p. 321) explicita que esse contraste convencionalizado entre algo antigo e algo moderno estabeleceu-se antes do Renascimento, e um período médio ou “medieval” começou a ser definido desde o final do século XVI. O sentido desfavorável do moderno e suas palavras associadas persistem, mas ao longo do século XIX e muito marcadamente no século XX houve forte movimento na direção contrária, até que “moderno” tornou-se quase equivalente a algo que fosse “melhorado, satisfatório ou eficiente”.

Foi num contexto em que antigos e variados conhecimentos, procedentes do Oriente e da recém-descoberta América, começaram a chegar ao ocidente latino, que passava por grandes mudanças sociais, políticas e econômicas, que a ciência moderna encontrou seu caminho (Fumikazu, Beltran, 2014, p. 5). Segundo Fumikazu e Beltran (2014, p. 6), a ciência moderna se constitui “numa tensão entre saberes antigos e modernos”; os homens do medievo buscavam uma nova identidade, em um renascimento ou rompimento total com o passado, procurando firmar novas verdades que dialogassem com o contexto da Europa do século XV.

Esta ciência é comumente vista com significados genéricos de algo universal e único, mas foi produzida pelos interesses de uma sociedade e contexto de época específicos. A História da Ciência nasce ligada à própria ciência, também sob o ponto de vista de uma sociedade, com uma forma de conhecimento específica⁶. Mais do que um ramo da História ou da Filosofia, é uma justificativa da ciência que estava se formando, e tem portanto o perfil do debate que está gerando esta formação (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 11).

Alfredo Bosi (1992, p. 18) afirma que “o domínio do alfabeto, reservado a poucos, serve como divisor de águas entre a cultura oficial e a vida popular, e (...) o cotidiano colonial-popular se organizou e se reproduziu sob o limiar da escrita”. O historiador afirma que, sob o conhecimento da escrita tem vivido, desde o século XVI, uma cultura que se gestou (ou foi forçosamente gestada) em meio a um povo dominado pela cultura da modernidade europeia (Bosi, 1992, p. 38).

Anterior a esse contexto de permuta entre conhecimentos antigos e modernos, os mais antigos vestígios das técnicas de impressão de textos foram encontrados na China, berço das peças centrais da primeira prensa móvel - um novo instrumento técnico que exercera importante papel na disseminação do nacionalismo que se formulava na Europa. A arte da xilogravura iniciou-se na China no século III⁷, com uma técnica na qual se utilizavam selos de madeira para reproduzir desenhos gráficos em tecido e, posteriormente, em papel. O que há de inovador na xilogravura é que, com ela, passou-se a utilizar a tinta (Febvre, Martin, 1958).

⁶ Alfonso-Goldfarb. *O que é História da Ciência*, 11

⁷ Febvre & Martin. *O Aparecimento do Livro*, 1992, 67-115

Essa técnica chegou à Europa muito tempo depois de sua invenção na China. Por volta de 1450, o romano-germânico⁸ Johannes Gutenberg desenvolveu os primeiros tipos móveis fundidos em chumbo, e construiu uma prensa metálica. A Bíblia é o primeiro livro produzido na prensa de Gutenberg, que seguia ainda as características dos textos manuscritos, mas que, com a nova técnica, poderia agora ser copiado com mais facilidade e agilidade.

Antes da invenção da imprensa, os livros eram copiados à mão - um processo trabalhoso e demorado. Como resultado, os livros eram caros e raros, e as taxas de alfabetização eram baixas. A professora e historiadora da ciência Maria Helena Roxo Beltran afirma em suas pesquisas que, durante o século XIX, incrementaram-se as novas técnicas de impressão e de produção de papel, que aumentaram significativamente a rapidez e a tiragem das publicações, diminuindo os custos. Para se ter uma ideia daquela “nova velocidade tipográfica” pode-se ressaltar que, nas prensas manuais, dois trabalhadores imprimiam cerca de mil folhas numa jornada de oito horas, mas ao se utilizarem de uma prensa movida a vapor, passavam a imprimir dezesseis mil folhas (Beltran *apud* W. M. Ivins Jr, 1832, p. 154⁹).

Ao mesmo tempo, a população europeia começava a apresentar um nível de alfabetização considerável, o que favoreceu a busca dos editores por novos públicos. A grande imprensa e a literatura de divulgação viriam então a florescer. Mesmo casas editoriais que já contavam com compradores fixos, como o público-alvo de textos universitários, passaram a publicar livros destinados a audiências mais variadas e não especializadas, compostas por leitores que buscavam adquirir conhecimento em temas relacionados aos mais variados campos, entre os quais destacavam-se as ciências e as artes (Beltran *apud* Parinet, p. 34).

É possível afirmar que a verdadeira ruptura da cultura impressa com a cultura dos manuscritos ocorre com a possibilidade da disseminação de conhecimentos, fator este que acompanha outras transformações que ocorriam na cultura européia no século XV. Com o crescimento das cidades e do comércio por toda a Europa, vinha a necessidade de se saber o que ocorria em locais distantes. A invenção de Gutenberg, por permitir uma aceleração da reprodução de textos, foi de extrema importância para impulsionar os necessários novos métodos de divulgação de notícias.

De todas as novas características trazidas pela capacidade de duplicação própria da imprensa, a de preservação é possivelmente uma das mais importantes. Segundo a historiadora Elizabeth Eisenstein, a melhor maneira de preservar dados significativos consistia em torná-los públicos (Eisenstein, 1998). Essa novidade chocava-se com a tradição anterior à imprensa, do conhecimento preservado nos textos sagrados, disponíveis apenas a poucos

⁸ Refere-se ao Sacro Império Romano-Germânico, uma monarquia de caráter feudal que durou de 800 até 1806 na Europa Central e parte do Norte da Europa, e que posteriormente tornou-se o território da Alemanha, unificado como um Estado-nação moderno em 1871.

⁹ W. M. Ivins, Jr, *Imagen impresa y conocimiento*, p. 154; os dados referem-se à impressão do Penny Magazine, semanário fundado em 1832.

“iniciados” letrados. Esse aspecto disseminador da imprensa foi essencial na popularização da ciência moderna, e posteriormente do pensamento iluminista (Eisenstein, 1998).

Além da preservação através da divulgação, a padronização das formas de leitura e dos gêneros textuais, a partir do advento da imprensa, engendra uma nova etapa de revisão dos textos produzidos. Enxerga-se aí uma necessidade de governantes políticos e religiosos manterem a população europeia ainda dentro de uma mesma linha de pensamento e comportamento (Eisenstein, 1998). É possível afirmar que as decisões editoriais tomadas pelos primeiros impressores, no que diz respeito à apresentação e *layout*, muito provavelmente contribuíram para ordenar o modo de pensar dos leitores, com intenção clara de “educar” a população na direção de uma forma de pensamento e de construção do conhecimento.

O historiador Paul Glender (1993, p. 451) afirma que as relações entre forma e função estão estreitamente ligadas nos livros. Uma combinação de tamanho, tipo e *layout* de página oferecem sinais visíveis que informam o leitor sobre o conteúdo antes que ele comece a ler um livro. Livros que parecem diferentes, são diferentes: eles têm assuntos, propósitos e públicos diferentes (Glender, 1993, p. 451). Assim, mudanças básicas no formato de um livro poderiam conduzir a mudanças nos padrões de pensamento. A racionalização do formato contribuiu para sistematizar a educação formal em diversas áreas: “eram novas formas para realizar velhos objetivos” (Eisenstein, 1998, p. 84).

Inicia-se assim um processo de difusão de uma forma de conhecimento que se espalhará por toda a Europa, difundindo com isso as ideias que circulavam naquele período. Elizabeth Eisenstein afirma em sua pesquisa que a disponibilidade de livros impressos permitiu a disseminação de novas ideias científicas, filosóficas e artísticas, e ajudou a despertar um interesse renovado no aprendizado clássico. Além de uma tentativa de padronizar as formas de pensamento pré-existentes, o enriquecimento dos materiais de leitura também incentivou o desenvolvimento de novas combinações e permutas intelectuais, e a maior produção criou condições que favoreceram inicialmente novas combinações de velhas ideias e, mais tarde, a criação de sistemas de pensamento inteiramente novos. (Eisenstein, 1998).

Segundo a pesquisadora, a imprensa também contribuiu para o crescimento do nacionalismo e a formação dos Estados-nação modernos: “a duplicação de cartilhas e traduções vernáculas contribuiu de outros modos para o desenvolvimento do nacionalismo.” (Eisenstein, 1998). Materiais impressos, como jornais e panfletos, podiam ser produzidos e distribuídos com mais rapidez do que manuscritos, o que permitia a disseminação de notícias e informações em grandes áreas geográficas.

Em 1500 já havia cerca de 60 mil mapas impressos circulando na Europa. Os principais centros de produção eram cidades como Estrasburgo e Nuremberg onde, em 1492, o astrônomo e explorador Martin Behaim fabricou o primeiro globo terrestre. Os mapas renascentistas procuraram conciliar as informações trazidas pelas viagens de exploração com

os modelos geográficos clássicos, tais como os de Ptolomeu e Estrabão, que até então orientavam os estudos nesse campo (Correia, 2020).

O cartógrafo romano-germânico Martin Waldseemüller, por volta de 1507, foi responsável pelo primeiro mapa a representar a América e chamá-la por esse nome, e publicou junto um livro em que afirmava tratar-se, mais provavelmente, de uma ilha, não de um continente. Em outras edições do mesmo mapa, Waldseemüller não utilizou a denominação América, e sim *Terra Incognita*. Segundo Correia (2020), o mapa (Fig.1) foi impresso por meio da técnica da xilogravura em madeira.



Figura 1. Mapa de Waldseemüller *Orbis typus universalis iuxta hydrographorum traditionem*, de 1513.

Talvez uma das maiores novidades que os textos clássicos ajudaram a produzir foi a própria descoberta da América. Parece que Colombo, lendo um desses textos, chegou a conclusão de que navegando para o Ocidente ele chegaria ao Oriente (as Índias), porque a terra era redonda. E isto era algo que poucos europeus acreditavam naquela época, mas que vários pensadores antigos já tinham imaginado. (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 19)

O primeiro relato da vista europeia sobre essa *Terra Incógnita* é a carta de depoimento escrita entre abril e maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Pedro

Álvares Cabral. Caminha envia a carta ao Rei de Portugal, D. Manuel I, informando-o sobre o andamento da expedição de Cabral. A carta de Caminha conta quais foram as primeiras impressões que os descobridores tiveram da nova terra, e relata as explorações territoriais feitas pelos tripulantes ao desembarcarem. Descreve também o tipo de vegetação da costa, o relevo, o clima e os primeiros contatos entre portugueses e povos originários:

“Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o Sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. (...) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E de tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.” (Caminha, 1500)

Segundo as pesquisadoras Julia Silveira Matos, Luciane dos Santos Avila e Fernanda dos Santos (2023), o discurso de Caminha demonstra um pensamento moderno europeu de explorador de novas terras e possuidor do outro, que é considerado, no olhar europeu, inferior e incivilizado. Na época das navegações intercontinentais, a mentalidade vigente era que o homem tinha direito e domínio sobre a natureza. A finalidade das viagens não tinha somente cunho exploratório sobre o território, mas também sobre as pessoas que ali viviam.

Na visão moderna, o mundo estava aberto para os europeus, e possuía riquezas infinitas prontas para serem exploradas, bem como povos prontos a serem civilizados (Matos; Avila; Santos; p. 969). O Estado instituído legitimava as ações, pois na lógica europeia do século XVI, quando a concorrência entre mercados era acentuada, colonizar outros povos significava acumular riqueza e monopolizar o poder. A partir da análise da carta escrita por Caminha, as autoras afirmam que o uso deste documento é dinâmico para o entendimento da mentalidade da Idade Moderna, e contida nela, a mentalidade do colonialismo europeu. Reconhecer a carta como certidão de nascimento do Brasil é, portanto, validar a história eurocêntrica (Matos, Avila, Santos, p. 969).

Assim, a partir das diretrizes na carta, iniciou-se a exploração do solo brasileiro, o que ocorre até hoje, em diferentes formatos e com diferentes diretrizes, em especial no que restou de recursos naturais da floresta amazônica. Segundo dados publicados pelo Instituto Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, s.d.), em 1637, Portugal encomendou a primeira grande expedição à região amazônica, com cerca de 2 mil pessoas. A exploração de frutos como o cacau e a castanha ganham uma forte conotação comercial, e a partir do século

XVIII, a agricultura e a pecuária passam a ter papel fundamental na região. Como a mão-de-obra indígena já não era mais suficiente, homens e mulheres africanos começaram a chegar à região, em caravelas utilizadas para o tráfico negreiro, na condição de escravizados.

As revoluções Industriais dos séculos XVIII e XIX representaram um marco na ocupação da Amazônia. Com as fábricas britânicas operando em total capacidade, a floresta brasileira se tornou uma fonte crucial de matéria-prima para a borracha, conhecida na época como "ouro negro". Incentivados pelo governo, milhares de brasileiros e estrangeiros migram para a região¹⁰. A exportação de borracha gerou uma prosperidade sem precedentes, levando à construção de importantes infraestruturas, como a estrada de ferro Madeira-Mamoré.



Figura 2. 1ª edição do jornal O Globo, de 29 de julho de 1925. Já nesse dia, a Amazônia foi tema de destaque na primeira página.

Porém, a ferrovia foi um fracasso: a borracha brasileira começa a ser desvalorizada no mercado externo justamente na época de sua construção¹¹. O primeiro boom da borracha brasileira dura pouco: já em 1900, o produto começa a ser fortemente explorado na Ásia,

¹⁰ Segundo os dados do Imazon, estima-se que, entre 1870 e 1900, 300 mil nordestinos tenham migrado para a região. Porém, embora recrutados para trabalhar nos seringaais, esses imigrantes não tinham acesso às terras.

¹¹ Nos anos 30, a estrada Madeira-Mamoré foi parcialmente desativada e, em 1972, parou de funcionar totalmente, após decreto do então Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco.

interrompendo a primazia brasileira. A região amazônica entra em decadência. Com a Segunda Guerra Mundial, os aliados perderam acesso ao produto asiático, colocando o Brasil novamente na rota do comércio mundial.



Figura 3. Edição de O Globo em 11 de outubro de 1940.

A ditadura militar de 1964 também deixou suas marcas na ocupação da Amazônia. Nessa época, começaram as grandes obras rodoviárias em direção à Amazônia. A Rodovia Transamazônica é inaugurada em 1972 e, dois anos depois, fica pronta a Rodovia Belém-Brasília. Por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o governo oferece incentivos aos interessados em produzir na região, mas apesar da onda migratória, praticamente todas as terras ainda pertenciam oficialmente à União e aos estados. Após anos de incentivos à ocupação da Amazônia, os sinais de destruição ficam mais claros: em 1978, a área desmatada chega a 14 milhões de hectares.



Figura 4. Edição especial da revista *Manchete* lançada em outubro de 1970, dedicada à "conquista" da floresta, viabilizada pela abertura da rodovia Transamazônica.

Longe dali, uma descoberta iria influenciar o futuro da Amazônia. Em 1974, Frank Rowland e Mario Molina provam que substâncias utilizadas em aerossóis e sistemas de refrigeração destroem a camada de ozônio. O assunto ganha repercussão internacional, e os desmatamentos nas florestas começam a ser questionados.

Assim, as discussões sobre meio ambiente começaram a mudar na década de 1980, e o assassinato do líder sindical Chico Mendes em 1988 é considerado um “divisor de águas” na história da Amazônia¹². Segundo o Instituto Imazon (2013), a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, batizada de Eco-92, fixa a questão ambiental e a Amazônia na pauta das grandes discussões mundiais. A ideia de que as florestas precisam ser preservadas conquista o imaginário popular.

Percebe-se, através dos dados levantados do Instituto Imazon, que a história da ocupação da Amazônia é marcada por ciclos econômicos, pressões internacionais e desafios ambientais, com o desmatamento hoje atingindo níveis preocupantes. Incorpora-se alguns trechos dessa história como um estudo de caso desta pesquisa para tentar demonstrar um recorrente desejo de expandir e explorar as terras brasileiras colonizadas, desejo este que primeiramente vem de países colonizadores, e posteriormente é também incorporada à agenda

¹² O assassinato de Chico Mendes repercutiu internacionalmente, e, a partir desse crime denunciado, o governo brasileiro passa a sofrer pressões internacionais a respeito de suas políticas para a Amazônia.

do próprio governo brasileiro, que reproduz os interesses internacionais e entrega os recursos naturais do país nas mãos de instituições privadas estrangeiras.

Junto à exploração das terras colonizadas, se soma a exploração de seus povos originários, erroneamente generalizados pela palavra índios¹³, que dividiam-se em quatro grupos linguístico-culturais: tupi, jê, aruaque e caraíba. Os povos originários do Brasil foram exterminados junto da terra que não apenas habitavam, mas com a qual tinha estabelecido uma outra relação com a natureza, muito diferente daquela trazida pelo homem moderno europeu: uma relação na qual faziam parte do ecossistema no qual se inserem, e não de conquista e extração de recursos deste meio. Segundo o censo demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de pessoas que se autodeclararam indígenas foi de 1.693.353, o que representa 0,83% da população brasileira.

Esta diferença cultural da relação do homem com a natureza demonstra os extremos de cosmovisões que se embateram no encontro entre colonizadores e povos originários, e, a partir disso, ocorre massivamente o extermínio de um dos lados - um extermínio não só físico, mas também cultural, reduzindo toda uma gama de importantes conhecimentos tradicionais.

A partir da pesquisa levantada, começa-se a compreender como a disseminação da imprensa na Europa, bem como as ideias resgatadas de textos clássicos e as novas linhas de pensamento que surgiam na formulação da modernidade europeia, vão servir como bases e justificativas para a consolidação dos processos colonizatórios na América do Sul. É como se fosse necessário, aos olhos dos modernos, que todo aquele vasto conhecimento fosse também ensinado a novos povos, considerados atrasados - ou, até mesmo, nos termos da existência de uma cultura literária, como uma forma de dominação daqueles povos, considerados pré-históricos. Estas formas de controle vão se consolidando para justificar a colonização das terras ao ocidente. Vão se solidificando assim as bases do colonialismo moderno¹⁴.

Portanto, quais são estas bases conceituais criadas para validar o poder europeu sobre os demais povos colonizados por eles, que foram disseminadas pela Europa no século XV? Além da busca por novas matérias-primas, a difusão do Cristianismo foi uma grande justificativa. As cruzadas marcam profundamente a cultura europeia, e o cristianismo foi a superestrutura vigente no mundo europeu desde o século IX até o século XIX. Além disso, outra principal justificativa, esta que sobrevive fortemente na cosmovisão moderna, atrelando-se sempre a outros contextos históricos, foi a construção da idéia dualista de uma raça humana superior (europeus brancos), *versus* outras raças, inferiores a esta dominante

¹³ Segundo artigo publicado pelo IBGE, a palavra índio deriva de um engano de Colombo que julgara ter encontrado as Índias, o "outro mundo", como dizia, na sua viagem de 1492. Assim, a palavra foi utilizada para designar, sem distinção, uma infinidade de povos indígenas.

¹⁴ Moderno pois o colonialismo, assim como o escravismo, é um termo que pode ser relacionado a contextos históricos anteriores à invenção da Modernidade. Na expansão do Império Romano, por exemplo, notam-se características de um tipo de colonização e um tipo de escravidão.

(povos não-brancos originários da África, Ásia e América do Sul). Em outras palavras, incorpora-se a estes processos o conceito de “*nós versus eles*”.

O mecanismo identitário “*nós versus eles*” é característico na criação do mito das nações, posteriormente resumido nos ideais do Nacionalismo. Voltemos por um instante à uma Europa imemorial: após a decadência do Império Romano e o início do feudalismo, as fronteiras entre países não eram bem definidas, e a ideia do que é uma Nação ainda não estavam consolidadas. O Nacionalismo é essencialmente a invenção da ideia de delimitação de fronteiras, a partir das quais se cria uma “linha”, que separa de um lado “*nós*”, e de outro lado “*ele*” - a ideia do “outro” como alguém cujo território e cultura são inferiores.

No entanto, as principais formas de divisão entre a população europeia e as outras raças inferiores não veio a partir de divisão do território, mas a partir da criação de conceitos, de discursos e de epistemologias. E um dos primeiro conceitos que surgem para justificar uma suposta supremacia européia é o conceito de raça. O sociólogo peruano Aníbal Quijano destaca que o colonialismo colocou a Europa como centro do mundo, criando um eurocentrismo que surgiu com a colonização e permanece até os dias atuais, caracterizado como marca de poder hegemônico¹⁵. Lugares que antes eram definidos geograficamente passam a ser definidos através da classificação de raça. (Maia, Melo, 2020, p. 233).

Aníbal Quijano elabora e incorpora em seus textos o conceito de Colonialidade do Poder. Trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno, colonial e eurocêntrico a partir da criação da ideia de raça, que foi imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Segundo Quijano (2005, p. 141), a ideia de raça é, literalmente, uma invenção. Não tem qualquer relação com a estrutura biológica da espécie humana.

Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são condenadas como “corpos inferiores” por não serem sujeitos “racionais”. Em certo sentido, isto os converte, na lógica exploratória, em domináveis e exploráveis (Quijano, 2005, p. 129). Desse modo, a ideia de raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2005, p. 118). Por isso, para Quijano, a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça deve ser admitida como um fator básico na formação dos estados-nações.

O autor ainda elabora uma relação entre a colonialidade do poder e a solidificação do Mercantilismo, primeira fase do Capitalismo Moderno, através dos processos colonizatórios nas Américas. Segundo ele, na América, a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do Capitalismo:

¹⁵ Quijano. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, 2005.

(...) a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (Quijano, 2005, p.1)

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram “imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus”, e as relações culturais entre a Europa Ocidental e o restante do mundo “foram codificadas numa gama de categorias binarizadas: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno”. Em suma: Europa e não-europa. Essa perspectiva dualista de conhecimento impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo. (Quijano, 2005, p. 122). Decodificar o mundo como somente duas possibilidades binárias é, portanto, uma importação cultural da Europa.

Em outras palavras, como apontado por Aníbal Quijano (2005), o mito que funda a versão eurocêntrica da História do Brasil e de tantos outros povos que foram colonizados é baseado na ideia binária de que há uma “raça” humana superior, a europeia, e a partir desta base, todas as outras se tornam automaticamente inferiores. E é a partir desse mito que se classifica racialmente a população do mundo desde o século XVI e que ganham forças com novas bases estabelecidas para tal mito no século XIX, segundo o autor, com a vigência de novas ideias mitificadas de humanidade e de progresso:

Durante o século XVIII, esse novo dualismo radical foi amalgamado com as ideias mitificadas de “progresso” e de um estado de natureza na trajetória humana, os mitos fundacionais da versão eurocentrista da modernidade. Isto deu vazão à peculiar perspectiva histórica dualista/evolucionista. Assim, todos os não-europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa sequência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não-europeu/pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou “modernizará”. (Quijano, 2005, p. 129)

Assim, vai sendo elaborado esse dualismo entre europeu e não-europeu, brancos e não-brancos, certo e errado, que se mantém vivo até os dias atuais. Dentro desse forte dualismo, a partir da ideia inventada de raça superior e raça inferior, Quijano, juntamente a Caio Prado Júnior (1942) e Alfredo Bosi (1992), elabora como foram construídas as bases culturais do eurocentrismo na América do Sul, e qual foi o sentido e a dialética da colonização do continente sulamericano. A seguir, abordaremos conceitualmente a colonização do Brasil, através de algumas teorias abordadas por diferentes autores especialistas no assunto.

1.2. O sentido e a dialética da colonização no Brasil: uma história do Capitalismo

O Brasil é o maior país da América Latina. Seu território de dimensões continentais ocupa 49% da costa leste da América do Sul, da floresta Amazônica equatorial até as fronteiras subtropicais com a Argentina e o Uruguai no sul. Como exposto, sua formação cultural e geográfica se deu através de um processo de colonização conduzido principalmente pelo Estado português, que chegou em sua costa em 1500 e estabeleceu uma ocupação onde é hoje a cidade de Salvador.

Os indígenas que sobreviveram aos primeiros ataques e às epidemias trazidas pelo homem branco europeu foram escravizados e catequizados. Feitos os massacres, os colonizadores avançaram mata adentro no continente, abrindo estradas. Além desse primeiro massacre contra os povos originários, o Brasil foi também o principal destino do tráfico de escravizados da África para as Américas.

O processo de colonização é a lógica do mercantilismo em ação: drenar os recursos do continente e exportar para as metrópoles europeias, enriquecendo os principais Estados-nação que se formavam no período. Foi o maior genocídio da humanidade até então. Fala-se, também, sobre um epistemicídio¹⁶. Afirma-se que o processo de colonização, além de se apropriar e de explorar os meios materiais e econômicos, atuou também invisibilizando e apagando todos os aspectos que pudessem deixar florescer as origens e costumes dos povos colonizados, a sua cultura, assim como sua fala/linguagem, suas roupas, seus rituais (Maia, Melo, 2020, p. 232).

Segundo Quijano (2005), a partir desse apagamento cultural, generalizam-se os corpos dos colonizados como apenas “índios” ou “negros”. O imaginário que envolve a cultura africana até os dias atuais é marcado quase exclusivamente pela escravidão imposta a estes povos, e não pelas grandes civilizações construídas na África e nas Américas antes da chegada dos europeus. A história é, contudo, muito distinta: quando conquistaram, renomearam e

¹⁶ Termo criado pelo sociólogo e epistemólogo Boaventura de Sousa Santos, que significa a destruição de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental. É um subproduto do colonialismo, instaurado pelo avanço imperialista europeu sobre os povos da Ásia, da África e das Américas.

colonizaram a América, encontraram muitos diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos, produtos culturais, memória e identidade:

São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros. (Quijano, 2005, p. 127)

“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido” (Prado Júnior, 1942). A frase da qual Caio Prado Júnior se utiliza para iniciar seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo” sintetiza o que, para o autor, representaria a característica marcante de nossa história: o fato de termos sido sempre, ao longo dos séculos, um projeto de Nação cujos olhares se voltaram predominantemente para aquilo que nos era ditado pelo exterior (Prado Júnior, 1942, *apud* Monteiro, 2001, p. 1). Para o autor, o “sentido” da formação brasileira estaria ligado de maneira indissociável aos “destinos das nações do continente europeu, aos avanços e retrocessos de sua política, cultura e economia”.

Para a pesquisadora Krishna Monteiro (2001, p. 1), esse cenário sintetizaria a essência e o “sentido” da colonização brasileira: o de uma colônia de exploração, predominantemente voltada para fora. Esta situação se evidencia se observarmos a direção dos fluxos de comércio: ouro e diamantes partem das minas e do sertão rumo à costa marinha, que os envia para a metrópole; esta, em contrapartida, fornece manufaturas e escravizados, que são direcionados aos setores já citados da colônia, garantindo o funcionamento do sistema. A acumulação de ouro nos cofres lusos ficaria, assim, garantida. A coesão social e a “obediência” da colônia, por sua vez, seriam asseguradas por meio de uma brutal concentração de renda e da concessão de inúmeros privilégios às elites (Monteiro, 2001, p. 6).

Os pesquisadores Pablo Casanova e Vinicius Limaverde (2013) também tecem uma reflexão a partir das ideias do historiador Caio Prado Júnior e argumentam, assim como Aníbal Quijano, que há articulação e reciprocidade entre Capitalismo e Colonialismo, seja na relação entre colônias e metrópoles (posteriormente entre centro e periferia), seja dentro das próprias colônias. Argumenta-se que essa articulação e reciprocidade entre Capitalismo e colonialismo são constitutivas da própria modernidade gerada na Europa, ao invés de considerá-las somente um produto dessa modernidade (Casanova, Forte, 2013, p. 216).

Os pesquisadores afirmam que, enquanto o capital mercantil ainda era preponderante e o Capitalismo não havia se desenvolvido plenamente, o colonialismo foi fundamental na

acumulação de capital. Assim, “as colônias asseguravam um mercado monopolizado para o consumo das manufaturas produzidas na Europa, propiciando uma acumulação ainda mais acelerada” (Casanova & Forte, 2013, p. 218, *apud* Marx¹⁷, 2008).

A pesquisadora Adélia Miglievich-Ribeiro continua no mesmo raciocínio, conectando o advento da modernidade, do capitalismo mercantilista e do colonialismo. Segundo Miglievich-Ribeiro (2014), a cosmovisão moderna pecou ao se considerar sinônimo de conhecimento único, verdadeiro e universal, esquecendo se tratar de uma cosmovisão dentre outras. A pesquisadora afirma ainda que as ciências sociais se constituíram como “discursos legitimadores de opções político-econômico-ideológicas que fizeram de uma experiência particular de modernidade um padrão universal incontestável” (Miglievich-Ribeiro, 2014, p. 4).

Assim, o que se demonstra é que a origem do Brasil colonizado está relacionada com o surgimento de um mercado mundial, cuja origem histórica foi o deslocamento das rotas comerciais do Mediterrâneo para o Atlântico, o que por sua vez resulta na chegada dos europeus às terras que hoje são conhecidas como América. Esse fato é definidor dos destinos do país, pois “determinou, mesmo após o fim da dominação portuguesa, as relações de produção, o tipo de propriedade, as características do trabalho, a economia interna e externa, além da organização social e os padrões de sociabilidade”. (Casanova, Forte, p. 6).

O que os autores expostos nesta parte tentam nos dizer, ao relacionar o eurocentrismo moderno, o princípio do capitalismo mercantil e os processos colonizatórios? Estes fatores combinados se firmaram como dominantes na cultura, linguagem e sociedade modernas desde o século XVI, e influenciaram na criação de enormes porções de território colonizado. É inegável a presença da Colonialidade do Poder na formação do território brasileiro. E, ainda assim, estes termos são apreendidos pela maioria das pessoas como algo pertencente ao passado: algo que aconteceu, por certo gerando seus traumas, mas que já se encerrou.

Da mesma forma, diversos aspectos da Modernidade ainda permeiam nossas instituições, nossa história e nossa ciência, mas, ainda assim, somos convencidos de que vivemos em um contemporâneo limpo destas influências. Somos um povo sem construção de memória, que hesita em revisitar a própria história, como se “colonização” fosse algo preso em 1500, e não algo do cotidiano. Como podemos enxergar que esse colonialismo existe ainda como algo vivo no presente, e que influencia nosso cotidiano como uma nação colonizada? De que maneira podemos afirmar que o poder hegemônico no mundo, apesar de extremamente globalizado e diversificado, ainda é fortemente eurocêntrico, colonial e modernizado?

¹⁷ Marx. *O capital – crítica da economia política*, 2008.

1.3. O colonialismo vivo no presente: por que a cosmovisão moderna ainda é uma das bases do contemporâneo?

Na medida em que a globalização originada com os processos colonizatórios continuou avançando para todas as partes do mundo, também com ela ocorreu o avanço e a evolução do sistema econômico capitalista. Hoje, esse mesmo sistema, na forma do neoliberalismo, ainda reforça um dualismo do mundo que, em muitos aspectos, se relaciona com a forma de colonialismo aqui exposta.

De acordo com Edgardo Lander (2005, p. 8), o neoliberalismo é debatido como uma teoria econômica, quando na realidade deveria ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório. Ainda segundo o autor, essa força hegemônica do pensamento neoliberal possui capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como um conhecimento objetivo, científico e universal, bem como uma visão da sociedade moderna como a forma mais avançada (Lander, 2005, p. 8).

A linha de raciocínio de Lander relaciona que os aspectos do pensamento moderno, bem como do colonialismo, estão inteiramente conectados com a permanência do sistema capitalista na sociedade. O autor ainda afirma que o desaparecimento ou derrota das principais oposições políticas que historicamente se confrontavam com a sociedade liberal, bem como a riqueza e o poderio militar sem rivais das sociedades industriais do “norte” do planeta, contribuem para a imagem da sociedade liberal de mercado como a única opção possível, como o fim da história¹⁸.

Assim, “a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política; pelo contrário, trata-se de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos”. (Lander, 2005, p. 8). Em outras palavras, conectada ainda à cosmovisão moderna.

Esta cosmovisão tem como eixo articulador central a ideia de modernidade, noção que captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização (...) das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. (Lander, 2005, p. 13)

¹⁸ “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (Fisher, 2009)

Boaventura de Sousa Santos (2009) dialoga com as ideias de Edgardo Lander e Aníbal Quijano sobre a continuidade de um dualismo no mundo engendrado pelos processos coloniais, pois afirma que o pensamento moderno ocidental é um “pensamento abissal”¹⁹. Ou seja, consiste em um...

Sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo “do outro lado da linha”. (Santos, 2009, p. 23).

A divisão é tamanha que “o outro lado da linha” torna-se uma realidade inexistente, pois, segundo o autor, a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. “A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (Santos, 2009, p. 31).

O argumento de Boaventura Santos é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno continua a operar mediante “linhas abissais” que dividem o mundo humano do sub-humano, materializando-se hoje na desigualdade social do mundo. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente nas práticas modernas ocidentais, tal como aconteceu no ciclo colonial.

A princípio essa relação pode parecer anacrônica, pois trata-se de uma comparação entre grupos sociais existentes durante o período colonial que foram sendo marginalizados, e entre grupos sociais que hoje ainda são marginalizados, sob novas diretrizes, considerados como não-cidadãos - de forma similar a como, por exemplo, os escravizados da Grécia não poderiam ser considerados cidadãos. O “pensamento pós-abissal” proposto por Boaventura Santos parte do reconhecimento de que a exclusão social do mundo contemporâneo, no seu sentido mais amplo, toma diferentes formas, mas que ainda assim é marcada pelo binarismo de uma ou mais linhas abissais, que dividem o complexo mundo contemporâneo.

Assim, a partir das reflexões levantadas por Edgardo Lander e Boaventura Santos, compreende-se que o Capitalismo, que com todas as forças põe as suas garras no presente com na forma do neoliberalismo, ainda é a principal forma de opressão que sustenta a colonialidade do poder na cultura e sociedade contemporâneas. Veremos a seguir como esse contemporâneo se configura, através das suas contradições, rupturas e continuidades, e como, apesar de ainda persistir com diversas opressões que perduram desde o início da Era Moderna, também trouxe novidades, abertura e oportunidades de discussão sobre novas

¹⁹ Santos. *Epistemologias do Sul*, 2009.

formas de pensamento, que buscam ir na contramão da dura ordem e progresso imposta pela modernidade. E muitas dessas novas ideias se mostram presentes no pensamento decolonial.

1.4. A dialética decolonial: rupturas e continuidades do pensamento moderno no presente, e discussões sobre desafios epistemológicos em uma “ecologia de saberes”

“Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias” (Santos; Meneses, 2009, p. 9). Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido, uma vez que é por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Em outras palavras, é o campo de estudo sobre como é construída e justificada determinada forma de conhecimento. Boaventura Santos e a pesquisadora Maria Paula Meneses afirmam que “não há conhecimento sem práticas e atores sociais, e, portanto, epistemologias existem no interior de relações sociais. Diferentes tipos de relações sociais podem, portanto, dar origem a diferentes epistemologias” (Santos & Meneses, 2009, p. 9).

A epistemologia dominante se fortalece numa dupla justificativa: na cultura do mundo moderno cristão ocidental, e na política do colonialismo e do Capitalismo. Esse contexto epistemológico vai reivindicar ao longo dos séculos uma universalidade, uma necessidade de ser a única forma de pensamento possível, que veio a consolidar com a ciência moderna. Essa pretensão de universalidade é “o resultado de uma intervenção epistemológica que só foi possível com base na força com que a intervenção política, económica e militar do colonialismo e do Capitalismo modernos se impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos” (Santos; Meneses, 2009, p. 10, *apud* Santos; Meneses; Nunes, 2004).

Esta dupla intervenção foi tão profunda que descredibilizou e, sempre que necessário, suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia. Nisso consistiu a continuidade do epistemicídio de 1500: sob o pretexto de uma missão colonizadora, o projeto da colonização “procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais” (Santos; Meneses, 2009, p. 10, *apud* Meneses, 2007).

Com isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo. A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de investigação, sistema de peritos, pareceres técnicos – e, segundo Santos e Meneses, foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes. (Santos; Meneses, 2009, p. 11)

Acredita-se que a crítica deste regime epistemológico é hoje possível devido a um conjunto de circunstâncias que, paradoxalmente, permitem identificar melhor que nunca a “urgência de alternativas epistemológicas, ao mesmo tempo que revelam a gigantesca dimensão dos obstáculos políticos e culturais que impedem a sua concretização” (Santos; Meneses, 2009, p. 11). A revolução da comunicação em um mundo informacional permitiu diversidade de convivência de diferentes teorias do mundo, vindas de diferentes círculos sociais, admitindo mais dimensões da vida coletiva cultural, espiritual e simbólica da natureza.

Nessa pluralidade de epistemologias, que são capazes de coexistir na atualidade através das novas formas de disseminação da informação, da diversidade de pensamentos e da abertura democrática do mundo, se faz necessário repensar essa hegemonia eurocêntrica e colonial. Uma das correntes de pensamento que surgem dentro das possibilidades desse contexto é o pensamento decolonial. A decolonialidade é, em essência, um descentramento epistêmico, político e cultural das formas de pensar e dos modos de existir no mundo colonizado pelo padrão eurocêntrico, antropocêntrico e cristão²⁰ (Jardim, Voss, 2021, p. 2).

Primeiramente, é preciso aqui fazer uma diferenciação entre o pensamento decolonial e o pós-colonial. A análise pós-colonial surge antes, e tem origem na Europa e Estados Unidos, enquanto a análise decolonial propõe um olhar que parte dos autores do chamado Terceiro Mundo – o mundo colonizado.

A descolonização, no âmbito político e histórico, é comumente compreendida como o fim do período de dominação territorial, principalmente no sul global, por potências europeias. No entanto, os estudiosos decoloniais afirmam que o colonialismo não desaparece com a descolonização formal, e esta pesquisa também busca elaborar que há forte presença do pensamento decolonial no cotidiano contemporâneo como um processo constante, e não como um movimento marcado e isolado no tempo. O pensamento decolonial é sinônimo de questionar e problematizar as histórias de poder procedentes da Europa, histórias estas que fundamentam a lógica da civilização ocidental. Por isso, a decolonialidade se refere às abordagens analíticas e práticas socioeconômicas e políticas opostas aos pilares da civilização ocidental: a colonialidade, a modernidade e o sistema capitalista.

Deste modo, a decolonialidade é um projeto tanto político quanto epistêmico. Segundo o pesquisador e semiólogo Walter D Mignolo (2008, p. 290), a opção decolonial é epistêmica, pois “se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (Mignolo, 2008, p. 290). Isso não significa necessariamente um abandono do que já foi institucionalizado por todo o planeta, mas sim a busca por uma gradual substituição cultural, geográfica e política das formas de conhecimento fundamentadas na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, “pela geopolítica e a política de Estado de pessoas,

²⁰ Jardim e Voss. “Patrimônio negro umbandista dos pampas: decolonialidade e educação antirracista”. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 2021.

línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, e subjetividades que foram racializadas” (Mignolo, 2008, p. 290).

A perspectiva de Mignolo é de que o pensamento decolonial busca destacar e valorizar as culturas, costumes e subjetividades que foram desclassificadas historicamente por uma construção racial colonial. Porém, o que o autor busca explorar é que não se trata de uma descolonização do pensamento através da promoção de novas vertentes, mas sim em “promover um novo olhar sobre aquilo que está fadado a um único modo de ver”. Os autores tentam buscar novas respostas e opções epistemológicas a fim de se “entender as múltiplas realidades, sem generalizações e sem uma inversão de papéis em que o oprimido toma o lugar do opressor” (Maia, Melo, 2020, *apud* Mignolo, 2008).

A essa ação, Boaventura Santos (2007, p. 85) denomina como a criação de uma “ecologia dos saberes”, que se fundamenta na perspectiva de reconhecer a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, incluindo nisto a ciência moderna²¹. Trata-se, nas palavras de Boaventura Santos, de “explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que têm se tornado visíveis por meio das epistemologias pós-coloniais, e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não- científicos.” (Maia Melo, 2020, p. 241, *apud* Santos, 2007, p. 87).

Trata-se, agora, de rever tudo que, nos últimos 200 anos, foi descartado como objeto de estudo: vazios e lacunas que expressavam obras humanas (e humanos) relegadas à desumanização. Mais que retomá-las, há que se devolver a seus artífices a condição de sujeitos do conhecimento. O desafio epistemológico – ético e político – completa-se por nossa capacidade de interagir com mundos que tiveram negada secularmente sua existência real. (Miglievich-Ribeiro, 2014, p. 6)

Segundo a pesquisadora Adélia Miglievich-Ribeiro, o desafio epistemológico está em não recair no niilismo, “tão vazio como o triunfalismo das forças hegemônicas” (Santos, 2004, p. 797). Propõe-se, assim, “uma nova semântica das expectativas que não se confunde com a utopia longínqua, mas com a esperança que se processa mediante atos cotidianos aqui e agora” (Miglievich-Ribeiro, 2014, p. 6).

Boaventura Santos afirma que é preciso pensar, no caso latino-americano, no conceito de uma “epistemologia do sul”. Segundo o autor, uma “epistemologia do sul” se configura em três orientações: aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, e aprender a partir do Sul

²¹ Afinal, apesar das críticas feitas à Modernidade neste trabalho, não é possível simplesmente descredibilizar todos os resultados obtidos a partir desses processos. Inúmeros avanços foram feitos com a ciência moderna, no sentido de uma melhora da qualidade de vida das sociedades através dos séculos. A ciência moderna é feita, como todo campo do conhecimento, de rupturas e continuidades.

e com o Sul (Santos, Meneses, 2010, p. 9, *apud* Santos, 1995) O Sul, no conceito do autor, não é apenas um binarismo com o Norte geográfico do planeta²², e sim algo concebido metaforicamente, como um “campo de desafios epistêmicos que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (Santos, Meneses, 2010, p. 12).

O pensamento de Boaventura Santos levanta certos questionamentos, a serem levados adiante, uma vez imersos no contexto da hegemonia da modernidade eurocêntrica no contemporâneo: como combater as linhas abissais que separam o mundo em dois, usando instrumentos conceptuais e políticos que não as reproduzem? Como nos tornamos decoloniais sem reproduzir opressões que fazem parte da cultura que nos domina?

Segundo o autor, essas perguntas não têm respostas definitivas. Mas o esforço para tentar dar-lhes resposta é um esforço coletivo e civilizacional, e é provavelmente a única forma de confrontar o pensamento abissal e caminhar na direção da construção de uma “ecologia de saberes”. Além disso, o autor afirma que é próprio da natureza de uma “ecologia de saberes” constituir-se através de perguntas constantes e respostas incompletas. Aí reside a sua característica de conhecimento prudente.

Uma “ecologia de saberes” capacita-nos para “uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e nos previne para aquilo que não sabemos” (Santos, 2010, p. 57). Santos propõe assim nos tornarmos “vigilantes epistemológicos”, ao invés de ficarmos preocupados em encontrar respostas certas e verdades absolutas - comportamento este característico da epistemologia dominante -, para os desafios de desconstrução cultural que enfrentaremos nas próximas décadas:

A vigilância epistemológica requerida pela ecologia de saberes transforma o pensamento pós-abissal num profundo exercício de auto reflexividade. Requer que os pensadores e autores pós-abissais se vejam num contexto semelhante àquele em que Santo Agostinho se encontrava ao escrever as suas Confissões e que expressou eloquentemente desta forma: *quaestio mihi factus sum*, ‘Converti-me numa questão para mim’. A diferença é que o tópico deixou de ser a confissão dos erros passados, para ser a participação solidária na construção de um futuro pessoal e coletivo, sem nunca se ter a certeza de não repetir os erros cometidos no passado. (Santos, 2010, p. 57)

²² O referencial desta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, como o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte).

A partir do apanhado histórico deste capítulo, procuramos apresentar a situação-problema da modernidade conectada ao capitalismo e ao colonialismo, e apresentar como essas bases perduram no presente. A invenção da prensa e da cultura escrita, dominantes no ocidente por muitos séculos, exerceram um papel de conservar estas bases conceitualmente. Por fim, buscamos apresentar uma alternativa a este pensamento no contemporâneo, onde novos formatos se apresentam em uma “ecologia de saberes”, como propõe Boaventura Santos, e onde há mais espaço para questionar teorias vigentes.

Buscaremos no Capítulo Dois compreender como as bases epistemológicas do eurocentrismo, do colonialismo e do racismo adentraram no Brasil do século XIX, quando idéias muito similares de dominação do “outro” se apresentaram com novos nomes, como Imperialismo, Darwinismo Social e Eugenia. Compreenderemos como a prensa evolui e chega ao Brasil, desempenhando novos papéis, alguns ainda conservadores da ordem hegemônica vigente no mundo, outros já com olhares progressistas na direção de um novo século XX.

Abordaremos no segundo capítulo o século XIX em específico, sendo um século de grandes transformações sociais que merecem ser especificadas. Por um lado, a imprensa ajudou a perdurar a escravidão no Brasil, e por outro, exerceu papel essencial nos embates políticos desse momento no Brasil. No período compreendido entre o final do século XIX e começo do XX, buscaremos compreender quais influências surgiram no período que se incorporaram à influência do processo colonial à influência europeia no país, ideias como a do Positivismo, do Imperialismo, e a manutenção firme do racismo.

Abordaremos esta parte mais específica da história do Brasil no século XIX para podermos abordar a história da imprensa no Brasil desde o seu princípio, para que o salto temporal para um segundo apanhado histórico ajude a investigar como os conceitos discutidos no Capítulo Um se conectam com a evolução da comunicação do jornal nos processos políticos do Brasil pré República - esta mesma comunicação que inicialmente disseminou as ideias da expansão europeia e que, no século XIX, adquire uma independência e força próprias, e transforma-se com uma nova capacidade de difusão de ideias.

CAPÍTULO DOIS: A ideia de Progresso

Neste capítulo propõe-se demonstrar como as estruturas sociais dominantes, estabelecidas no processo colonizatório e reforçadas no período do Império, ainda eram muito presentes no Brasil na segunda metade do século XIX, quando se iniciavam as campanhas republicanas. Pretende-se também demonstrar que as oligarquias que se alternaram no poder após o golpe militar da Proclamação da República também não estavam preocupadas em horizontalizar essas estruturas colonializadas. Apesar de inúmeros discursos de diversas vertentes republicanas em favor da construção de um “novo Brasil”, a escravidão no Brasil, extinta um ano antes da República, não foi combatida propriamente, e tampouco a cultura civilizatória da colonização saía do discurso das elites dominantes: “República e liberdade são palavras que frequentemente se confundem desde o século XIX, mas nem sempre se encontram na história efetiva dos povos.” (Napolitano, 2017, p. 7).

Como vimos no Capítulo Um, um dos argumentos mais utilizados para defender e legitimar a colonização e a escravidão de povos foi o chamado “discurso civilizatório”, que foi camuflado e incorporado em outros discursos das instituições modernas de ciência, religião e cultura. É o discurso que tenta implicar uma suposta inferioridade aos povos que foram colonizados pelos europeus: a ideia de que os europeus se achavam salvadores, e supunham que os povos indígenas fossem “selvagens” que precisassem se civilizar.

A corrente de pensamento positivista, que ganhou força no Brasil do século XIX, reforçou esse discurso mesclando-o a ideais autoritários de Estado e Religião no país. Foi um período no qual o Nacionalismo ganhou força no país, bem como a ideia de que se necessitava criar uma nova “Teoria de Brasil”. Essa “nova teoria” reforçava os ideais republicanos contra a Monarquia, mas não incluía em seu discurso os grupos sociais já marginalizados. A República criou mitos e heróis nacionais ainda muito eurocêntricos, que em nada representavam as necessidades da população brasileira negra anteriormente escravizada, e dos povos originários cujas culturas e tradições foram apagadas da pintura desde o século XVI.

A imprensa brasileira do século XIX exerceu um papel importante no contexto do fim legislativo da escravidão e do momento político de transição para a República. A partir da análise de documentos impressos em dois jornais do período, de circulação diária entre 1880 e 1930 - *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias* -, este capítulo pretende analisar o discurso republicano dos editores desses jornais através da linguagem das publicações cotidianas, demonstrando como aspectos do discurso civilizatório se mostravam presentes no discurso midiático de grandes jornais de circulação no período.

Através da análise destas notícias, este capítulo objetiva identificar o discurso vigente nos impressos e analisá-lo historicamente, de acordo com o contexto em que foi escrito. Pretende-se demonstrar como a ideologia da República convenceu tanto no papel, e como essa credibilidade esteve ligada às ideias positivistas e ao assentamento do método científico

moderno como forma única de alcançar uma suposta “ordem e progresso” do país. No entanto, intenta-se demonstrar também como estes mesmos ideais de ordem e progresso foram mais conservadores do que progressistas na prática, quando se leva em consideração a condição dos povos afrodescendentes escravizados e dos povos indígenas originários do Brasil.

2.1. A imprensa no Brasil de 1808 a 1822: o ponto de vista dos fatos

A Imprensa no Brasil não começou em 1808. Em 1706, em Pernambuco, em 1746 no Rio de Janeiro, e mais tarde em 1807, em Minas Gerais, houveram registros de tentativas independentes de imprimir notícias da colônia e para a colônia, mas as três foram completamente suprimidas pelo governo português (Lopes, 2023). Essa manutenção do Brasil na ignorância da invenção de Gutenberg era parte da estratégia de dominação social de Portugal para manter a colônia sob seu controle, evitando assim que circulassem opiniões contrárias à ideologia monárquica dominante da Coroa portuguesa.

Essa censura da Coroa corrobora com o discurso civilizatório, ao julgar que os colonizados do Brasil não eram merecedores do acesso às notícias da Europa, e tampouco poderiam aprender a ler, escrever e estabelecer contato com a cultura impressa: “Enquanto no México e no Peru as primeiras impressoras acompanharam a chegada dos europeus e passaram a fazer parte da realidade das colônias americanas, em terras brasileiras, temos que esperar o início do século XIX para os impressos participarem da vida social” (Ferraz, Figueirôa & Alfonso-Goldfarb, 1997, p. 225).

Contudo, com a vinda da família real de Portugal para o Brasil em 1808, que fugia da guerra de Napoleão Bonaparte, uma prensa móvel foi trazida na embarcação da corte portuguesa. Em 31 de maio do mesmo ano, o rei de Portugal D. João VI oficializou, mediante o Ato Real, a chamada Imprensa Régia, no Rio de Janeiro - três séculos após a colonização. Foi somente com a inauguração da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, em 1808, que permitia a publicação de livros e jornais em maior escala, que a imprensa começou a tomar forma no Brasil. Ainda assim, D. João VI estabeleceu uma lei de censura para a impressão de qualquer jornal no Brasil. Até as vésperas da Independência, muitos jornalistas foram punidos pelas forças da corte portuguesa pela publicação de suas ideias contrárias ao governo vigente.

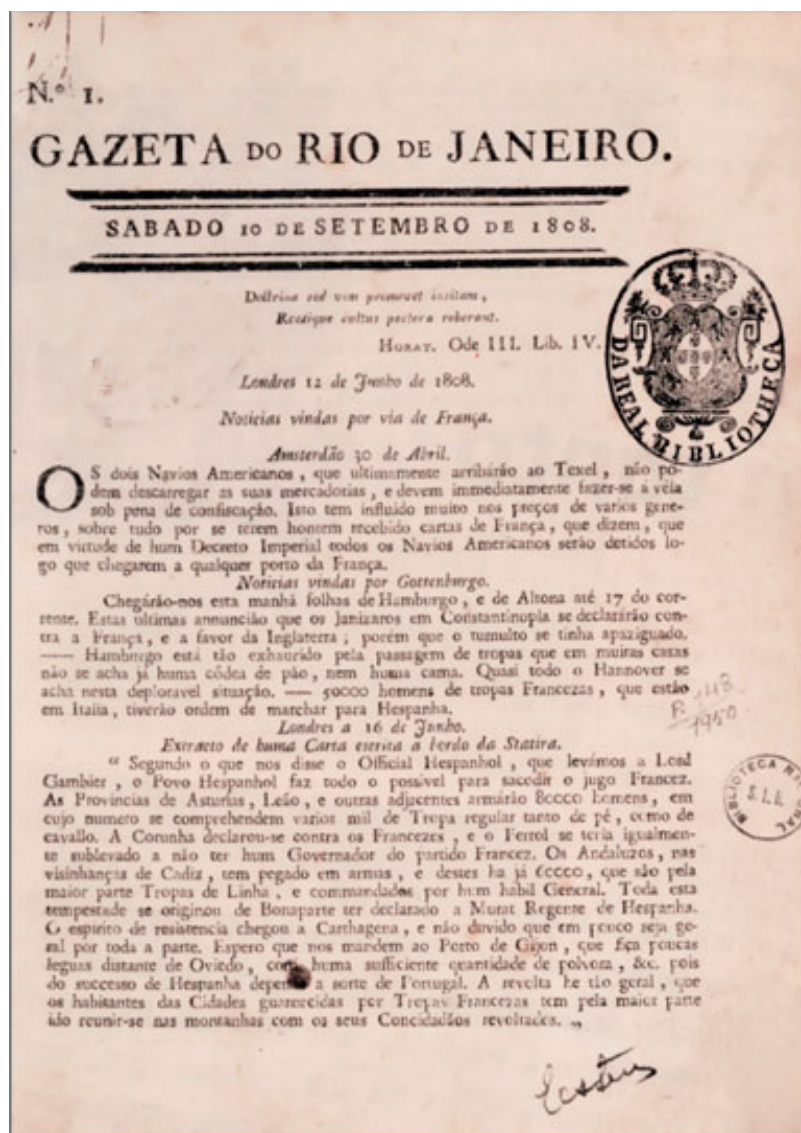


Figura 5. 1ª edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal produzido dentro do Brasil.

O primeiro jornal a circular no país foi o *Correio Braziliense*, impresso em Londres em junho de 1808. No dia 10 de setembro do mesmo ano, saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal a ser impresso nacionalmente, e que se tornaria o jornal oficial da corte portuguesa no Rio de Janeiro, replicando as notícias que chegavam da Europa e que eram de interesse do rei. A 1ª edição da *Gazeta do Rio de Janeiro* (Fig. 5) nos demonstra as particularidades do formato dos jornais da Imprensa Régia: com o título do jornal e a data em letras capitais, o texto de leitura corrida e em uma coluna única traz em sua página principal as notícias de Amsterdã, Londres e Gotemburgo a respeito da guerra contra Napoleão Bonaparte.

A primeira imprensa brasileira, que se desenvolvia nesse período, exerce ainda uma função única, de informar os brasileiros a respeito do que se passava na Europa - como se os assuntos estrangeiros fossem mais relevantes que os do cotidiano nacional. Esse foi o tipo de conteúdo majoritariamente circulado na imprensa oficial por ao menos mais de uma década.

A lei de censura imposta por Portugal sobre materiais impressos no Brasil acaba em 1821, com a ocasião do retorno de D. João VI para a Europa. Essa mudança permitiu um princípio de liberdade de imprensa no país e, com isso, o surgimento de novos jornais²³. A maioria destes novos jornais faziam oposição à Coroa, e procuravam abrir os olhos de seus leitores para os efeitos da dominação portuguesa no país. Em 1821 nasceu o *Diário do Rio de Janeiro*, precursor dos atuais jornais informativos, e o primeiro a publicar notícias do cotidiano popular: “seu conteúdo era voltado para furtos, assassinatos, diversões, espetáculos, observações meteorológicas, correio, anúncios de venda de escravos, leilões, compras, vendas, achados e aluguéis” (Lopes, 2008).

Em 1822, com a Independência de Portugal, a *Gazeta do Rio de Janeiro* fecha suas portas, mas o poder continua nas mãos de D. Pedro I, filho do rei. Além da mudança do *status* de colônia portuguesa para Império, não ocorreram, como em outros países colonizados da América Latina, mudanças estruturais significativas na sociedade brasileira, no sentido de diminuir as desigualdades e criar uma identidade nacional que abrangesse os homens e mulheres colonizados e escravizados. O caráter não revolucionário da Independência manteve o sentido e a dialética da colonização, pois manteve a estrutura econômico-social dependente do sistema escravista e da exploração de recursos para exportação:

(...), o Brasil independente demorou a se livrar da rotina. Diferente de outros países latino-americanos, libertando-se da metrópole, o Brasil torna-se um império cuja coroa retorna a Pedro I, filho do rei de Portugal. Devido a esta singularidade histórica, durante a primeira fase do império que terminou na década de 1840, setores inteiros da vida nacional continuam como na época colonial, apesar de algumas tentativas dramáticas de mudança. (Ferraz, Figuerôa, Alfonso-Goldfarb, 1997, p. 229)

Em 1824 D. Pedro I aprovou a Primeira Constituição Brasileira, que legislava o direito à liberdade de imprensa - ainda que moderada. Uma vez que a Imprensa Régia deixou de ter exclusividade na produção de jornais no Brasil, empreendimentos privados ganharam força no país, ajudando a sustentar novos jornais e revistas que promoviam forte campanha antilusitana, identificando D. Pedro, Portugal e os portugueses como inimigos do Brasil.

Anos mais tarde, em 1841, D. Pedro II se tornou imperador e defendeu abertamente a liberdade de imprensa, sendo o próprio governante um entusiasta do desenvolvimento das ciências no Brasil e da sua divulgação através dos impressos. Nesse período, a imprensa não era mais somente um veículo de notícias dos reis e nobres de Portugal e da corte imperial no

²³ Em grande parte, estes novos jornais, com opinião independente da Coroa, foram fundados e dirigidos por empresários de grande poder econômico, uma vez que a tecnologia da prensa ainda era cara de produzir, e, portanto, pouco acessível.

Brasil, mas também um meio de participação política. As chamadas casas de tipografia, local de produção gráfica dos livros, jornais, revistas e folhetos, eram ao mesmo tempo espaços de encontro entre redatores e leitores, porta de comércio de outras mercadorias, ponto de discussão política e de disseminação cultural. “A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassa amplos setores da sociedade que se tornava brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa” (Morel, s.d.).

A partir da metade do século XIX o Império se consolidou, e a imprensa política, representada à época principalmente pelos pasquins²⁴, revistas e jornais independentes, enfraqueceu. Com a organização urbana que começou a se formar, somada a um momento político de poucas lutas partidárias, a imprensa refletia as transformações da época. Começava a predominar um jornalismo mais conservador, exemplificado pelo *Jornal do Commercio*, adquirido por Pierre Plancher em 1827. Os periódicos atraíam o leitor com os folhetins²⁵, que contavam com a participação de escritores como José de Alencar e Machado de Assis.

Na segunda metade do século XIX os jornais passaram a ser fisicamente maiores, e as notícias começaram a ser divididas em duas ou mais colunas. A evolução da tecnologia da prensa permitiu que as publicações passassem a ser diárias, e os jornais passassem a ser mais baratos. O telégrafo elétrico, patenteado em 1837 por Samuel Morse, também auxiliava na transmissão mais rápida de informações, o que permitia a montagem de um jornal diário, que atrasasse somente em um dia a divulgação dos acontecimentos no país e no exterior.

A imprensa brasileira no século XIX vai adquirindo novos propósitos, e tornou-se um espaço de expressão e reflexão, mas também de coerção, controle, conservadorismo e manipulação. Esta imprensa, plural e complexa, integra em suas páginas diferentes relações de poder: anúncios, notícias de imigração, agricultura, indústria, os pontos de contato com a escravidão, e os primeiros movimentos populares dos trabalhadores braçais desvalorizados.

Em seu artigo publicado na Biblioteca Nacional Digital, o professor da UERJ Marco Morel afirma que, na historiografia tradicional, identificada como positivista, a imprensa é sempre vista como uma fonte privilegiada de informação, uma vez que grande parte da população brasileira no século XIX ainda era iletrada. No entanto, novas abordagens históricas permitem investigar mais a fundo essa questão, e trazem luz à ideia de que os jornais e periódicos não eram apenas palavras difíceis voltadas para reis e ricos, mas alguns foram também utilizados como forma de resistência de grupos sociais marginalizados pela colonização e pela escravidão vigentes, através de imprensas clandestinas que discursavam

²⁴ Pasquim, neste contexto, era um jornal ou folheto satírico, escrito em um estilo humorístico, crítico e muitas vezes difamador, tratando de temas políticos e sociais de maneira jocosa.

²⁵ Folhetim era um romance ou novela publicado regularmente em fragmentos ou capítulos. Para saber o final das histórias, o leitor precisava acompanhar diariamente o periódico que as publicava.

para uma população esquecida pelas fontes oficiais de notícias. São portanto um objeto documental importante para resgatar outras fontes, uma vez que enunciam diversos discursos e expressões de protagonistas, trabalhando até mesmo com aspectos da oralidade, na introdução de charges, caricaturas e cartuns em suas páginas.

Por mais que a informação continuasse majoritariamente nas mãos de classes sociais privilegiadas, a imprensa periódica no século XIX adquire um papel de agente histórico que intervém nos processos e episódios através das opiniões que publica, e não mais como mero “reflexo” dos interesses de Portugal. Interviram especialmente na ideia de Nação que se formulava no Brasil, na medida em que as primeiras vontades republicanas surgiam na burguesia recém enriquecida, que detinha o controle das casas de tipografia.

Assim, os jornais e revistas podem ser considerados como um dos principais vetores na homogeneização de uma ideia de Nação, ao difundirem em grandes extensões territoriais informações, imaginários e modos de sociabilidade. E foi por meio deste veículo impresso que os vários projetos de identidade nacional ganharam espaço, estabelecendo-se como plataformas de discussão e formação de uma opinião pública contestadora do Império.

É neste contexto da segunda metade do século XIX, com ampla liberdade de imprensa, o frequente surgimento de novos jornais, o aumento de estrangeiros no país e o processo de enriquecimento da classe média portuguesa abasileirada, que novas ideias de Nação vão sendo trazidas da Europa, como o fim da Monarquia, o fim do sistema escravista, e o princípio de uma República no país. Veremos a seguir algumas das principais ideias que foram adotadas pelos editores dos jornais nesse período, buscando compreender a força que exerceram somadas ao papel de disseminação da imprensa, na virada para a Proclamação da República e na chegada do século XX.

2.2. Influências positivistas: quem são os homens da imprensa brasileira?

Entre o século XVIII e o XX, a cultura das sociedades modernas passava por transformações econômicas e sociais advindas das revoluções industriais que se iniciaram na Inglaterra, e que começaram a moldar um novo modelo de sistema capitalista, que prepondera e repercute mundialmente. O tempo se torna algo precioso, a ser preenchido completamente, criando novas relações de trabalho voltadas a uma maior produtividade. O Positivismo, juntamente ao Marxismo, Socialismo e Anarquismo, são produtos de mudanças culturais provocadas pelas revoluções industriais e culturais dentro do contexto desse período.

Marcado pelas críticas ao regime absolutista, o Iluminismo surge no século XIII na Europa como uma forma de pensamento que opera através da racionalização do mundo, em busca da construção de um progresso social que viesse através dessa racionalidade. Os

primeiros filósofos iluministas²⁶ defendiam que o conhecimento deveria ser universalmente estimulado mediante uma educação emancipadora, para criar autonomia social a um nível em que a humanidade progrediria moralmente pelos frutos do progresso intelectual. A ordem social, portanto, estaria intimamente ligada a um tipo específico de desenvolvimento moral e científico, que estava sendo moldado na Europa naquele momento.

Isidore Auguste Comte nasceu em Montpellier, na França, no dia 19 de janeiro de 1798. Filho de família monarquista, em 1814 ingressou na Escola Politécnica de Paris, da qual foi expulso dois anos depois. Passou a colaborar com jornais e dar aulas particulares, até que se tornou discípulo de Claude-Henri de Rouvroy, conde de Saint Simon e um dos teóricos franceses do socialismo utópico, que orientou Comte para o estudo das ciências sociais.

Em 1830, Comte inaugurou um curso público para expor suas ideias, e durante 12 anos se dedicou à publicação do seu “Curso de Filosofia Positiva”, dividido em seis volumes. Em essência, Comte argumentava na sua obra que, na construção de um conhecimento, a mente humana atravessaria uma etapa primária de interpretação teológica, seguida de uma etapa de interpretação metafísica e abstrata, até atingir uma etapa madura de compreensão positiva, racional ou científica, baseada apenas em fatos observáveis, nas relações entre eles e nas leis que se podiam descobrir mediante sua observação.

Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo. Daí três sortes de filosofia, ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto de fenômenos, que se excluem mutuamente: a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição. (Comte, 1830-1842)

Para Comte, a Ordem, também lema estruturante da sua filosofia²⁷, se explicaria na medida em que a corrente positivista se mostra avessa a qualquer tipo de violência para alcançar a transformação social. As ações deveriam ser fundamentadas na moral positiva, que procura aperfeiçoar as ações práticas e intelectuais dos indivíduos, de forma a torná-los organismos mais preparados para a atuação em sociedade. Em 1854, Comte criou a sua Religião da Humanidade, um sistema religioso descentralizado, sem figuras endeusadas, que

²⁶ René Descartes, Francis Bacon, John Locke e Isaac Newton são considerados precursores das ideias iluministas, uma vez que já abordavam uma racionalização das ciências consideradas modernas.

²⁷ Em julho de 1848, a frase “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” aparece pela primeira vez na “conclusão geral” do *Discurso sobre o conjunto do positivismo* de Comte.

buscava criar uma ideia de unidade social através de uma busca interna por espiritualidade - uma temática muito explorada na História das ciências pré-modernas.

As idéias de Comte conversavam com outras teorias que circulavam no século XIX, que falavam a respeito da formulação de um método científico único e padronizado. Assim, a denominação “positivista” foi sendo adotada de forma ampla e inescrupulosa, se tornando por muito tempo frequentemente intercambiável com o significado de “científico”. Segundo Raymond Williams (2007, p. 321), hoje é praticamente impossível desenredar o sentido popular de “positivista” das palavras “empirismo” e “método científico”.

Williams nos expõe que, para Comte, o Positivismo não era somente uma epistemologia no sentido de “avançar” em direção ao “progresso” da humanidade, mas era também um método historiográfico e um programa de reforma social (Williams, 2007, p. 321). Auguste Comte também foi o fundador da chamada Física Social, posteriormente denominada Sociologia, que busca compreender com maior profundidade os impactos da aplicação do Positivismo no ensino.

Vemos assim que a teoria positiva, em seu sentido original, e considerando o contexto histórico e a vida de Auguste Comte, não deixava de considerar a quarta dimensão do espírito, que sempre foi própria do estudo das ciências. A questão da divisão entre Ciência e Religião, bem como outras questões posteriores da influência positivista, virão com maior reforço no século XX, quando veremos como esse positivismo vai ser interpretado e reinterpretado, e principalmente como a teoria será aplicada na prática, com novas interpretações, em sistemas políticos e em outros contextos - como ocorre no Brasil Império do século XIX.

Durante o século XIX, houveram várias conexões entre a imprensa francesa e a brasileira, bem como das ideias que circulavam na França e de franceses que vinham ao Brasil divulgá-las. Os primeiros jornais franceses a distribuir grandes números de exemplares no Brasil foram o *Le Monde* e o *Le Figaro*, considerados referências para jornalistas e intelectuais brasileiros interessados nos debates e movimentos intelectuais que ocorriam na França pós-revolução de 1789.

Através dessa troca, ideias francesas como o Positivismo e o Republicanismo tiveram um impacto significativo sobre os intelectuais brasileiros, pois esses ideais foram frequentemente divulgados pela imprensa ao longo do século XIX. Não somente através da imprensa se espalhavam os ideais positivistas, mas também através dos filhos de empresários e donos de terra que iam estudar em Coimbra, e voltavam com as novidades efervescentes da Europa. O Positivismo também foi disseminado rapidamente em instituições de ensino, como a Escola Militar e a Escola Politécnica, ambas na cidade do Rio de Janeiro, à época sede da corte imperial. A primeira manifestação impressa do Positivismo no Brasil data de 1865, com a publicação da obra de Francisco António Brandão Júnior sobre a escravidão no Brasil, *A Escravatura no Brasil*.

De modo geral, os intelectuais se vinculam a duas orientações filosóficas: o positivismo de Augusto Comte, com sua pretensão de substituir o pensamento abstrato pela razão e pela observação, lançando as bases de uma nova ordem social, e o evolucionismo social de Herbert Spencer, com seu individualismo extremado, embasado no princípio do progresso contínuo e da evolução social. Porém, uma característica marcante desse positivismo brasileiro foi a capacidade dos seus adeptos de relacionar diversas teorias surgidas na Europa, como Darwinismo, Positivismo, Spencerianismo e o Liberalismo em seus escritos, adaptando-os à realidade brasileira. Com isso, os republicanos criaram um extenso repertório intelectual para contestar o regime monárquico.

Os positivistas ortodoxos brasileiros tinham a sua “teoria do Brasil”: ou seja, a sua interpretação do desenvolvimento social e político do país. Além disso, foi criado em 1881 no Rio de Janeiro a Igreja Positivista. Miguel de Lemos, fundador da instituição, chamada de Templo da Humanidade, foi um dos seus principais incentivadores, juntamente com Benjamin Constant e Raimundo Teixeira Mendes. No entanto, a religião no Brasil exercia um papel diferente na prática do contexto brasileiro do que no sugerido pela teoria comtiana, pois foi extensamente utilizada como ferramenta de dominação social na colônia. Assim, diferentemente da visão original de Comte sobre a sua Religião da Humanidade, a Igreja Positivista do Brasil misturava aspectos de dominação religiosa cristã presentes no Brasil desde a colonização.

Deste modo, dominando a consciência das classes privilegiadas, o Positivismo irá repercutir intensamente nas discussões políticas, nos quartéis, em igrejas e nas escolas. Enquanto na Europa o positivismo servia para justificar as novas atitudes da burguesia, em sua fé no progresso retilíneo da humanidade, nas Américas se apresentou de maneira diversa daquela como era compreendido no continente europeu, trazendo um acentuado caráter político e uma educação autoritária, colocando-se como única via possível na construção do Republicanismo.

Porém, as condições econômicas, sociais e políticas no Brasil não são as mesmas da Europa: o que foi pensado por Auguste Comte como teoria foi recortado e reaproveitado no Brasil a partir de interesses classistas. Os ideais positivistas brasileiros tomam parte em um histórico de consolidação de golpes de estado e governos autoritários no país e, recortados no contexto brasileiro, passam a fazer parte de uma agenda política de “ordem e progresso” dos governos brasileiros ainda muito influenciada culturalmente pelo estrangeiro eurocêntrico. Ocupava, mais uma vez, o espaço cultural de inúmeros conhecimentos tradicionais e formas de aprendizado dos povos colonizados e escravizados.

O Positivismo de Comte está marcado temporalmente, mas fica evidente que influenciou e influencia o modelo hegemônico de ciência, não só no Brasil como mundialmente. Exerceu um papel importante na realidade concreta brasileira e no princípio de um sistema de governo que resiste até os dias de hoje, baseado em uma suposta “ordem” e um suposto

“progresso” que inibe aprendizados que vão na contramão do acúmulo constante de conhecimentos específicos como sinônimo de saber. Esse Positivismo importado da Europa estava abstraído do contexto de formação histórica e política sul-americana que estava se solidificando desde a colonização.

2.3. O racismo implícito e explícito na imprensa brasileira do século XIX ao XX e o papel da imprensa na Proclamação da República em 1889

Não foram simples as consequências do fim legislativo da escravidão em 1888, e tampouco houve facilitadores ou algum suporte do governo para com os ex-escravizados e suas famílias após o início da República. A “Lei do Ventre Livre” foi promulgada no dia 28 de setembro de 1871, e decretou que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir dessa data fossem livres. Porém, os senhores de suas mães escravizadas teriam a obrigação de mantê-los até a idade de 8 anos, quando poderiam requerer a indenização de 600 mil réis do Estado, ou mantê-los como escravizados até a idade de 21 anos. Este é apenas um exemplo da manutenção estrutural da escravidão, mesmo após a prática se tornar ilegal no Brasil.

Na imprensa, a abolição da escravidão envolveu diversos protagonistas sociais, desde estudantes²⁸, membros do clero, funcionários públicos, trabalhadores rurais e representantes letrados da população negra. A cada nova conquista na linha de atuação abolicionista, ensaiou-se ou editou-se um jornal. Diversos jornais de grande circulação participaram das campanhas abolicionistas, geralmente movidos por motivos políticos de seus editores.

No dia 2 de agosto de 1875, um novo jornal começou a circular no Rio de Janeiro, então capital do Brasil imperial: a *Gazeta de Notícias*, com o jornalista José Ferreira de Sousa Araújo como o principal responsável. O jornal se notabilizou por, em 1879, ser o primeiro do Brasil a instalar uma impressora rotativa em suas oficinas. José do Patrocínio foi um nome de destaque: tendo começado no jornal como simples repórter, logo passou à condição de editor e passou a publicar também folhetins e colunas de opinião.

Ao fim de 1875, a gazeta já publicava cerca de 12 mil exemplares diários por edição, cada um contendo quatro páginas. No ano seguinte, 13.500 exemplares. Em 1878, um salto considerável: 17 mil, e crescendo. Um ano depois, na ocasião em que instalou sua rotativa, pioneira no país, bateu-se a marca de 20 mil exemplares diários. Entrando então em 1880, o jornal era mais do que um sucesso. Em 1881, o jornal imprimia diariamente 24 mil exemplares de seis a oito páginas. (Brasil, 2022)

²⁸ Entre os estudantes, o jovem poeta Castro Alves, assíduo contribuidor na imprensa, traduziu no poema “Navio Negreiro” a luta antirracista no Brasil em pleno século XIX.

Além da *Gazeta de Notícias*, havia também *O Paiz*, um jornal diário de grande circulação lançado em 1º de outubro de 1884 no Rio de Janeiro por João José dos Reis Júnior. Foi um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileiras entre o fim do século XIX e começo do século XX, e durou até 18 de novembro de 1934, quando foi fechado pelo governo de Getúlio Vargas. O jornalista Quintino Bocaiúva acabou sendo uma das figuras mais importantes na história do *O Paiz*. Sendo um dos fundadores do Partido Republicano, foi responsável por consolidar o tom editorial que caracterizaria o jornal em suas campanhas e posicionamentos mais marcantes (Brasil, 2022).

Da tiragem inicial de cerca de 11 mil exemplares, em 1884, Bocaiúva alavancou este número para 16 mil em meados de 1885, 22 mil no início de 1886, 26 mil em 1889 – até que, após a Proclamação da República, o jornal veio a lançar pelo menos algumas edições especiais com tiragem de mais de 60 mil exemplares. Por anos a fio o cabeçalho de cada edição vinha com o slogan: “O Paiz é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América Latina”. (Brasil, 2022)

Em 1875, a imprensa republicana já contava com 74 jornais: 20 no Norte e 54 no Sul. A fundação do Partido Republicano e a criação do jornal *A República*, multitemática e já com formato de leitura de multicolumnas, gatilham mais ainda uso da imprensa a serviço da propaganda da causa republicana, o que se estenderia com força até 1889. (Martins & Luca, 2008). No entanto, a historiadora Ana Luiza Martins nos conta que o Partido Republicano não endossou a proposta abolicionista, “uma vez que muitos de seus correligionários eram proprietários de efetivos plantéis de escravos e - mais que isso - as instituições políticas e a economia do país se sustentavam na ordem escravocrata” (Martins & Luca, 2008).

Esta afirmação da autora nos permite imaginar que havia um interesse particular por trás da abolição da escravidão, que não tinha qualquer relação com os interesses dos escravizados, mas sim como meio para o fim que seria a Proclamação da República - fosse ela proclamada com força militar ou por um movimento popular.

Estrategicamente, embora não desfraldada como bandeira do Partido Republicano, a luta pela emancipação e/ou libertação do cativo foi assumida paralelamente, caminhando *pari passu* àquela republicana. A imprensa foi sua porta-voz mais expressiva, veiculando o jornalismo abolicionista, marco da história da imprensa do país. (Martins, 2008)

Discutir uma República significava, necessariamente, dar continuidade à discussão recorrente do século XIX sobre o que significava ser uma Nação. A ideia de Nação no século XIX está diretamente relacionada à afirmação de uma identidade, e a necessidade de se imaginar uma identidade brasileira era essencial para efetivar o próprio processo de independência do país. A imprensa periódica exerceu um papel central nessa criação de símbolos e representações, fosse pelo seu alcance, pelo tipo de linguagem empregada, ou por ter sido o centro de debates daquelas sociedades do século XIX e parte do XX.

Segundo Marialva Barbosa (2007, p. 82), há também vestígios da inserção de homens e mulheres escravizados no mundo do letramento neste período, como há também o registro da chamada imprensa negra que circulava no Brasil, clandestinamente, com pouca duração, mas persistentemente.



Figura 6. 1ª edição de *O Homem de Cor*, de 14 de Setembro de 1833.

O que se observa a partir das edições analisadas é que a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* adquiriam posicionamento político republicano abolicionista, liberal e antimonarquista, nos anos que antecederam a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Ainda assim, o que se percebe em suas páginas é uma adaptação à realidade brasileira de escravidão do período. Como outros representantes da imprensa tida como oficial da época, as edições destes jornal expunham, em seus classificados, anúncios de escravizados fugidos (Fig. 7).

Figura 7. Coluna de venda de escravizados, retiradas da 1ª edição do *Gazeta de Notícias*, de 1875.

A coluna da figura acima era comum e preenchia as páginas de todos os principais jornais até meados de 1880, como se fossem a parte dos classificados dos jornais impressos de hoje. Serviam como uma forma oficial de busca da elite letrada por mão de obra escrava para realizar serviços domésticos. Isso demonstra que os impressos do período, por mais que propagassem ideias de republicanismo e abolicionismo, também procuravam se adaptar ao seu público, composto majoritariamente por elites letradas - e ser elite no Brasil do século XIX significava, em grande parte, ser dono ou dona de escravizados.

Segundo Marialva Barbosa (2007, p. 82), ao observarmos os anúncios que dão conta de falar das fugas de escravizados, vemos que falam também de características que não são apenas as marcas de seus corpos: suas habilidades profissionais, a destreza com os instrumentos musicais, o gosto pelo canto e principalmente a capacidade de contar, ler e escrever são inúmeras vezes referenciados:

400:000 Rs. Gratifica-se com a quantia acima a quem prender e entregar ao abaixo assinado, em Campinas, os escravos seguintes: Ladisláu, 24 anos, preto estatural regular, bons dentes, prosa e muito risonho, apto para o serviço de roça e cozinha. É natural de Magé, província do Rio, e fugiu da estação de Santa Bárbara em maio de 1876. Marcos, 27 anos, estatura regular, corpo reforçado, cor parda bem clara, cabelos pretos, finos e anclados, pouca barba e pequeno buço. Passa por domador de animais, sabe ler e escrever, entende de cozinha, de pedreiro e de carpinteiro. É natural do Rio Grande do Sul e fugiu em novembro de 1875 da estação de Santa Bárbara. Campinas, 22 de maio de 1878. João J. de Araújo Vianna. (Província de São Paulo, 11 de junho de 1878)

Barbosa explica que é também através da leitura e da escrita que um escravizado poderia vir a ser descoberto e denunciado. Nos anúncios de venda de escravizados, as habilidades da leitura e da escrita são também destacadas como forma de valorizar o produto comercializado. O *Jornal do Commercio* de 4 de novembro de 1837 anuncia:

Vende-se, na rua nova do Livramento nº 84, um pardo alfaiate, que corta e faz toda obra. é bom pião e lançador de campo, também entende de consertar arrepios, é bom sangrador tanto muar como cavalhar, entende de plantações do Brasil, sabe ler, escrever e contar, e está muito próprio para qualquer sr. Fazendeiro. Afiança-se não ter vícios: co motivo da venda a vista se dirá. (p. 4.)

Há portanto, segundo a autora, escravizados com aptidão para realizar leituras de jornais e de outros impressos. Porém, a voz dos homens e mulheres escravizados e o seu pensamento figuram num silêncio documental difícil de ser ultrapassado, uma vez que comunicaram-se muito através de formas orais que, do ponto de vista da produção de documentos, não deixaram rastros suficientes de como se relacionavam com os impressos e como realizavam suas leituras e apropriações: “somente considerando os vestígios do passado como possíveis mensagens - e para isso há que haver uma consciência histórica no presente

que tenha disponibilidade para visualizar suas leituras e interpretações - é que será possível recuperar essa voz e as formas de compreensão do mundo que exercitavam em contato predisposição, com uma sociedade perpassada pelos impressos.” (Barbosa, 2007, p. 83).



Figura 8. *Gazeta de Notícias*, edição nº 135, 13 de maio de 1888.

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea (Lei nº 3.353) foi sancionada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, e extinguiu a escravidão no Brasil (Fig. 8). A lei concedeu liberdade total aos aproximadamente 700 mil escravizados que ainda existiam no Brasil - ao menos em números oficiais do censo da época, pois esse número pode ser muito maior.

Além de somente libertar os escravizados, sem qualquer política pública para auxiliá-los com novas condições de trabalho, sem qualquer integração social ou qualquer indenização justa por uma vida de rebaixamento da condição humana dos escravizados, a lei também significou uma vitória das elites conservadoras, que aboliram a escravidão sem a obrigação de pagar indenização aos fazendeiros, que por sua vez retiraram o apoio político a D. Pedro II. Assim, para a família imperial, a abolição significou a perda total de apoio, e expôs a sua fragilidade perante o movimento republicano, pois já não tinha mais bases para sustentar uma monarquia escravista, que também não mais se encaixava nas concepções do mundo que começava a se formar na virada para o século XX.

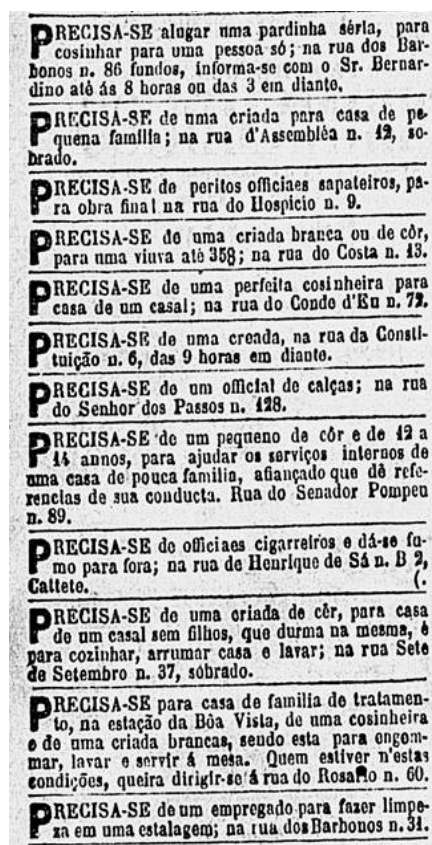


Figura 9. Oferecimento de trabalhos para “criadas” e “empregados” substitui coluna de venda de escravizados para realizar os mesmos serviços. Edição de 14 de maio de 1888 do *Gazeta de Notícias*.

Quando ocorre a abolição da escravidão em 1888, as relações de trabalho mudam, também influenciadas pela imigração em massa de estrangeiros para o país. Porém, o racismo estrutural forjado com a escravidão se mantém intacto, pois o que se observa, nesta mesma parte de “classificados” dos impressos, é somente uma mudança de linguagem por parte dos jornais com aptidão republicana (Fig. 9).

Na comparação entre a imagem da coluna da 1ª edição do jornal *Gazeta de Notícias* (Fig. 7) e da edição de 14 de maio de 1888 (Fig. 9), percebe-se que as palavras “Vende-se escravos” são substituídas por “Precisa-se de criados”, porém os mesmos tipos de trabalhos precarizados são oferecidos. Além disso, a mão de obra do final do século XIX incluía também a chegada em massa de imigrantes ao Brasil, que passaram a disputar um mercado de trabalho - com enorme vantagem dada pelo racismo estruturalizado - junto a ex-escravizados, que foram sendo marginalizados sem qualquer assistência do governo republicano.

[illegible]

CIDADÃOS!

Revive a Nação! Pelo seu órgão o maior autorizado — o POVO! — foi proclamada a República no país!

Já anunciada pelas manifestações da Opinião Pública, profundamente radicada na consciência nacional, aparece agora como um facto consumado!

Está a BANDA DA REPÚBLICA desfilando...

negro-am no vilões Pindaré, nome em latim os
BRASILIANOS para a fidelidade da Pátria.

Quando operado d'organização, é preciso
que todos os homens de bom vontade se con-
corram para salvar a pátria do perigo que a
ameaça. A gen-ralidade do POVO BRASILEIRO,
o seu amor à ordem, o seu espírito de gra-
tificação desde já a mais completa tranquiliza-
ção no presente, de paz, de justiça e de concórdia.

O POVO, no exercício da sua soberania,
poderá, portanto, fazer a sua vontade, e a
sua vontade é a de salvar a pátria.

Ofereço para manter firme esta opinião, Segun-
do, não vou falar de exatidão votai, distribui-
ção de votos, levarei a todos os pontos da província o su-
ficiente que domine a Nação neste novo período
de eleições, e a certeza de esperar que se ha-
verá a mais completa vitória da Pátria, e a
de tornar uma realidade a esperança de
o progresso e a civilização da PÁTRIA.

Amo-nos, JIADADOS - e prestemos con-
tribuição à Liberdade, à Justiça, e Igualdade e à Fortu-
na da Pátria. E não se esqueça o membro de uma
grande Nação.

Viva a nossa Pátria Brasileira!

Viva a Republica!
Viva o Exercito!
Viva a Armada!
Viva a Provincia de São
Paulo!

RANGEL PESTANA.
PRUDENTE DE MORAES.

O Coronel Mursa não assigna por

[illegible]

44

Em 1889, D. Pedro II é deposto a partir de um golpe militar. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente brasileiro, e os militares de seu círculo de influências inauguraram uma república inspirada no modelo francês, baseada na liberdade individual, na autonomia moral e na ordem social, em nome do progresso da sociedade.

Com a Proclamação da República (Fig. 10 e 11) e iniciada a Primeira República, a *Gazeta de Notícias* se posiciona como grande defensora do governo provisório encabeçado por Deodoro da Fonseca. A *Gazeta de Notícias* também cuidava de sempre se mostrar sensível aos interesses das elites agrárias, para a sustentação do novo regime, que foi inicialmente comandado por estas elites²⁹.

Com a chegada da República, *O Paiz* também se consolida como uma das maiores influências na vida política nacional. Quintino Bocaiúva, que fazia parte do editorial do periódico, foi nomeado Primeiro Ministro das Relações Exteriores no governo provisório republicano, ao passo que o seu jornal ia se firmando como um dos periódicos mais vendidos na capital federal no país como um todo.

Os primeiros anos da Primeira República (1889- 1930) foram marcados pela criação de inúmeros símbolos nacionais inspirados por elementos positivistas - uma vez que o movimento republicano que derrubou a Monarquia, como exposto acima, foi fortemente influenciado por essas ideias. Os positivistas brasileiros influenciaram significativamente o movimento republicano, e foram popularmente considerados patronos da República brasileira.

Nesse período, o Brasil viu nascer símbolos, como o Hino Nacional e uma nova bandeira com elementos característicos do pensamento Positivista. Os símbolos faziam parte da identidade dos Estados que se formavam, e refletem os valores e ideais políticos das elites que assumiram o poder. O fato de ser estabelecida a República nesse plano simbólico, da formação de discurso, cria um ambiente para a legitimação da ordem social que seria proposta pela classe social que aderiu ao movimento republicano.

Teixeira Mendes é o autor da atual bandeira nacional, o símbolo mais duradouro da república brasileira, tendo sido da sua iniciativa a inclusão do lema “Ordem e Progresso”, derivado do lema de Comte “O Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim”. Representavam-se, assim, os ideais republicanos, que tinham como intuito primordial promover a ordenação e o desenvolvimento do país, buscando escapar do “atraso” representado pelo extinto governo imperial.

A bandeira, idealizada pelos positivistas, adaptou o símbolo já popularizado. O brasão da República fundia emblemas militares com elementos retirados das armas do império. Quanto ao hino nacional, uma aclamação popular anulou o resultado de um

²⁹ De forma geral, as elites cafeeiras de Minas Gerais e de São Paulo irão dividir o poder ao longo das primeiras décadas de República no país.

concurso para um novo hino, exigindo a conservação da antiga melodia da monarquia, o que significou a vitória do povo e de suas tradições culturais na concepção do manejo do imaginário coletivo.” (Versiani, 2023³⁰)

No Brasil da virada para o século XX, a manipulação da imprensa se torna uma arma e uma influência mais potente do que havia sido no século XIX. Segundo Maria de Lourdes Eleutério (*apud* Martins, 2008, p. 83), o transcorrer da Primeira República trouxe uma imprensa que se diversificava. A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, sob a regência do bordão republicano "O Brasil Civiliza-se", ou através das diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca da ordem e do progresso (Eleutério, *apud* Martins, 2008, p. 83).

Segundo a autora, nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação das tecnologias de comunicação, que permitiram o uso de ilustrações diversificadas - charge, caricatura, fotografia -, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão e menor custo do impresso. Estes elementos propiciam o ensaio de uma comunicação em massa: a imprensa tomava-se uma grande empresa. Lavoura, comércio, indústria influenciam as notícias que seriam publicadas, ou as propagandas e publicidade nela estampadas de variadas formas (Eleutério, 2008, p. 84).

Vale aqui também a menção de uma importante imprensa operária que se formou no Brasil após a Proclamação da República, e que acompanhou as transformações da sociedade capitalista na passagem do século XIX para o XX. Durante períodos de intensa industrialização e urbanização, os primeiros jornais e periódicos operários começaram a surgir, muitas vezes associados a movimentos de trabalhadores e sindicatos. A imprensa operária desempenhou um papel crucial na luta por melhores condições de trabalho, na redução da jornada de trabalho e outros direitos trabalhistas, como também era uma ferramenta para a conscientização e organização dos trabalhadores.

2.4. As rupturas e continuidades do pensamento positivista no século XX: o nacionalismo na Educação e no Estado republicano

O período de 1964 a 1985 no Brasil foi caracterizado politicamente como uma longa ditadura, construída a partir de uma ampla aliança civil-militar e marcada por um intervencionismo econômico do Estado, que visava garantir um futuro comprometido com um projeto de modernização conservadora. Para garantir essa Nova Ordem, o governo recorreu à violência, à criação da legislação de Atos Institucionais, a uma nova constituição em 1967, e a

³⁰ Maria Helena Versiani, em texto para flyer da Exposição "A Res Publica", em exibição no Palácio do Catete, Rio de Janeiro.

novas leis de segurança e de censura na imprensa. O sistema constitucional brasileiro foi completamente reestruturado para legitimar a ditadura.

Durante a ditadura militar no Brasil, a imprensa tornou-se alvo de censura e repressão, com jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão fechadas e jornalistas presos e torturados. No entanto, apesar desses desafios, muitos meios de comunicação continuaram a relatar abusos de direitos humanos e corrupções do governo, muitas vezes com grande risco pessoal.

Após o fim da ditadura, a imprensa continuou a desempenhar um papel importante na promoção dos valores democráticos e na responsabilização dos militares por suas ações. Além disso, o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foram marcados por um ressurgimento do movimento sindical no Brasil, e a imprensa operária teve um papel importante na mobilização dos trabalhadores durante esse período. Com o retorno à democracia nos anos 1980, a imprensa operária continuou a desempenhar um papel vital na cobertura de questões trabalhistas e na promoção dos interesses dos trabalhadores.

O movimento das "Diretas Já!" ganhou forças na década de 80, e foi um importante movimento político no Brasil que clamava por eleições diretas para a Presidência da República durante o regime militar. A principal demanda do movimento era a realização de eleições diretas para presidente, buscando assim encerrar o ciclo de eleições indiretas que ocorriam durante o regime militar, onde o presidente era escolhido por um colégio eleitoral.

Líderes políticos, artistas, intelectuais e grande parte da população começaram a se mobilizar em diversas cidades do Brasil, e grandes manifestações do movimento ocorreram em 1984, quando milhões de brasileiros foram às ruas em várias cidades do país para exigir o direito de escolherem diretamente seu presidente. Uma emenda constitucional conhecida como "Emenda Dante de Oliveira" foi apresentada ao Congresso Nacional, propondo a realização de eleições diretas para presidente. No entanto, a emenda não obteve o número necessário de votos para ser aprovada, e apesar do movimento "Diretas Já", as eleições presidenciais de 1985 foram indiretas, resultando na escolha de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral.

Em 1985, o presidente eleito Tancredo Neves levantou a bandeira de uma nova república, a ser construída com bases democráticas. Tancredo Neves foi o principal signatário de um acordo que previa a garantia da estabilidade política e econômica do país. Tancredo, no entanto, faleceu antes de assumir, e José Sarney, Vice-Presidente eleito, o sucedeu.

O processo da redemocratização foi concluído com a promulgação da Constituição de 1988. A Constituição de 1988 foi também uma grande reviravolta no reconhecimento do direito originário indígena, que precede a própria ocupação do país. A imagem que fica gravada da presença do direito indígena na nova constituição brasileira é a do líder indígena, escritor e ambientalista Ailton Krenak, que discursou na Assembleia Nacional Constituinte e participou do Grupo de Trabalho Indígena (GTI), que atuou dentro da Assembleia Nacional Constituinte. Uma das principais preocupações de Ailton Krenak e do GTI foi a defesa dos direitos territoriais

dos povos indígenas, reconhecendo a importância desses territórios para a preservação das culturas e modos de vida tradicionais.

Como resultado dos esforços do GTI, a Constituição de 1988 incorporou vários artigos específicos relacionados aos direitos dos povos indígenas. O Artigo 231, por exemplo, trata dos direitos indígenas sobre suas terras, enquanto o Artigo 232 estabelece a responsabilidade do Estado em demarcar essas terras. Além das questões territoriais, Ailton Krenak e outros representantes indígenas contribuíram para a inclusão de artigos que reconhecem e protegem a diversidade cultural dos povos indígenas: o Artigo 215, por exemplo, reconhece a valorização e a preservação das manifestações culturais como princípio constitucional.

Indo além do campo jurídico, talvez uma das principais heranças do projeto positivista no Brasil seja o que restou na formação das escolas militares, que gradativamente foram tomando espaço e promovendo seu projeto pedagógico com as escolas do estado. A pesquisadora Maria Amélia Santoro Franco nos traz um apanhado histórico da educação brasileira até os dias de hoje³¹. Segundo ela, a escola pública brasileira traz marcas profundas da educação jesuítica, cuja presença prepondera no Brasil por 149 anos, desde 1549 até a expulsão da Companhia de Jesus, por obra do Marquês de Pombal, em 1759.

No entanto, mesmo após a expulsão dos jesuítas, a situação pedagógica pouco mudou, uma vez que o ensino continuou elitista e enciclopédico, com objetivo de mera memorização dos conhecimentos e com métodos pedagógicos autoritários, o que acabou por desenvolver nos estudantes uma submissão às autoridades e a modelos ultrapassados. A perspectiva de Maria Amélia Santoro é de que, até hoje, esse tipo de didática é tida no imaginário da população como sinônimo de “ser escolarizado” (Franco, 2022, p. 4). Nota-se isso em quase todos os ensinamentos médios de escolas públicas e privadas, que visam prioritariamente formar o aluno para passar em um vestibular ou entrar no mercado de trabalho.

(...) É preciso ser realista para dizer que a didática, sozinha, não terá forças para transformar essa escola e que a escola, por sua vez, não vai ter forças para, sozinha, mudar a sociedade. Será preciso que o coletivo de educadores, focados na possibilidade de tornar a práxis docente revolucionária, do ponto de vista epistemológico e político, atue de forma “radical, rigorosa e de conjunto” (Franco, 2022, p. 8)

Segundo a pesquisadora, é preciso, de alguma forma, salvar a escola da fúria do capitalismo, pois, como escreve Suely Rolnik (2019, p. 4), “o capitalismo está conseguindo colonizar o conjunto do planeta”. A pesquisadora nos alerta de que essa situação formata e coloniza nossos desejos, de forma que “nem sempre nos apercebemos do quanto estamos

³¹ Franco. *Por uma didática decolonial: epistemologia e contradições*, 2022.

sendo oprimidos por uma lógica de colonização que obstrui nossas perspectivas de futuro”. (Franco, 2022, p. 9).

Como explica Walter Mignolo (2005, p. 75), “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada”. Assim, para que a didática funcione como prática inclusiva e emancipatória, será preciso decolonizá-la. Será preciso “buscar uma nova epistemologia didática, que decorra de um pensamento pedagógico outro e produza práticas pedagógicas outras (...) assumir uma nova epistemologia didática implica, sobretudo, adotar outro pensar/fazer pedagógico”. (Franco, 2022, p. 18).

Para alcançar esse outro pensamento/ação pedagógica, a pesquisadora acredita que os conhecimentos trabalhados e construídos na escola precisam impregnar-se das marcas pessoais dos sujeitos. Para isso, as práticas pedagógicas precisam transmutar-se em processos de conscientização e de autonomia intelectual. É isto que, para a autora, seria o ato de descolonizar o ensino pedagógico: “colocar a didática das escolas a serviço de construir projetos e práticas sustentáveis, solidárias, emancipatórias, que desenvolvam consciência dos direitos e deveres, do lugar social de cada um, da necessária premência da vida coletiva”. (Franco, 2022, p. 19).

Decolonizar a educação não seria, portanto, uma proposta tão radical, pois se configuram em práticas cotidianas, de mudança lenta de hábitos, o que já é aplicado de diversas formas, sem necessariamente carregar consigo a nomenclatura de “decolonial”. E essas pequenas mudanças começam na educação primária de uma sociedade.

Renda, educação e raça atestam ainda mais as raízes coloniais da sociedade segregada do Nordeste. No século XIX, o Brasil tinha sete pessoas de ascendência africana para cada pessoa de origem europeia, e a segregação racial normalizada nesse período ajuda a explicar como, hoje, aqueles no topo da pirâmide social são predominantemente brancos (49%) e passaram em média 11,2 anos estudando. No meio, 70% são negros ou pardos e passaram 6,1 anos estudando. Aqueles com a renda mais baixa são 78% não-brancos e frequentaram a escola por apenas 4,6 anos, em média. Brasileiros negros e pardos ganham em média 58% daquilo que brancos ganham³² (Pnad, 2012).

Mesmo após a abolição, houveram formas persistentes de exploração do trabalho que se assemelham à escravidão, tanto no século XX quanto no século XXI. Essas práticas são conhecidas como trabalho análogo à escravidão, ou trabalho escravo contemporâneo. A migração de nordestinos para o Sudeste do Brasil durante o século XX foi um fenômeno significativo para exemplificar estas práticas. Muitos nordestinos, principalmente de áreas rurais, migraram para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro em busca de empregos nas indústrias em expansão, principalmente durante o período de industrialização acelerada do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960. As condições de vida nos centros urbanos do Sudeste,

³² Este estudo ocorreu na Bahia, um estado localizado no Nordeste do País e o centro dos primeiros 200 anos de presença colonial portuguesa na América do Sul.

porém, nem sempre eram ideais. Muitos migrantes enfrentaram desafios como a falta de moradia adequada, infraestrutura precária e discriminação social.

A migração de nordestinos para a construção de Brasília, a capital federal do Brasil, foi um fenômeno específico relacionado à criação da cidade na década de 1960. A construção de Brasília foi um projeto ambicioso do governo brasileiro liderado pelo presidente Juscelino Kubitschek, que visava transferir a capital do país do Rio de Janeiro para o interior do país. Muitos migrantes foram atraídos pela promessa de trabalho e pelas oportunidades associadas à criação de uma nova cidade. No entanto, as condições de trabalho durante a construção de Brasília eram difíceis, e os trabalhadores enfrentaram longas jornadas, condições precárias de moradia e isolamento geográfico.

Em ambos os casos, na migração de nordestinos para o Sudeste e para a construção de Brasília, reflete os desafios associados à urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico do Brasil ao longo do século XX. O principal destaque dado aqui é que esses movimentos populacionais moldaram a dinâmica social e econômica das regiões envolvidas, e esses mesmos trabalhadores foram eventualmente constituindo a periferia das grandes cidades, sendo marginalizados.



Figura 12. Recorte extraído do jornal digital G1, de 10 de outubro de 2023.

Hoje, muitos trabalhadores, especialmente em setores como agricultura, construção civil e indústria, enfrentam condições de trabalho extremamente precárias. Longas jornadas, falta de segurança no trabalho, alojamentos inadequados e salários baixos são algumas das características que se assemelham à exploração vivenciada por escravizados no passado. Especialmente em áreas rurais, muitos trabalhadores são submetidos a esquemas de endividamento que os mantêm em um ciclo de dependência (Fig. 12). Essa prática, conhecida como servidão por dívida, é semelhante à coerção econômica que historicamente foi usada para manter pessoas em situação de escravidão. Além disso, o trabalho infantil, que foi uma realidade forte durante a escravidão, ainda persiste em algumas regiões e setores, representando uma forma de exploração que continua ao longo do tempo.

Falando ainda de escravidões mais contemporâneas e relacionadas a empregos de grandes cidades, durante muito tempo, a esfera do trabalho ficava dentro de uma esfera temporal e uma esfera geográfica: saíamos para trabalhar, e tínhamos hora para voltar. Hoje, carregamos o trabalho para onde vamos, dentro de nossos smartphones e computadores, e podemos trabalhar a qualquer hora, receber ligações, mensagens, e-mails, etc. As esferas se romperam, e o trabalho faz parte de nossas vidas o tempo todo. Por outro lado, há também a continuidade da esfera temporal e espacial, especialmente em trabalhos nos quais os trabalhadores são constantemente vigiados para “bater metas” de produtividade (Fig. 13).



Figura 13. Tira de 2016 do desenhista André Dahmer, retirado da série “Quadrinhos dos anos 10”

Em muitas sociedades, há uma divisão social do trabalho que categoriza certas atividades como mais nobres e intelectuais, enquanto outras são consideradas menos importantes ou de menor status, e o trabalho braçal muitas vezes é colocado em uma posição inferior nessa hierarquia. A associação entre trabalho braçal e exploração, como em uma situação de escravidão, contribuiu para a desvalorização dessas atividades.

Por que a base social brasileira, a maioria da classe trabalhadora do Brasil, é composta por mulheres negras? Por que estas pessoas recebem sempre os piores empregos? Quem mora em qual bairro? O apanhado histórico deste capítulo procura responder parcialmente estas questões. A ideia de que certas tarefas físicas eram destinadas a grupos específicos de pessoas contribuiu tanto para estereótipos negativos associados ao trabalho braçal, como para a manutenção de um racismo estrutural nas relações de trabalho. Em muitas sociedades que foram escravistas, trabalhadores negros e mulheres podem estar mais concentrados em empregos braçais e enfrentar discriminação salarial, por serem associados de maneira racista a determinadas funções, consideradas pelas elites como menos “nobres” ou “intelectuais”.

Com o avanço da tecnologia e automação em alguns setores, há também uma preocupação crescente de que trabalhos braçais possam ser substituídos por máquinas. Isso, por sua vez, pode impactar ainda mais a valorização dessas atividades e a segurança do emprego para aqueles que dependem delas. No entanto, é essencial destacar que o trabalho

braçal é fundamental para o funcionamento de muitas sociedades, e a desvalorização dessas atividades frequentemente reflete preconceitos que precisam ser abordados para promover uma distribuição mais justa de reconhecimento e recursos.

Diferentemente da África do Sul e dos Estados Unidos, onde houveram políticas legais de apartamento de raças, no Brasil, essa política nunca se legalizou. Enquanto aqui se professava o mito da democracia racial, a estrutura de funcionamento social brasileira sempre fez esse apartamento de maneira implícita, na sua construção cultural. O Brasil de hoje se constrói sobre o transporte e a exploração dos corpos destituídos de suas humanidades, reduzidos a meras ferramentas de trabalho pesado.

Assim, enquanto aqui no Brasil o mito da democracia racial consolidava o discurso interno de que tudo estava bem, e de que “não existe racismo no Brasil”, esse apartamento social era construído e naturalizado na nossa cultura. O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental, recebeu quase 5 milhões de africanos, e foi o país que mais tardou a extinguir a escravidão. Quando pensamos nas fundações da nossa civilização, é preciso evidenciar que a maioria das pessoas que viveram no Brasil desde 1500 até mais ou menos o século XVIII eram pessoas negras. Segundo Barbosa (2007, p. 84), “é preciso um tempo presente, para pensar os escravizados não apenas como objetos, mas como sujeitos históricos que viviam num mundo de múltiplas vozes”.

A Segunda Revolução Industrial, que ocorre entre o final do século XIX e o início do século XX, provocam rápidas urbanizações e, com elas, mudanças drásticas na cultura da informação, cada vez mais acelerada e presente na vida das pessoas: é o início do capitalismo financeiro e monopolista. Em paralelo, a propagação dessa industrialização cada vez mais exacerbada gera uma corrida por mercados, também conhecida como corrida imperialista. Com o crescimento demográfico na Europa, estrangeiros vêm às colônias para substituir a mão de obra escravizada recém liberta.

A justificativa para o Imperialismo era a mesma do discurso civilizatório: levar os “avanços industriais” para os países colonizados, extraindo destes países a matéria prima necessária para que essa industrialização acontecesse. Assim, as potências industriais vão começar a “colonizar” o mundo com uma nova lógica de ordem: o neocolonialismo. O Imperialismo impõe a ideia da lógica única, de que todos deveriam pensar igual, e este contexto de ignorância e superioridade produz uma excrescência: o darwinismo social, que regenera o racismo do século XIX na cultura do século XX.

Falar em República remete à ideia de liberdade, de universalização dos direitos, do espaço como domínio das pessoas, do interesse definido pela participação de todos os cidadãos nas decisões políticas, mas essa palavra nomeou diferentes práticas na política brasileira, e serviu a diferentes propósitos ao longo do tempo. Apesar da forte inspiração no início da República, o Positivismo no Brasil não durou, e o lema estampado em nossa bandeira

não vingou. A política brasileira passou por sucessivos atentados contra a democracia e reprimiu a liberdade dos cidadãos. Antes mesmo do fim da Primeira República - que se tornou um regime coronelista³³ mantido pelo voto de cabresto -, perde de vista os ideais positivistas tão caros para os republicanos franceses:

(...) a história da nossa república não é apenas a da traição de ideais e de frustração com promessas de liberdade e felicidade que não se cumpriram. Ela também é a história de uma sociedade em busca de formas (políticas, econômicas, culturais e sociais) para superar os legados de um passado secular marcado pela dependência econômica do exterior, pelo mandonismo dos grandes proprietários de terras e pela escravidão (...) Esses legados, produtos das estruturas sociais e políticas criadas no período colonial (1500 - 1822) e mantidas em grande parte pelo regime monárquico (1822-1889), não foram combatidos pela elite oligárquica republicana que ajudou a derrubar a monarquia, pois, em grande parte, ela mesma se beneficia dessas estruturas arcaicas. (Napolitano, 2017, p.8)

Quando levantamos a bandeira que clama “Ordem e Progresso”, é importante refletir de que progresso estamos falando. Em teoria é um progresso cumulativo, linear, que anda em direção a um só futuro. No entanto, na prática sabemos que não existe apenas um caminho e um resultado, e que cada indivíduo caminha no seu próprio tempo. Mas, por diversas razões - de contexto histórico, espacial e político -, nosso pensamento se inclina a este mesmo caminho linear e progressivo, pois há muito fomos acostumados a crê-lo como o único possível.

A passagem do conhecimento, do teológico para o metafísico e novamente para o positivo, já traz em si essa noção de um continuísmo progressivo da ciência - um aperfeiçoamento constante, sem uma linha de chegada além da utopia. Porém, quando a prática foi institucionalizada no Brasil, buscava-se de fato atingir uma linha de chegada, sendo que, na teoria, seria utópica. O quanto fortaleceu-se nosso militarismo na cultura brasileira a partir dessa única forma de conhecimento linear, incrustado, principalmente, no ensino público e na segurança pública do país? O quanto foi apoiado em uma ideologia que promovia teoricamente o avanço do progresso, mas que na prática provocou a opressão daqueles que não estavam dispostos a acatar esse mesmo caminho?

Toda ideia de progresso carrega consigo ideias retrógradas e ideias revolucionárias, e a sua aplicação no mundo real é sempre bem diferente de como se estabelece como teoria

³³O coronelismo foi uma prática política comum durante a Primeira República, na qual os coronéis coagiam seus subalternos a votarem em seus candidatos à Presidência, através do voto de cabresto, para assim se manterem no poder.

científica. Há sempre ganhos e perdas num processo histórico, e é preciso reconhecer ambos o lado de quem perdeu e o lado de quem ganhou, para compreender o real peso e significado de um conceito filosófico demarcado pelo tempo, como foi o Positivismo. Porém, as fontes disponíveis para realizar esse balanceamento são praticamente unilaterais para o lado dos “vencedores” - no caso, das elites agrárias e políticas.

De um lado, as ideias novas foram um instrumento para a renovação do sistema, proporcionando-lhe homogeneidade e consciência de si mesmo e de sua função nos planos econômico, político, social e cultural. Por outro lado, essas ideias em nada contribuíram para o progresso que pregavam, devido não só à falta de respaldo popular, como ao crescimento cada vez mais forte da oligarquia cafeeira que, reforçada em seu prestígio e poder, iria vir a manter um sistema político-institucional de dominação socioeconômica das classes restantes.

A história exposta neste capítulo buscou evidenciar o contexto histórico do Brasil no século XIX, e as ideologias eurocêntricas que atravessaram o oceano e influenciaram os principais agentes políticos na transformação do país em um Estado-nação. Buscou-se evidenciar também que estes mesmos agentes, por mais que promovessem em seus jornais e periódicos imensas mudanças sociais, se contentaram por uma manutenção conservadora de direitos direcionados a classes políticas mais privilegiadas. Ainda assim, embora o Positivismo tenha influenciado diversas áreas do pensamento, especialmente o jurídico, a Constituição Federal brasileira de 1988 em si não é explicitamente marcada por princípios positivistas: é um documento complexo que incorpora diversas correntes filosóficas e jurídicas, e reflete valores democráticos, princípios republicanos e a influência de outros movimentos sociais da época.

Buscou-se evidenciar como a construção das bases do jornalismo foi conservadora, e em muitos aspectos se manteve conservadora, por fazer parte de uma gama de outras influências eurocêntricas firmadas na Modernidade que se estabelece desde o século XVIII. O século XX no Brasil viu o estabelecimento de vários regimes políticos diferentes no Brasil, incluindo governos democráticos, ditaduras militares e governos de transição. É somente a partir da década de 1980 que essa prevalência da visão eurocêntrica positivista sobre a política, a educação e a sociedade é questionada com maior fôlego, após períodos políticos conturbados vividos entre a Era Vargas iniciada em 1930 e a Ditadura Militar de 1964.

Hoje, com as novas ferramentas e formas de comunicação que se apresentam, há mais espaço para incluir as populações marginalizadas no projeto republicano. Veremos no capítulo a seguir como se configura o jornalismo brasileiro nos dias de hoje. Por um lado, ainda reforça determinado conservadorismo do senso comum, mas por outro, também é capaz de expandir-se e assumir novas formas e incluir mais pessoas e mais diversidade no seu meio. Buscaremos compreender também como é formada a opinião pública em um mundo extremamente digitalizado, acelerado e multifacetado.

CAPÍTULO TRÊS: As novas ideias

Neste capítulo, buscaremos trazer para o século XXI os conceitos abordados nos capítulos anteriores, para abordá-los dentro do contexto da era digital e das novas formas de comunicação de notícias, que se adaptaram ao ritmo acelerado do contexto contemporâneo.

Trazendo a História do Brasil para a passagem do século XX para o XXI, com o advento da internet na década de 80 e as novas facetas que a mesma vai adquirindo até os dias atuais, discutiremos como a questão da linguagem das notícias vai mudar nesse ambiente. Como ocorre, por exemplo, a relação com o “outro” no ambiente digital, quando pessoas se tornam usuários e números sem face e sem voz, anônimos por escolha própria. Por outro lado, mostraremos como esse anonimato também abre espaço para que anonimatos anteriores, de grupos sociais marginalizados da cultura escrita, vêem no mundo digital a possibilidade de tornar públicas suas histórias e perspectivas, e, a partir daí, influenciarem a opinião pública.

Mostraremos também como o jornalismo digital incorpora as novas tecnologias de comunicação midiática e é capaz de se expandir para outros formatos, como o jornalismo de *podcast* e o telejornal, abordando assim a visualidade e a oralidade nesse meio. A oralidade e a visualidade são marcas características do ambiente digital, e são ferramentas capazes de expandir, até certo ponto, uma democratização da informação na “ecologia de saberes” do novo século.³⁴

As formas de comunicação orais e visuais são discutidas desde o início da prensa, na reprodução de imagens nos livros, mas ganham novo fôlego em uma era contemporânea na qual o mundo digital se demonstra ser cada vez mais imagético do que escrito. Nesse contexto, busca-se finalizar esta pesquisa discutindo como podemos melhor trabalhar com esse imagético e essa cultura oral na atualidade, para, a partir delas, incorporar novas vozes e novas fontes ao jornalismo e à comunicação como um todo, com o intuito de elaborar como uma comunicação decolonial pode ser benéfica para trabalharmos outras epistemologias, diante dos novos desafios que se apresentam no século XXI.

3.1. O século XX e o advento da internet: as novas faces da notícia, a questão da linguagem e a relação com o Outro no ambiente digital

O historiador Eric Hobsbawm destaca que o ser humano da segunda metade do século XX viveu muitas transformações e experiências novas, causando profundas alterações nas relações sociais e transformando as próprias normas sociais vigentes - e, dentre elas, a utilização da comunicação, área imprescindível para a produção de conhecimento (Hobsbawm,

³⁴ Por serem formas diferentes de comunicação e conhecimento, abrindo assim o leque para a oralidade presente em culturas apagadas pelo eurocentrismo, como a de povos originários indígenas e das culturas de resistência de povos afrodescendentes transportados para as Américas.

1995). Elizabeth Eisenstein (1998) também já afirmava, sobre a primeira fase da prensa de Gutenberg, que a melhor forma de preservar um conhecimento consistia em torná-lo público, em comunicá-lo e disseminá-lo para além de um espaço físico. Assim, a preservação do conhecimento através da sua disseminação é também característica do mundo digital - ainda que a mídia física nos acervos de cultura e nas casas das pessoas ainda seja uma das principais formas de preservação do conhecimento³⁵.

O pesquisador Bruno Ricardo Pires afirma que “a vida contemporânea é complexa e caracterizada por fenômenos sociais planetários, como o fortalecimento do capital transnacional, a globalização e a internet, elementos que alteram profundamente a produção do conhecimento da humanidade”. Neste campo entre a sociologia e a antropologia, as comunidades e sua sociabilidade são organizadas “a partir de relações menos formais e mais afetivas e práticas, em contraposição aos domínios da sociedade, no alto de sua racionalidade humana” (Pires, 2021, p. 2, *apud* Brancalone, 2008 & Tonnies, 1957).

O pesquisador Dominique Petit (2016) afirma que o advento do digital revelou o potencial das redes e da interconexão. Após um período inicial de supremacia do computador, a sociedade em rede se caracteriza atualmente pela profusão de smartphones e *tablets*. Essas tecnologias digitais móveis, por meio do wi-fi ou da banda larga móvel, permitem a interconexão de usuários em um espaço-tempo novo, entre o espaço físico e o espaço virtual (Petit, 2016, p. 1). Eis assim, a partir da abordagem citada, como caracteriza-se a virtualidade.

Porém, é preciso reforçar que ainda não vivemos inteiramente no mundo digital. Ainda há uma clara separação entre o mundo real, onde o tempo corre mais lentamente e a informação também, e o digital, onde o tempo corre com extrema velocidade e muitas vezes nem somos capazes de calcular a quanta informação somos expostos diariamente. E, na verdade, os desafios da realidade física nunca nos exigiram tanta atenção como exigem agora.

O advento da virtualidade no cotidiano das pessoas traz novidades para a forma como as notícias circulam. Hoje, num contexto onde todos usufruem da mobilidade dos smartphones, em sua grande maioria com acesso à rede e com câmera de vídeo, não somente somos capazes de acompanhar a informação de perto e com extrema velocidade, como também somos capazes de registrar os fatos e divulgá-los instantaneamente. Além disso, o fenômeno de “viralizar” uma notícia pode acontecer com qualquer usuário, sem a necessidade que existia, até poucas décadas atrás, de terceirizar aquela informação para ser divulgada por um grande centro de jornalismo impresso ou televisivo. Uma notícia pode se tornar viral através de um vídeo gravado na rua, ou mesmo por uma investigação conduzida por um usuário anônimo. A informação hoje circula mais livremente entre usuários, e fica a apenas cliques de distância.

³⁵ Uma vez toda a informação sendo armazenada virtualmente está em uma nuvem digital, que pode ser desligada através de uma mídia física a qualquer momento, o dono de uma mídia física, como um DVD, CD ou fita cassete, é, de certa forma, o portador dos conhecimentos daquela obra de arte pelas gerações que virão. A existência de acervos que preservem os documentos fisicamente é essencial.

Por outro lado, por volta de 2013, o uso da mídia digital nas notícias começa a adquirir interesses privados, trazendo, por exemplo, as *paywalls* nas notícias, que obrigam o usuário a pagar para ler, com o objetivo de monetizar a leitura da notícia virtual. Isso coloca uma barreira na democratização da informação no digital. Porém, ao mesmo tempo que esse interesse privado cresce, a internet segue se diversificando, e a tecnologia por trás se aprimora, possibilitando cada vez mais espaço para novas mídias circularem livremente pelas redes.

Além da veloz difusão de notícias da rede para o mundo real, um outro novo fenômeno da virtualidade que repercute no tempo da realidade física é o “cancelamento”, no qual um usuário ou grupo é alvo de críticas intensas, boicotes ou um certo “ostracismo”³⁶ devido a comportamentos controversos perante a “opinião pública” das redes, geralmente relacionados a questões éticas, morais ou sociais. Esse movimento pode resultar na perda de reputação e oportunidades profissionais para os envolvidos.

O fenômeno do “cancelamento” na virtualidade pode ser relacionado à colonização através da ideia de um poder de influência exercido, onde certos grupos dominantes ou ideologias exercem controle sobre o discurso *online*, silenciando vozes dissidentes e perpetuando normas culturais hegemônicas. Há uma disputa pelo sentido das palavras. Similar à dinâmica colonial, o cancelamento na virtualidade reflete uma imposição de padrões e valores - desta vez, cobrado não por governantes, mas pela própria população, que reproduz os discursos hegemônicos, limitando a diversidade de perspectivas e contribuindo para a reprodução de relações de poder no mundo digital.

Por outro lado, apesar dessa possível relação, o que pode ser observado é que os “cancelamentos” que ocorrem nas redes tem geralmente se concentrado em críticas feitas precisamente a grupos hegemônicos de poder: homens que se demonstram machistas, brancos que se demonstram racistas, heteros que se demonstram homofóbicos, dentre outros grupos que apresentam comportamentos de intolerância - e que podem potencializar reflexões e mudanças na opinião pública. É claro que, dependendo do grupo social destacado, o “cancelamento” também pode se apresentar como manifestação de intolerância racista, machista e homofóbica: tudo depende da forma como determinada tecnologia é utilizada, e de quem a utiliza. Assim, o fenômeno do cancelamento pode se tornar uma ferramenta de “correção” de atitudes que por muito tempo foram normalizadas, mas que hoje, expostas a um público *online* muito mais abrangente, não são mais vistas como normais.

Estes fenômenos virtuais não são simples, e tem várias facetas. Por outro ponto de vista, o contexto virtual também pode ser utilizado como uma ferramenta de disseminação de ideias fascistas e de extrema direita. Destacam-se aqui as preocupações sobre o potencial impacto dos algoritmos nas plataformas de mídia social, como o “TikTok”, na exposição de

³⁶ Como se o usuário fosse “expulso” da rede na qual foram cancelados: seus seguidores diminuem, suas postagens são silenciadas e/ou se enchem de comentários agressivos, e você perde um status adquirido por trabalho, fama ou mesmo por ter um perfil popular *online*.

crianças e adolescentes a conteúdos extremistas. Algoritmos são projetados para personalizar o conteúdo com base no comportamento do usuário, mas podem inadvertidamente criar bolhas de informação ou direcionar indivíduos para conteúdos mais extremos. É essencial abordar essas preocupações por meio de análises mais aprofundadas, regulamentações adequadas e educação sobre literacia digital para garantir um ambiente *online* mais seguro para os jovens.

Uma vez abordado que há uma reprodução da disputa de discursos no ambiente virtual, levantam-se questões: povos originários, afrodescendentes, grupos LGBTQIA + e outros subgrupos podem ganhar voz no ambiente digital? As mídias sociais são uma força que pode ajudar a reduzir a desigualdade que resulta de 500 anos de colonialismo baseado na escravidão? Será que há de fato uma aceitação no mundo virtual a partir do anonimato, ou preconceitos e discriminações por grupos intolerantes são igual ou mais presentes no ambiente digital, que, inevitavelmente, reflete as mudanças do mundo real?

A abordagem apresentada por Juliano Spyer³⁷ traz evidências que apontam para a ideia de que talvez as mídias sociais sejam populares também porque permitem que brasileiros de baixa renda retenham o tipo de relações sociais densas que a migração e novas modalidades de trabalho estão diluindo. Segundo esse argumento, as mídias sociais permitem que algumas dessas pessoas resistam à modernização ao “renovarem as possibilidades de ataque ao crescimento do individualismo, e ao fornecerem novas possibilidades para o cultivo de redes de apoio coletivas e tradicionais” (Spyer, 2018, p. 21):

Por um lado, normalmente associamos as mídias sociais à modernidade no seu sentido de “novidade” – alta tecnologia, fibras ópticas, inovação, acesso instantâneo à informação –, mas talvez a popularidade das mídias sociais reflita também como elas fortalecem valores e práticas tradicionais que estão entranhadas em organizações sociais, como famílias estendidas e redes de ajuda mútua, ainda mais necessárias agora dadas as drásticas mudanças pelas quais essa população tem passado recentemente. (Spyer, 2018, p. 256)

Assim, segundo o autor, o uso real das mídias sociais não é para interagir com pessoas que estão distantes (embora isso aconteça), mas são também importantes ao “ajudar as pessoas a preservarem as relações sociais e o apoio que são ameaçados por outras forças modernizadoras, concomitantes ao advento das mídias sociais” (Spyer, 2018, p. 270). Podemos citar tais forças como a precarização do trabalho, o avanço do neoliberalismo, as consequências sociais da pandemia de COVID-19, a relação cada vez mais brutal com o meio ambiente em chamas, entre outros desafios do presente e do futuro no século XXI.

³⁷ Spyer. *Mídias Sociais no Brasil Emergente*, 2018.

Juliano Spyer conclui que, em vez de ser apenas uma força transformadora que atua de maneira binária – “empoderando indivíduos” ou “destruindo a privacidade” –, a consequência das mídias sociais depende da forma como as pessoas se comunicavam antes da internet e das tensões que existem em suas vidas. “É a partir desse contexto que podemos entender melhor porque, apesar da situação de vulnerabilidade de grande parte da população brasileira, estes foram capazes de produzirem sua própria inclusão digital” (Spyer, 2018, p. 271).

A ciência envolve uma socialização, uma execução rotineira de aprendizado formal e informal. Ela exprime uma ativa diligência sobre substâncias, seres vivos, moléculas, proteínas, compostos químicos e artefatos técnicos, não apenas em um reflexo da realidade tal como é, mas construindo-a através de relatos provisórios com a ajuda de máquinas e equipamentos de análise e organização de dados. (Premebida, 2011, p.3)

O pesquisador e sociólogo Adriano Premebida (2011) afirma que compreender como se dá a socialização entre indivíduos e a relação que se estabelece entre diferentes grupos sociais - ou seja, como se dá relação com o “outro” dentro do ambiente digital - é uma peça-chave para compreender esta tecnologia, pois “As tecnologias e os discursos são manifestações indissociáveis” (Premebida, 2011, p. 39). O pesquisador também afirma que “o contexto sociopolítico está sempre influenciando a prática científica de algum modo”, mas que, mesmo a ciência sendo influenciada por “contextos externos”, ela avança e segue resolvendo problemas, justamente por ajustar interesses sociais e cognitivos. Ou seja, “a ciência bem-sucedida é aquela que soube utilizar o “social” a seu favor” (Premebida, 2011, p. 34).

Eis aí uma das importâncias características das redes sociais na comunicação contemporânea. Dentro desse contexto, compreenderemos a seguir algumas formas midiáticas que coexistem no mundo digital que podem fornecer importantes *insights* a respeito das formas de comunicação dentro do digital - e, em especial, da comunicação de notícias que, até pouco tempo atrás, estava limitada ao impresso. Estes aspectos são a oralidade e a visualidade.

3.2. Jornalismo digital: visualidade, oralidade, e o documento audiovisual

Na discussão entre a cultura oral e a cultura escrita, e o que se torna documento entre essas duas formas, também se enredam as questões do que é notícia, na compreensão de que a História oral deveria ser considerada documental também, e portanto, deve ser encarada como um registro de fatos, ainda que subjetivos. Uma possibilidade a ser analisada é que o

digital reintroduz a oralidade e reapropria a escrita, e essa relação aborda a ideia de que, no ambiente digital, a oralidade sobrevive e pode agora ser preservada.

A internet de modo geral, e as redes sociais on-line em específico, têm ajudado muito quanto ao acesso às informações - e, embora informações não sejam conhecimento, ajudam na resolução de muitos problemas. Por outro lado, “a oralidade entre membros de um clã familiar, de anciãos para com novas gerações, dentro de aldeias indígenas e outros agrupamentos humanos é muito importante para distintos processos de produção e de reprodução do conhecimento”. (Pires, 2021, p. 2). Ambos formatos se complementam. Além dessa relação, há a relação com a escrita. A pesquisadora Marcela Cristina Evaristo afirma que a fala se constitui, nas sociedades letradas, em suas interações com a escrita, como também com as linguagens e expressões não-verbais. Pensar na oralidade significa, então, pensar na linguagem humana, no ser humano estabelecendo relações com os outros seres humanos (Evaristo, 2006, p. 9).

A pesquisadora acredita que a formação de sujeitos autônomos e conscientes dos lugares sociais ocupados por todos deve incluir a compreensão e a produção oral, e que ensinar e aprender oralidade significa muito mais do que identificar elementos e funções desse tipo de comunicação, mas, principalmente, “implica uma reflexão profunda sobre a natureza das relações interpessoais, seus matizes e motivações, seus desdobramentos em termos individuais e coletivos” (Evaristo, 2006, p. 6).

O pesquisador Bruno Ricardo Pires segue essa mesma linha de pensamento e a complementa, pois, segundo o pesquisador, o fenômeno das redes sociais on-line, altera o modo de comunicação da humanidade e o acesso às mais diversas informações (verdadeiras ou falsas, de cunhagem científica ou de senso comum), mas “a oralidade, assim como o letramento, fortemente impactados pela era midiática, permanecem como importantes meios de diálogo e de informação” (Pires, 2021, p. 6).

Assim, destaca-se a importância insubstituível da oralidade como conexão para a expressão de intenções e para a sociabilização e interação de informações e mesmo de diferentes formas de conhecimento. Por fim, afirma-se que as mídias digitais de modo geral e as redes sociais on-line “trazem uma nova dinâmica de comunicação à sociedade e às comunidades (dentre elas as comunidades tradicionais) em específico, alterando seu modo de viver”, mas também sendo capaz de incorporar suas tradições e conhecimentos nessa imbricada relação entre redes que existe no mundo digitalizado, seja em processos formais ou informais de comunicação e interação social (Pires, 2021, p. 7).

Por um lado, “a oralidade é um dos meios mais primitivos da comunicação humana, estruturada sobre diversas outras tentativas de expressão e interação” (Pires, 2021, p. 4). Mas, por outro lado, é também uma novidade a reincorporação dessa oralidade de uma forma inédita no meio digital. Isso porque, unida a uma nova forma de acervo digital, faz surgir uma possibilidade de preservação digital de documentos orais. As formas orais de notícias (ou

simplesmente de relatos e depoimentos que compõem tanto o jornalismo como a História oral) incorporam em si uma subjetividade humana que é muito bem-vinda na “ecologia de saberes” do século XXI, e na abrangência da comunicação humana de modo geral.

Num momento histórico marcado por distanciamentos, superficialidades, desvarios diversos e pouca atenção real ao outro, perceber esse outro e considerá-lo conscientemente em suas construções e usos diversos de linguagens significa perceber a si mesmo como elemento determinante no contexto sócio-histórico de que se participa. Aprender a conviver, a trocar, a dividir, a se solidarizar é aprender a cuidar de si; o sujeito, na medida em que cuida de suas relações com outros, componente essencial do ser humano, constrói sua existência de forma menos solitária. Essa atenção para o outro e, portanto, para si mesmo, inclui a consideração dos sujeitos em interação social e verbal. (Evaristo, 2006, p. 7)

Além da presença da cultura oral no ambiente digital, é também necessário abordar a linguagem visual nesse contexto.

No cotidiano contemporâneo, somos bombardeados por centenas, se não milhares de imagens diariamente, seja com *outdoors* na rua, propagandas na televisão, ou simplesmente na linha do tempo de postagens nas redes sociais de nossos *smartphones*. Essa visualidade característica tanto do mundo digital quanto do real, ligada à oralidade, transforma-se num produto audiovisual que, diferentemente daquele criado no começo do século XX em formato cinematográfico, é capaz de expandir-se em diversos conteúdos e significados no digital.

As pesquisadoras Nonny de La Peña e Peggy Weil abordaram um conceito importante a ser explorado dentro do universo multimídia: o jornalismo imersivo. As pesquisadoras trazem uma visão de que o conteúdo audiovisual é apenas uma amostra do mundo físico, e esta amostragem pode transmitir informações incorretas, seja deliberadamente ou não. Embora estejamos habituados a ver vídeos, imagens e gravações de áudio como duplicatas fiéis da realidade, sabemos que, em muitos casos, não o são. Hoje, torna-se cada vez mais fácil falsificar imagens fotográficas e até mesmo vídeos, utilizando *softwares* gratuitos que podem ser obtidos *online* por qualquer usuário (Peña, Weil, 2010, p. 299).

As pesquisadoras afirmam que a esmagadora quantidade de informação audiovisual disponível hoje nos meios de comunicação social levou à preocupação de que o público se torne indiferente aos tópicos que envolvem o sofrimento humano, e um papel importante do jornalismo imersivo poderia ser o de restabelecer o envolvimento emocional do público nos acontecimentos atuais. Os autores acreditam que “o jornalismo imersivo oferece uma forma profundamente diferente de vivenciar as notícias e, portanto, em última análise, de

compreendê-las de uma forma que de outra forma seria impossível, sem realmente estar presente” (Peña, Weil, 2010, p. 300).

O jornalismo imersivo é trazido aqui como uma das inúmeras possibilidades inovadoras de se utilizar novas tecnologias, que incorporem mídias orais e mídias visuais a favor da divulgação da informação e do conhecimento. No entanto, é possível assumir também uma perspectiva mais ampla dessa imersão na informação através de outras formas de mídias, como por exemplo nos jogos de realidade virtual, que são capazes de não somente prender a atenção dos usuários, como também de levá-los a interagir com diferentes conhecimentos, uma vez mergulhados no universo digital do jogo.

A transformação das tecnologias continua a impactar a maneira como consumimos e produzimos informações. A mídia impressa, a mídia digital e a mídia oral são formas distintas de comunicação, cada uma com suas características, vantagens e desafios. O impresso, apesar de em outra época ter sido sinônimo de maior disseminação de conhecimentos, no contexto atual pode ter limitações geográficas e logísticas na sua distribuição, pois a acessibilidade depende da disponibilidade física do material. Além disso, custos de produção, impressão e distribuição podem gerar resíduos e ter impactos ambientais. Por outro lado, o impresso oferece uma forma de informação mais duradoura, e é tradicionalmente associada a uma maior credibilidade, devido à sua presença histórica na preservação da cultura humana.

Já a mídia oral está muito mais relacionada com a preservação da tradição cultural de povos originários, além de que o ensino da oralidade exige uma interação direta entre indivíduos, o que pode ser benéfico para a comunicação de inúmeras formas no contexto da virtualidade na qual estamos muito inseridos cotidianamente. A oralidade também interage diretamente com um ambiente digital que permite interatividade, comentários, compartilhamento instantâneo e participação ativa da audiência - participação esta que pode ser oral, escrita e até mesmo visual, através de vídeos, fotos e memes.

Assim, é possível afirmar que a comunicação no ambiente digital é capaz de unir a cultura do impresso à cultura da oralidade e da visualidade, e que cada forma de mídia desempenha um papel único na comunicação; a escolha entre elas muitas vezes depende do contexto, do público-alvo e dos objetivos de comunicação - da forma como se utiliza a mídia.

O historiador francês Jacques Le Goff afirma que a memória coletiva e a sua forma científica, a História, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos, que são escolhas feitas pelos historiadores, e os monumentos, que são deixados como heranças do que um dia foi cultuado no passado (Le Goff, 1996). O documento, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e início do século XX, será fundamento do fato histórico, ainda que resulte da decisão do historiador dessa época - além disso, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. No entanto, Le Goff afirma que não existe um documento objetivo, inócuo, primário, e que todo documento produzido pelo homem “é ao mesmo tempo verdadeiro e

falso”, na medida em que foi quase sempre selecionado a partir de um interesse de dominação de um grupo social por outro (Le Goff, 2016).

Poderíamos classificar da mesma forma o documento audiovisual, também chamado documentário? A partir da pesquisa levantada, acredita-se que sim, mas como tudo, há dois lados. Há uma factualidade presente naquele registro audiovisual, como também há de se pensar que o documento audiovisual não é mais preciso historicamente por se tratar de um registro imagético de determinado acontecimento. Por trás do corte final, há sempre uma intencionalidade, roteiro e montagem além do que foi filmado. Há o que é mostrado e o que não foi mostrado, por escolha de um diretor ou editor. Estes termos geralmente competem ao mundo do cinema, mas aqui, se abrangem também para falar de editores de telejornais ou podcasts jornalísticos.

Além disso, falando ainda em termos cinematográficos, é preciso tomar certo cuidado para não confundir documentário como documento, que trabalha com a História oral, com o documentário como filme. O filme, que intenciona conquistar uma audiência, se utiliza de outros recursos para atingir seus objetivos, como a dramatização da narrativa e a reformulação de determinados momentos históricos. Trabalha, assim, muito mais no campo imaginativo e da homenagem, e não no campo histórico e historiográfico³⁸.

Ainda neste campo, é preciso tomar cuidado também com o revisionismo histórico da nossa época, expresso muito em obras de arte, em especial filmes e séries que reinterpretem momentos históricos. O revisionismo histórico é uma prática através da qual um grupo revisita um acontecimento ou período histórico, extrai dele coisas que ali não estiveram, mistura acontecimentos fatos reais com acontecimentos fictícios, reformula discursos ou subverte dados para que um olhar da história justifique uma determinada prática. É um recorte artístico de um acontecimento histórico, e não é e nem deve ser considerado uma perspectiva histórica.

A linguagem oral e a linguagem visual não são de nenhuma forma superiores à linguagem escrita. Como foi analisado ao longo desta dissertação, a comunicação escrita esteve sempre sujeita às intenções de quem as utilizava. Da mesma forma, a comunicação oral e a visual também estão sujeitas à intencionalidade daqueles que as utilizam. É preciso, portanto, exercer um cuidado ao colocarmos as ferramentas do digital como inerentemente boas. Tudo depende da forma como é utilizada. O digital tornou-se parte de nossas vidas de maneira irreversível, mas ele não substitui e nem substituirá o impresso, pois os dois tipos de mídias se tornaram complementares, sendo cada uma delas eficiente em diferentes funções.

Será que o documento audiovisual é capaz de, unido às capacidades de preservação digital, dar mais voz e presença à História Oral de povos tradicionais, e estes conhecimentos, lentamente - talvez nem tanto, considerando a urgência dos desafios contemporâneos - podem

³⁸ O que, na opinião desta pesquisadora, é um equívoco, pois os produtores de conteúdos audiovisuais devem adquirir uma certa consciência e responsabilidade pelos conteúdos que fazem circular, para que, assim como historiadores e cientistas, não reproduzam equívocos do passado na sua fala fílmica.

ser capazes de nos fazer repensar a epistemologia na qual estamos inseridos? Com esta pergunta, voltamos a uma outra pergunta, levantada ainda no capítulo um: o ambiente digital que caracteriza a ecologia de saberes do século XXI é capaz de propagar o pensamento decolonial como alternativa epistemológica viável, diante dos desafios que enfrentamos no contemporâneo?

É isso que discutiremos a seguir, encerrando esta pesquisa unindo a abordagem decolonial proposta ao último estágio da comunicação de notícias a qual chegamos. Depois de passar por diversos contextos históricos nos quais essa comunicação existiu e resistiu.

3.3. O decolonial e o digital: visibilidade para a imprensa negra e a imprensa indígena

Após a abolição da escravidão em 1888, a imprensa negra continuou a desempenhar um papel importante na luta pelos direitos civis, na denúncia do racismo e na promoção da igualdade. Durante o século XX, surgem mais periódicos negros, como *Quilombo* e *A Voz da Raça*. Após o período de redemocratização na década de 80, e com mais força ainda no século XXI, o movimento negro brasileiro assume uma posição política e educativa que impacta significativamente nos currículos escolares, e tem como objetivo combater o racismo e a discriminação racial nas escolas.

Além disso, ressaltam a importância de transformar o ambiente acadêmico a fim de formar professores sob uma concepção que valorize os conhecimentos de origem africana e afro-brasileira para romper com os padrões eurocêntricos de educação. Essa atitude não é adotada apenas como uma perspectiva de oposição à versão oficial, mas principalmente para assegurar a natureza democrática da narrativa da ancestralidade do povo negro africano e brasileiro, que constantemente busca espaço na oficialidade para construir uma "história alternativa" para si.

O Brasil conta com 305 etnias indígenas, distribuídas por milhares de aldeias dispostas por todo o território nacional (FUNAI, 2020) e com 3.054 comunidades quilombolas, devidamente registradas pela Fundação Cultural Palmares, além de outras milhares em processos de identificação antropológica e definições legais (Fundação Palmares, 2019)³⁹. Apesar dos ritos e tradições culturais dos povos originários serem majoritariamente produzidos através da cultura oral, hoje também resistem através da utilização de outras formas de registro de sua cultura.

Na comunicação jornalística, *O Porantim* (Fig. 14) é o jornal impresso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1979, ainda em meio à Ditadura Militar. *O Porantim* tem como objetivo conscientizar a sociedade sobre as questões indígenas e promover a defesa

³⁹ Hoje, é possível considerar que estes dados estejam desatualizados, visto que a Pandemia da COVID-19 causou um represamento dos dados do Censo, e muitos povos originários foram afetados pelo descaso do governo de Jair Bolsonaro para com a proteção da sua cultura e presença no país.

dos direitos humanos e territoriais dos povos originários. Ao longo dos anos, o jornal tem desempenhado um papel importante na divulgação de informações sobre a situação dos povos indígenas e na mobilização da opinião pública em relação a essas questões.



Figura 14. Capa do jornal O Porantim, número 448.

Na sociedade humana, a construção do conhecimento, inclusive junto aos povos originários e comunidades tradicionais, passa por uma comunicação na qual a produção gráfico-textual tem evidência sobre as demais formas e meios, dado suas possibilidades de armazenamento e revisitação ao tempo presente e por gerações descendentes. Contudo, como afirma Bruno Ricardo Pires, especificamente junto aos povos originários e às comunidades tradicionais, a oralidade possui destaque como meio de se comunicar o conhecimento para a produção de novas significações àqueles que recebem o compartilhamento (Pires, 2021, p. 3).

Neste contexto, acrescentam-se as mídias digitais (redes sociais on-line) como veículos pautados nas novas tecnologias da informação e da comunicação, na portabilidade dos telefones celulares e na internet, como novos elementos promotores do acesso à informação, que por sua vez, sustenta a produção do conhecimento. (Pires, 2021, p.3). E, unidos a estes contextos, contemplamos também o conceito da “ecologia de saberes” abordado por Boaventura Santos, colocando o ambiente digital como um ambiente favorável para a discussão e a prática da comunicação decolonial, através da comunicação que se expande oralmente e visualmente.

Na pesquisa de Thomas Petit⁴⁰, o autor afirma que o desafio da integração de recursos tecnológicos nos processos educacionais, do livro ao smartphone, mobiliza pesquisadores e profissionais da educação há anos. De alguns anos para cá, no entanto, as rápidas inovações tecnológicas parecem ter amplificado o desafio inicial. A velocidade do mundo digital deve-se, entre outros fatores, à participação ativa dos usuários, que, além de consumirem, transformam as tecnologias. Segundo o sociólogo, há “uma relação de transformação recíproca entre tecnologia e sociedade” (Petit, 2016, p. 310).

O *smartphone* é o “canivete suíço” da cibercultura, uma vez que reúne várias tecnologias em uma só: telefone, câmera, microfone, GPS, agenda, computador, além dos aplicativos desenvolvidos pelos próprios usuários; nos tornamos, com um computador em nossos bolsos, como “nômades do conhecimento” (Petit, 2016, p. 210). Petit (2016, p. 317) considera que a relação entre tecnologia e educação está mudando, e que os sinais de democratização da internet móvel nos permitem entrever um momento oportuno para práticas e pesquisas nesse campo:

É uma oportunidade de mudança de paradigma esperada há muito tempo na educação, rumo à sociedade em rede, à construção de pontes entre práticas sociais e educacionais, entre contextos formais e informais. Novas dinâmicas pedagógicas estão sendo vislumbradas no horizonte educacional. (Petit, 2016, p. 317)

Entrando no campo da informação que circula *online*, entramos também em discussões mais amplas sobre inclusão digital e democratização da informação, problemáticas estas que tentamos abordar desde o princípio da imprensa. O jornalismo digital atinge um público mais amplo do que a mídia impressa tradicional, especialmente em áreas remotas ou marginalizadas onde o acesso a jornais ou TV pode ser limitado. Também abriu novas oportunidades para meios de comunicação alternativos e um jornalismo horizontalizado que,

⁴⁰ Petit. “Interconexões entre a educação e o smartphone: proposta de um framework contextualizado da aprendizagem nômade”, 2016.

como abordamos, podem fornecer uma plataforma para grupos marginalizados contarem suas próprias histórias e relatarem questões que afetam suas comunidades.

Hoje, é possível incorporar recursos interativos e participativos que permitem que os leitores se envolvam com o conteúdo, compartilhem suas próprias perspectivas e contribuam para o processo de produção de notícias, ajudando a criar um ambiente mais democrático e inclusivo. O jornalismo é descentralizado pelos indivíduos no mundo digital de várias maneiras, e está inserido em um processo de diversificação dos meios de comunicação, e à expansão das redes de comunicação para além dos centros de mídia tradicionais. A participação do público vai além do simples compartilhamento de conteúdo.

Algumas plataformas oferecem a oportunidade de os leitores contribuírem com suas próprias experiências, *insights* e opiniões, enriquecendo o panorama informativo. Blogs, seções de comentários e fóruns proporcionam espaço para debates e diálogos, permitindo que vozes individuais ou grupos direcionados influenciem o discurso público. Essa dinâmica interativa não apenas fortalece a relação entre os meios de comunicação e o público, como também contribui para a criação de um ambiente midiático mais democrático e inclusivo pois, ao permitir que uma variedade de perspectivas seja ouvida e considerada, as notícias tornam-se mais representativas da diversidade de opiniões na sociedade.

Entretanto, é importante considerar os desafios associados a essa interatividade, como a propagação de desinformação e o discurso de ódio: a moderação adequada e a promoção de práticas de verificação de fatos são cruciais para garantir que a participação do público contribua positivamente para a qualidade e a confiabilidade do jornalismo.

Assim, a capacidade de envolver os leitores de maneira interativa e participativa na produção e disseminação de notícias tem o potencial de transformar a mídia em uma ferramenta mais poderosa e democrática, onde diversas vozes têm a oportunidade de moldar e influenciar o discurso público. Além disso, como também abordado anteriormente, incorporar a tradição oral no jornalismo brasileiro pode ser uma forma de ampliar a diversidade de vozes e perspectivas na cobertura jornalística, especialmente em comunidades tradicionais e povos indígenas que possuem saberes transmitidos oralmente. Por exemplo, por meio da produção de reportagens e documentários que utilizam a técnica do *storytelling*, ou seja, a contação de histórias que envolvem o público e permitem uma conexão emocional. A colaboração e o diálogo são fundamentais para uma cobertura jornalística mais inclusiva e responsável.

Se faz necessário usufruir das ferramentas tecnológicas do século XXI para lidar com o passado. É possível construir uma História da Ciência que dialoga abertamente com o campo das humanidades digitais, na necessidade de entender melhor os discursos que circulam no contemporâneo, e identificar quais aspectos desses discursos continuam ou descontinuam ideias propagadas no nosso recente passado colonial, capitalista e eurocêntrico.

Sem nunca abandonar o rigor filosófico e científico, a História da Ciência pode interagir com outras áreas de conhecimento, sem ter se transformado numa colcha de retalhos. De fato, um espaço independente para a crítica do conhecimento científico através da interdisciplinaridade. (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 88)

Acredita-se ser necessário unir forças entre a pesquisa teórico-historiográfica e a prática do contexto no qual nos inserimos, derrubando as barreiras levantadas entre áreas do conhecimento, para enfrentar os desafios do século XXI, que arrastam consigo debates não resolvidos de outros tempos e outros contextos. Quais são os desafios do século XXI, que se apresentam diariamente para todos aqueles que estão preocupados com que tipo de futuro construiremos daqui para frente como Humanidade?

Começemos por aquela que escancara nossas portas cotidianamente: a emergência climática é global, e em geral, é a população negra que vive nas zonas de maior risco. Os impactos do colapso global estão sendo sentidos em todos os territórios e localidades, mas são majoritariamente as populações negras que vivem nas áreas periféricas, baixadas, ressacas e favelas do país, que estão vivendo tragédias por conta dos impactos dos grandes volumes de chuvas em pouco espaço de tempo, destruindo casas, ruas e vidas a cada evento climático.

Acredita-se que negar o racismo ambiental é negar a realidade da vida nas periferias das grandes cidades, e é negar desigualdades territoriais aprofundadas no país desde a colonização. É negar que o Estado brasileiro é tenha sido racista. As políticas de adaptação climática precisam priorizar as áreas que estão em risco, considerar conhecimentos e soluções gerados a partir do território e fatores de perdas e danos para os grupos afetados, bem como promover medidas anti-racistas de sustentabilidade nas cidades e no campo, interconectadas com os demais direitos humanos, como o direito à saúde, à moradia e à educação.

Dito isso, é possível afirmar que não existe luta contra mudanças climáticas sem luta antirracismo, e a comunicação decolonial pode se tornar uma poderosa ferramenta de enfrentamento dos novos desafios que se apresentam para o futuro, incluindo-se neles o combate à desigualdade social, e o enfrentamento do aquecimento global e da crise climática. Por isso, tanto na esfera social, como na esfera política e na esfera educacional, acredita-se que devemos assumir posturas cada vez mais disruptivas para com as bases firmadas a mais de 500 anos atrás, e reforçadas no século XIX e no XX. E a imprensa pode desempenhar um importante papel neste contexto, como já desempenhou anteriormente.

Entende-se que a decolonialidade não é um projeto rupturista, que tenha por objetivo se impor como um novo universal abstrato que substitua e “melhore” as formas de conhecimento atuais. É tão e somente apenas uma outra opção, e clama seu papel na hora de construir possíveis futuros. “Os desafios do presente e do futuro consistem em poder imaginar e

construir uma vez que nos liberamos da matriz colonial de poder e nos lançamos ao vazio criador da vida plena e harmônica” (Mignolo, 2017, p. 20).

Walter Mignolo finaliza afirmando que um dos objetivos da decolonialidade é transformar os termos da conversa, e não só seu conteúdo. Mas, uma vez que nos desprendemos, para onde vamos? Uma opção é nos voltarmos para o resgate de formas de vida e modos de pensamento que têm sido desqualificados pela teologia cristã, e pelos discursos hegemônicos da modernidade (Mignolo, 2017, p. 17).

A descolonização da imprensa no Brasil é um processo complexo. É preciso, primeiramente, reconhecer as formas pelas quais o colonialismo, a escravidão, as revoluções conservadoras, as ditaduras militares, o Capitalismo e outras formas de opressão moldaram a sociedade brasileira, e tomar medidas para lidar com os legados das injustiças produzidas no silêncio e na censura destes eventos repressivos, promovendo também educação e conscientização sobre a diversidade da história cultural do Brasil.⁴¹

A natureza do jornalismo é científica, documental, factual; ao menos, assim se estabeleceu, primando pela objetividade e imparcialidade. O foco na objetividade no jornalismo é baseado na ideia de que a reportagem deve se esforçar para ser justa, precisa e imparcial. Por que se desenvolveu assim? Será devido ao contexto de época em que foi fundado, nas bases do pensamento do século XIX? E, na verdade, existe de fato a parcialidade na forma como as notícias são transmitidas? Quem escolhe o que vai ser publicado? Jornalistas são humanos e trazem suas próprias perspectivas e preconceitos para suas reportagens, seja consciente ou inconscientemente.

A partir da pesquisa levantada, acredita-se que não existe imparcialidade, muito menos em um Brasil fabricado a partir do ponto de vista europeu - portanto, parcial desde o princípio. O jornalismo parcial pode dar voz a grupos marginalizados, e lançar luz sobre injustiças e desigualdades que, de outra forma e por outras lentes, poderiam passar despercebidas na circulação de notícias. A crítica e análise dos discursos por trás das notícias são aspectos importantes em um jornalismo decolonializado, e há uma crescente incorporação de uma variedade de perspectivas e vozes nas reportagens.

A mídia brasileira não tem razão para neutralidade enquanto houverem os níveis de desigualdade social e preconceito racial que existem no país até hoje. A notícia precisa se adaptar ao seu público, e não o contrário. O público contemporâneo é diverso, e aprende de diferentes formas: escritas, orais e visuais - e, muitas vezes, todas as três juntas. Assim, diante de todo o apanhado histórico levantado, termino este capítulo com uma pergunta: como trabalhar frentes interdisciplinares em prol da construção de uma comunicação decolonial que abranja a todos, e que contribua no pensar de novas formas de viver em sociedade?

⁴¹ Dentro dessas medidas, é também essencial reconhecer as formas pelas quais a degradação ambiental e as mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as comunidades marginalizadas no Brasil, e tomar medidas para lidar com essas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É esse o mundo em que você quer viver? Um planeta em chamas, com eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, ilhas de luxo privadas em meio a oceanos de pobreza, magnatas carregando a política no bolso enquanto o fascismo ganha força explorando a ansiedade, o desespero e o niilismo gerados pelo próprio capitalismo? Será que não somos capazes de fazer algo melhor juntos?”

(ABC do socialismo, 2023)

Após a extensa pesquisa abordada, tem-se então algumas considerações importantes, que servirão de base ou apoio para novos trabalhos, mas que se estabelecem como finais para esta pesquisa de mestrado.

Em cada período histórico e em cada contexto de época, diferentes autores produziram e reproduziram em seus escritos uma forma de se pensar a História, sempre sujeitos ao contexto de suas épocas e a como a ciência era pensada no período em que escreviam. O papel do historiador da ciência é de, em parte, identificar esses discursos e realizar uma leitura crítica, trazendo com ela algumas possíveis contribuições para os desafios do pensamento científico de nossa época. Compreende-se que saber interpretar a historiografia de tal forma nos auxilia para que construamos uma fala científica e um trabalho científico mais conscientes, sem que corramos risco de repetir equívocos cometidos no passado - sem nem perceber o que estamos reproduzindo.

É na orientação do nosso discurso científico, manifesto em nossos artigos e trabalhos de pesquisa acadêmicos⁴², que se faz presente o entendimento e a interpretação epistemológica das correntes historiográficas das ciências. E por que nos é útil e importante tomar consciência de qual discurso estamos reproduzindo ou criando? Porque é a partir dos discursos, do trajar da linguagem através da história que se formula, em cada contexto de época, como a ciência é vista pela sociedade, como o homem se relaciona com a natureza, e o Como e o Por que de alguns conceitos permanecerem, enquanto outros desaparecem.

Assim, com estas esferas de análise em mente, a pesquisa procurou trazer à superfície alguns momentos específicos da história nos quais determinados conceitos regeram as ações dos homens. Estes conceitos são, em sua grande maioria, uma série de “ismos” derivados dos processos históricos de formação do mito das nações europeu, que ocorre logo após a queda de Roma e o fim do sistema feudalista, e são estes conceitos que formulam as ideias modernas de “Ordem” e de “Progresso”.

Apesar de terem sido estabelecidas pontes entre o passado e o presente destes conceitos, é preciso levar em consideração que cada conceito está contido dentro de um

⁴² Pesquisa esta sem a qual não se levanta uma universidade, e sem a universidade não se formam pensadores, questionadores e disseminadores com adequada formação epistemológica, metodológica e didática para saberem compreender, questionar e disseminar o conhecimento que está preservado dentro das instituições de ensino.

contexto histórico e de uma teoria epistemológica, ou cosmovisão de mundo. “A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim aos seus desejos e esperanças.” (Bosi, 1992, p. 377).

Como vimos, a invenção da prensa se conecta ao início do capitalismo mercantil e às navegações, marcando uma era de transformações profundas na história da humanidade. A disseminação da imprensa de Gutenberg, no século XV, desempenhou um papel crucial na democratização do conhecimento, permitindo a produção em massa de livros e a disseminação de ideias de maneira antes inimaginável. Essa revolução na comunicação coincidiu com a ascensão do capitalismo mercantil, alimentando o florescimento da economia de mercado e facilitando a circulação de informações que impulsionariam as chamadas Grandes Navegações. Juntos, esses eventos não apenas remodelaram a geografia e a economia globais, mas também moldaram a mentalidade da sociedade, abrindo caminho para uma nova era de trocas culturais e avanços científicos que caracterizariam os séculos seguintes.

Por outro lado, a mentalidade exploratória do colonialismo e do Capitalismo também provocam o epistemicídio da população indígena e o tráfico e escravização de povos afrodescendentes trazidos à força para o país. Esses processos perduram até o século XIX, quando novas frentes de pensamento surgem para dar voz a novos momentos na política de diversas nações. O Positivismo influenciou muito a imprensa no Brasil, e acaba por se tornar justificativa para um projeto republicano para o país, que se soma a movimentos abolicionistas pelo interesse comum de pôr fim à Monarquia. Esse Republicanismo se mescla a um militarismo e, uma vez proclamada a República, se une a um Imperialismo, ou neocolonialismo⁴³, que marca a virada do século XIX para o século XX, e que perdurará e justificará ainda duas guerras mundiais na Europa ao longo do século.

O que se observa a partir das histórias levantadas é que a prensa foi instrumentalizada por classes diferentes e por razões diferentes e com discursos diferentes no século XVI na Europa, e no século XIX no Brasil. Diferentes usos de um instrumento científico levam a diferentes resultados: na imprensa positivista brasileira, os jornais e periódicos participavam ativamente das discussões sociais e políticas, e vimos também como uma imprensa negra circulava clandestinamente enquanto a escravidão fora legalizada no país. No entanto, o que também se observa é a manutenção de um conservadorismo no discurso jornalístico, que ainda procura proteger classes sociais privilegiadas e dominantes.

Sucessivos golpes de estado tornaram o Brasil multifacetado, com uma historiografia que sempre abordou a visão golpista, e não daqueles que foram golpeados: os povos originários, os povos negros trazidos da África, os ex escravizados após 1888, os

⁴³ A ideia de que outra cor de pele vai fazer de você outra coisa é a produção de um dispositivo colonial para separar humanos de menos humanos, e essa acompanha a expansão capitalista e se atualiza durante as revoluções industriais, com outros nomes: Imperialismo, Facismo, Nazismo.

trabalhadores marginalizados no capitalismo industrial a partir do século XX, e, no atual século, os trabalhadores informais que sobrevivem às margens do capitalismo informacional.

A maioria das pessoas que vieram pro brasil até mais ou menos o século XVIII eram pessoas negras. Estas pessoas foram, junto aos povos originários, a verdadeira fundação do Brasil. No entanto, a estrutura brasileira mudou muito pouco desde a invasão do território até o século XXI. Por que a base social brasileira é composta majoritariamente por mulheres negras? Porque as comunidades indígenas continuam sob ataque constante? Por que os piores empregos são reservados a estes corpos? Quem tem mais ou menos acesso a serviços públicos? O governo brasileiro, desde sempre, reflete a cultura da branquitude que vem da europa e de outros países, como os Estados Unidos. Em outras palavras, reflete o discurso da binarização e da racialização do mundo, um discurso no qual a modernidade européia firma suas bases e justifica inúmeros epistemicídios.

O Brasil ecoa uma cultura que não lhe pertence, e opera numa lógica neocolonial de superexploração da sua força de trabalho. No século XXI, vemos a continuação do mesmo sistema, na ascensão do neofascismo, a descoberta de um possível colapso climático, e um possível fim das condições de vida humana no planeta. O metabolismo do sistema e o metabolismo do planeta estão em desalinho; o naufrágio está sem espectadores⁴⁴ (Rossi, 2000). Se faz necessário, portanto, repensar nossas possibilidades, capacidades e enquadramentos históricos para a construção de novas narrativas sobre a realidade.

Entrando na era digital, a oralidade e a visualidade marcam a comunicação no ambiente digital, e são capazes de dar voz a grupos que não tiveram voz por 500 anos, bem como dão espaço para antigos e novos conhecimentos serem compartilhados. São novas ideias para se pensar a nossa realidade. Para que isso ocorra, é necessário que exista uma união da teoria que estuda estes discursos historiográficos, com a prática dessa propagação destes discursos nos meios de comunicação em massa.

Supõe-se, com a pesquisa levantada, que a ferramenta digital pode ser uma perpetuação da cultura colonial, como também pode configurar uma ruptura, e ajudar a propagar ideias decoloniais. Tudo depende da forma como se utiliza esta ferramenta, e por quem a utiliza, da mesma forma como ocorria com a prensa. Depende do discurso por trás do uso da ferramenta, o que se reduz a uma questão de linguagem, de criar novos conceitos, que buscam suas aplicações na prática.

A formação humana é mediada por discursos, na medida em que somos inseridos em uma ordem simbólica que nos antecede. As teorias são como lentes que colocamos em uma câmera para ver a realidade e, dependendo da lente dessa câmera, conseguimos focar em algumas coisas e desfocar outras. A partir do momento que temos uma palavra específica para dar cabo de uma realidade, nos tornamos assim capazes de enxergar essa realidade a partir

⁴⁴ Rossi, Paulo. *Naufrágio sem Espectador*, 2000.

de uma nova perspectiva. Por isso, é essencial uma compreensão conceitual da realidade na qual nos inserimos. Pois esse entendimento sobre o discurso por trás das teorias é uma ferramenta que nos instrumentaliza para decodificar essa realidade - e de, possivelmente, como historiadores da ciência, decodificar também como a humanidade se configura e se apresenta em locais e tempos diferentes.

Nem tudo que surgirá de novo a partir de uma ruptura caberá dentro de uma nova forma, pois as verdades científicas vão e voltam, mas nunca voltam do mesmo jeito que foram: mudam-se os tempos, mudam-se as noções epistêmicas de ciência, e muda-se essencialmente a linguagem que se utiliza para descrever os fenômenos. As fontes de referência mudam junto ao contexto histórico para se adaptarem aos mesmos. A todo momento, vemos alguma descoberta da ciência que vai transformando o mundo, e que vai se apropriando do contexto no qual se insere. Porém, o que se observa é que também subverte-se a sua linguagem e o seu discurso, e, se outros grupos se empossarem e se instrumentalizam de uma invenção ou instrumento científico, esse instrumento também pode abrir portas para uma superação de formas de dominação anteriormente aplicadas.

A ciência moderna, considerada neutra e perfeita, esteve impregnada dos conceitos abordados neste trabalho (racismo, eurocentrismo, colonialismo, capitalismo). É um exemplo perfeito de como diferentes discursos levam a diferentes usos de uma tecnologia ou de uma ciência. Isso porque, apesar de a Modernidade ter se configurado como uma visão de mundo que oprimiu culturalmente diversos povos, ao mesmo tempo trouxe inúmeros avanços para a Medicina, a Matemática, a Psicologia, dentre inúmeras áreas do conhecimento, e é um modelo de ciência que existe até hoje em diversas frentes da sociedade, institucionalizado no mundo moderno-contemporâneo no qual estamos inseridos.

De forma similar vemos a imprensa, que apesar de surgir e permanecer em um contexto de dominação cultural, também acaba se tornando uma forma de quebra desse contexto, de outros tipos de resistência. Uma ferramenta que, se utilizada por outros grupos que não aqueles que a disseminaram, se torna uma defesa.

Por um lado, a dominação da leitura através da prensa foi utilizada pelos europeus como um instrumento de dominação de povos originários, começando pelo uso da bíblia na doutrinação de indígenas e do epistemicídio da sua língua, seus costumes, suas lendas e seus valores. Mas, por outro lado, esse mesmo hábito de leitura também pôde ser utilizado como uma forma de resistência contra estas mesmas forças de dominação européia. Essa instrumentalização da prensa é assumida não só pelos povos originários do Brasil, mas também pelas populações afrodescendentes escravizadas, que, ao longo do século XIX, circulavam jornais clandestinos e falavam de abolição muito antes de 1888.

Hoje, no entanto, há dados que são óbvios e alarmantes: um conjunto de crises políticas, econômicas e sociais está gerando uma única e massiva crise ecológica global. Povos originários e comunidades tradicionais viveram por centenas e milhares de anos em

convívio harmonioso com o meio ambiente ao seu redor, preservando-o como se fosse parte da sua memória e história. O que produz e tem produzido a séculos o desequilíbrio ambiental é a mentalidade exploradora do capitalismo. Acredita-se que o modelo econômico no qual vivemos hoje é, para os desafios da nossa época, ilógico e insustentável, e chegamos a um ponto onde precisamos decidir, como um coletivo de humanidade, se mudamos o sistema, ou se aceitaremos a destruição do planeta em questão de décadas. Acredita-se que ainda não há conversas suficientes sobre reformular as nossas ideias de “ordem” e de “progresso”.

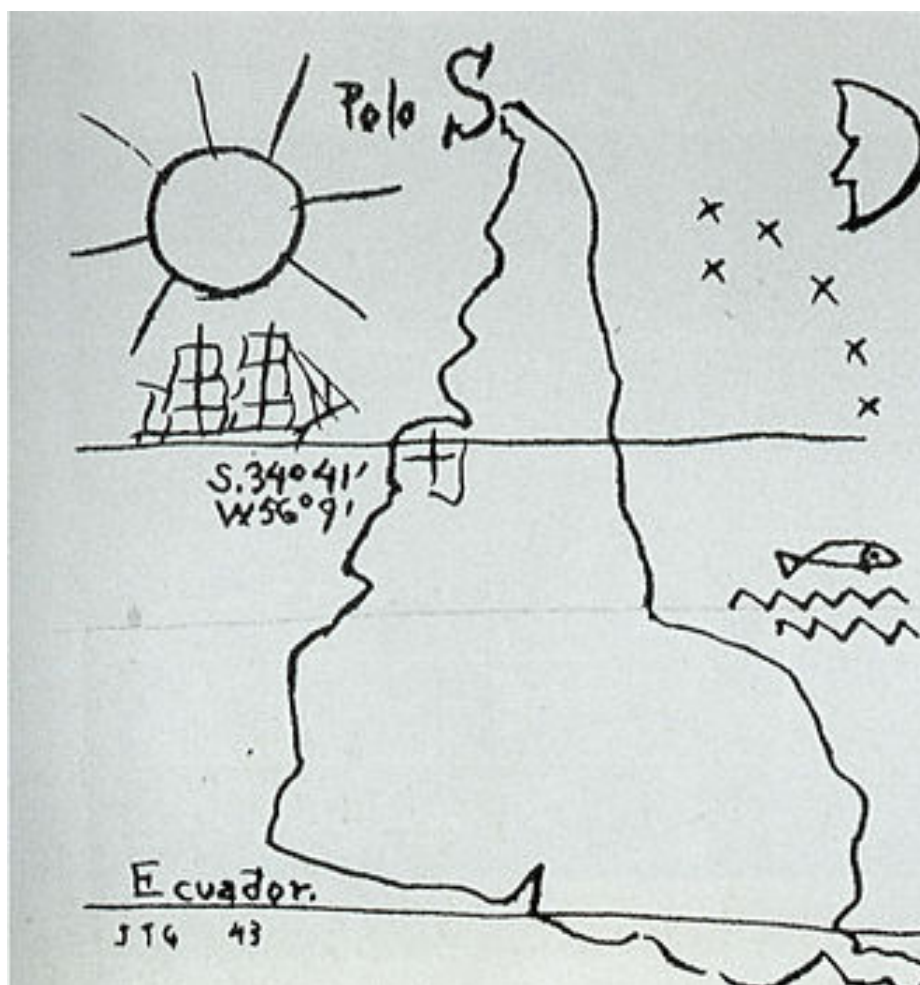


Figura 15. *América Invertida* é um desenho de 1943 do artista hispano-uruguaio Joaquín Torres García.

Procuramos sempre o Norte, e não o Sul abaixo da linha do equador. O Norte é o referencial; é para lá que aponta a flecha do tempo⁴⁵, e é para lá que aponta a ideia de “progresso”. Isso faz parte da visão de mundo eurocêntrica: até o céu das Américas foi colonizado. É preciso dar um novo sentido para esse Sul, e a bússola do Brasil deve, por vezes, apontar para lá, e não para o Norte (Fig. 15). Neste ponto de vista, “a América Latina não tem passado nem presente; é um projeto de futuro” (Quijano, 2005).

⁴⁵ A flecha do tempo é um conceito desenvolvido em 1927 pelo astrofísico britânico Arthur Eddington, e postula a ideia da direção de mão única e assimétrica do tempo.

Conclui-se com esta pesquisa que, para começo de uma conversa sobre comunicação decolonial no jornalismo brasileiro, é preciso voltar para as fontes que foram jogadas no lixo pela Modernidade. Primeiramente, no âmbito acadêmico, onde devemos ser capazes de descolonizar nossas personalidades científicas, enegrecendo e diversificando nossa busca por autorias na hora de realizar uma pesquisa acadêmica. Segundamente, fora dos portões da academia e na comunicação de maneira geral, em uma outra linguagem, e com um outro discurso, mas com a mesma intenção de procurar conscientizar as pessoas acerca dos pormenores da história conceitual por trás da imprensa brasileira.

Além disso, uma interdisciplinaridade entre a área da Comunicação e a área da História da Ciência se faz essencial na divulgação científica do resgate dessas fontes de documentação, deixadas de lado pela visão de mundo eurocêntrica. Relembrando a afirmação de Elizabeth Eisenstein sobre o começo da prensa na Europa: a melhor forma de preservar dados consistia em torná-los públicos (Eisenstein, 1998).

A filósofa e escritora Suely Rolnik, ao fim de seu trabalho “Esfera das Insurreições” (2019), escreve dez sugestões para uma contínua descolonização do inconsciente, e, dentre elas, inclui que é preciso “ativar e expandir o saber eco-etológico ao longo da nossa existência” (Rolnik, 2019, p. 195). Ou seja, de se compreender, na condição de ser vivo que convive em sociedade, que se pertence a essa mesma condição e a compartilha com outros elementos que compõem o corpo vivo da biosfera, na construção de uma outra relação com a natureza.

Rolnik sugere também “não ceder à vontade de conservação das formas de existências”. Há sempre uma pressão que se exerce contra a vontade de potência de vida em seu impulso de produção de diferença, e é necessário, segundo a autora, atualizar o mundo virtual, “permitindo que as formas agonizantes acabem de morrer” (Rolnik, 2019, p. 196). Por fim, sua décima sugestão consiste em “praticar o pensamento em sua plena função ético-estético-clínico-política”. Isto é, reimaginar o mundo “em cada gesto, palavra, relação com o outro, modo de existir”. (Rolnik, 2019, p. 197). Portanto, pensar e produzir em uma comunicação decolonial significa também repensar conceitualmente os discursos que reproduzimos e, com isso, aprofundarmo-nos teoricamente de nossa realidade e tomarmos consciência das histórias do Brasil que não foram contadas.

A ciência se constitui da sociedade com a qual interage, da gama de teorias e documentos que possui, e de uma parcela do inesperado - aquilo que está fora dos moldes. Nem tudo cabe dentro de uma forma - mas isso também pode ser uma forma (ou modelo) de um fazer-ciência.

A grande maioria dos estudos decoloniais é muito recente. Muitas delas se confirmam e são aceitos, assim como outros se aprofundam. Ainda assim, é preciso resgatar esses autores e estes modelos epistemológicos, e criar uma teoria para essa prática decolonial no cotidiano da comunicação de notícias. Acredita-se que a teoria da prática precisa existir, ainda que seja recente - ou, ao menos, que recentemente tenha ganhado destaque e seja mais disseminado.

O que quero dizer com a necessidade de uma teoria da prática? Afirmar que tudo é teoria e conceitos é o risco de cair em uma ideia de que a ciência é previsível, linear e contínua. Por outro lado, afirmar que tudo é feito do contexto, e que é preciso romper com o passado para construir um presente diferente, é correr o risco de se perder a referência, correndo assim o risco de repetir equívocos do passado. A teoria e a prática precisam andar juntas. Todo esqueleto epistêmico/estrutura de conhecimento tem algum ponto de comparação na História, e precisa ser colocado à prova na sociedade.

A ideia do projeto decolonial não é abandonar toda epistemologia formulada até aqui, mas sim remodelar, de acordo com novas práticas que estejam alinhadas com os complexos desafios contemporâneos que estão sendo enfrentados. A descolonização da imprensa é o processo de desafiar perspectivas eurocêntricas e colonialistas que historicamente dominaram o cenário dessa mídia, bem como os preconceitos implícitos que muitas vezes estão embutidos na cobertura da mídia que perpetuaram as narrativas colonialistas e marginalizaram a história e a cultura de povos afrodescendentes e de povos originários das colônias. Uma comunicação decolonial passaria, portanto, pelo resgate de fontes que foram descartadas por genocídios culturais cometidos em nome dos interesses das elites dominantes.

O efeito da linguagem é a ideia de que, ao falarmos, produzimos uma política, um jeito de lidar com públicos, corpos, vítimas e espaços. A comunicação trabalha diretamente com a produção de conhecimentos através da investigação da linguagem utilizada. Essa linguagem foi consolidada na escrita por muitos anos, mas hoje se expande, se reinventa, se reelabora no ambiente virtual. A comunicação deve ser mais abrangente, vir de todos os lados, e tem essa opção no ambiente digital. Não é mais possível o monopólio de grandes conglomerados: é preciso que utilizemos das novas tecnologias de forma mais ampla e democrática.

Até que um conceito se torne comum, podemos ver a realidade, mas não conseguiremos entender o que estamos vendo nessa realidade. É preciso portanto tornar comum e cotidiana a discussão decolonial. Pensar o futuro se configura, portanto, em pensar em sustentabilidade, mudança cultural, igualdade e subsistência, em diálogo com o que a História nos ensina. Mudar um sistema exige uma mudança de paradigma e pensamento. Se desejamos superar um modelo de vida que se tornou insustentável, precisamos de novas práticas, que nos permitam imaginar outro modo de vida.

A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro Determinismo. só há História onde há tempo problematizado, e não pré dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História.
(Freire, 2004, p. 37)

BIBLIOGRAFIA

Alfonso-Goldfarb, Ana Maria. *O que é História da Ciência?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

Alfonso-Goldfarb, Ana Maria; Márcia Helena Mendes Ferraz; Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa. "Diffuser les sciences dans un océan d'analphabétisme : singularités brésiliennes. In *La science populaire dans la presse et l'édition*, orgs Bensaude-Vincent, Bernadette & Anne Rasmussen, 225-236. Editora CNRS Éditions, 1997. Acessado em 30 de Agosto de 2023. <https://doi.org/10.3917/cnrs.bensa.1997.01>

Bachelard, Gaston. *A formação do Espírito Científico*. São Paulo: Contraponto, 2007.

Bacon, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras interpretações acerca da natureza*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. São Paulo: Mauad X, 2007.

Beltran, Maria Helena Roxo. "História da ciência e história do livro: O papel da imagem como registro de conhecimentos sobre a natureza e as artes na primeira modernidade". *Circumscribere* 15 (2015): 8-18. Acessado em 10 de março de 2023. <https://revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/issue/view/1404>

Beltran, Maria Helena Roxo. "Divulgação de conhecimentos sobre as artes e as ciências: os manuais práticos". In *Anais da XIV Reunião da Rede de Intercâmbios para História e Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas*, orgs Maria Helena Roxo Beltran & José Luiz Goldfarb, 140-146. São Paulo: Livraria da Física, 2004.

Bruno Brasil. "Gazeta de Notícias: jornalão por excelência". *Acervo Digital da Biblioteca Nacional* (2022). Acessado em 30 de setembro de 2023. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-bn-gazeta-de-noticias-jornalao-por-excelencia/>

Bruno Brasil. "O Paiz". *Acervo Digital da Biblioteca Nacional* (2015). Acessado em 30 de setembro de 2023. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>

Bosi, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Caminha, Pero Vaz. “A carta de Pero Vaz de Caminha” (1500). Documento traduzido disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro, Ministério da Cultura. Acesso em https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

Canguilhem, Georges. “O Papel da Epistemologia na Historiografia Contemporânea”. In *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*, org. Georges Canguilhem, 11-27. São Paulo: Edições 70, 1977

Carvalho, Eduardo, coord, Sacchetta, Vladimir, org, José Luiz Del Roio, José Mauricio Oliveira. *As capas desta história: Memória gráfica da resistência à ditadura militar e da democratização (1946-1985)*. São Paulo: Editora Instituto Vladimir Herzog, 2013.

Chartier, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999.

Comte, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*, 1842.

Correia, Ana Lúcia Merege. *História do Livro: A Imprensa e a Cartografia. Acervo Digital da Biblioteca Nacional* (2020). Acessado em 30 de setembro de 2023.
<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/historia-do-livro-a-imprensa-e-a-cartografia>

Dacos, Marin. “Manifesto das Humanidades Digitais”. Publicado originalmente na Revista do Seminário THATCamp, 2012. Acessado em 10 de março de 2022.
<https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>

Dahmer, André. *Quadrinhos dos anos 10*. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2016.

Debus, Allen George. “A ciência e as humanidades: a função renovadora da indagação histórica”. *Revista Sociedade Brasileira de História da Ciência* 5 (1991): 3-13. Acessado em 10 de fevereiro de 2023. https://www.sbhcn.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=37

Debus, Allen George. *El Hombre y la Naturaleza en el Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

De la Peña, Nonny Peggy Weil, Joan Llobera, Elias Giannopoulos, Ausiàs Pomés, Bernhard Spanlang, Doron Friedman, Maria V Sanchez-Vives, Mel Slater; Immersive Journalism: Immersive Virtual Reality for the First-Person Experience of News. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments* 19 (2010): 291–301. https://doi.org/10.1162/PRES_a_00005

Dirceu Fernandes Lopes. “Memória da Imprensa: Resgate histórico do jornalismo brasileiro – parte 1: Dos primórdios até a Proclamação da República”. *Memória da Imprensa: Arquivo de Estado do Governo de São Paulo*, 2008. Acessado em 20 de setembro de 2023. https://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/pdf/colaboracao_memoria_da_imprensa.pdf

Eisenstein, Elizabeth. “As transformações do Livro da Natureza: A Imprensa e o Surgimento da Ciência Moderna”. In *A Revolução da Cultura Impressa - Os primórdios da Europa Moderna*, Elizabeth Eisenstein, 57-107. São Paulo: Editora Ática, 1998

Elison Antonio Paim. “Epistemologia Decolonial: Uma ferramenta política para ensinar histórias outras”. *Revista Humanidades em Rede*, 19 de junho de 2019. <https://hhmagazine.com.br/epistemologia-decolonial-uma-ferramenta-politica-para-ensinar-historias-outras/>

Evaristo, Marcela Cristina. “A oralidade como objeto de ensino-aprendizagem: algumas considerações”. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

Feyerabend, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Unesp, 2007.

Febvre, Lucien & Henri Jean Martin. “As dificuldades técnicas e sua solução. In *O aparecimento do livro*, Febvre, Lucien & Henri Jean Martin. São Paulo: Edusp, 2017.

Fisher, Mark. *É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Franco, Maria Amélia Santoro. "Por uma didática decolonial: epistemologia e contradições". *Educação & Pesquisa*, 48 (2022). Acessado em 14 de julho de 2023. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248240473>

Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Fumikazu, Saito & Maria Helena Roxo Beltran. "Revisitando as relações entre ciência e "techné": ciência, técnica e tecnologia nas origens da ciência moderna". In *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, orgs Paloma Porto Silva & Betânia Gonçalves Figueiredo, 2014.

Gallas, Luciano. "Entrevista com Walter Mignolo: Decolonialidade como o caminho para a cooperação". *Revista do Instituto Humanitas Ensino*, 431 (Novembro 2013). Acessado em 14 de julho de 2023. <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5253-walter-mignolo>

Grendler, Paul. "Form and Function in Italian Renaissance Popular Books". In *Renaissance Quarterly*, ed. Rona Goffen & Albert Rabil Jr., 451-485. Estados Unidos: The University of Chicago Press, 1993.

Haddad, Thomás. "Diálogos entre a história da ciência e a história do livro: considerações preliminares". *Circumscribere* 15 (2015): 1-7. Acessado em 10 de março de 2023. <https://revistas.pucsp.br/index.php/circumhc/issue/view/1404>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Capas e notícias extraídas dos jornais "Gazeta de Notícias", "O Paiz", "Jornal do Commercio" e "Província de São Paulo". Acessado entre março e julho de 2023. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Instituto Imazon. "Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia" (2013). Acessado em 30 de setembro de 2023. <https://imazon.org.br/imprensa/linha-do-tempo-entenda-como-ocorreu-a-ocupacao-da-amazonia/>

Jardim, Helen de Oliveira & Dulce Mari Voss. “Patrimônio negro umbandista dos pampas: decolonialidade e educação antirracista”. *RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade*, 7 (2021). <https://doi.org/10.23899/relacult.v7i3.2261>

Kilomba, Grada. “Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano”. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. In *Grada Kilomba: Desobediências Poéticas*. Pinacoteca de São Paulo, 2019.

Klein, Aline, Bhaskar Sunkara & Victor Marques, orgs. *ABC do Socialismo*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2023

Lander, Edgardo, org. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Argentina: Clacso, 2005.

Le Goff, Jacques. “Documento / Monumento”. In: *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

Losurdo, Domenico. *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2020.

Lustosa, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Maciel, Suely. “História oral e as fronteiras com o jornalismo: A possibilidade metodológica e proposta de um novo fazer”. *Revista PJ:Br - Jornalismo Brasileiro*, 8. (2007). Acessado em 20 de setembro de 2023. https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/artigos8_b.htm

Maia, Bruna Soraia Ribeiro, e Melo, Vico Dênis Sousa. “A colonialidade do poder e suas subjetividades”. *Revista Teoria e Cultura: Drogas: novas abordagens e novos desafios acadêmicos e sociais* 15 n. 2 (2020). Acessado em 20 de setembro de 2023. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2020.v15.30132>

Martins, Ana Luiza & Luca, Tânia Regina, orgs. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

Matos, Julia Silveira; Avila, Luciane dos Santos. Santos, Fernanda. “A escrita de Pero Vaz de Caminha e as características da história moderna para o ensino de história”. *Revista*

Latino-Americana de História, 2, n. 6 (2013): 965-976. Acessado em 20 de setembro de 2023.
<https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/248>

Marx, Karl. “A chamada acumulação primitiva”. In *O capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Mignolo, Walter. “Desafios decoloniais hoje”. *Revista Epistemologias do Sul* n. 1 2017: 12-32. Acessado em 20 de setembro de 2023.
<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>

Miglievich-Ribeiro, Adelia. *Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Dossiê: Diálogos do Sul - Revista de Ciências Sociais* 14 (2014). Acessado em 30 de setembro de 2023. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16181>

Monteiro, Krishna Mendes. *Caio Prado Júnior e o sentido da colonização. Revista Formação Econômica*, Campinas 7 (2001): 83-91. Acessado em 30 de setembro de 2023.
<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/900/05-Krishna.pdf>

Morel, Marcos. “Imprensa Periódica no Século XIX”, s.d. *Acervo Digital da Biblioteca Nacional*. Acessado em 8 de abril de 2023.
<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>

Napolitano, Marcos. *História do Brasil República – da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Pablo Nogueira. “Debates sobre identidade nacional na imprensa brasileira”. *Jornal UNESP*, 26 de setembro de 2022. Acessado em 30 de setembro de 2023.
<https://jornal.unesp.br/2022/09/26/debates-sobre-identidade-nacional-na-imprensa-brasileira-e-m-1822-e-1922-sao-tema-de-mesa-redonda-que-reuniu-historiadores-da-unesp-unicamp-e-usp>

Petit, Thomas & Gilberto Lacerda Santos. “Interconexões entre a educação e o smartphone: proposta de um framework contextualizador da aprendizagem nômade”. *Revista Educação Unisinos* 20 nº 3 (2016): 309-318. Acessado em 14 de julho de 2023.
<https://doi.org/10.4013/edu.2016.203.11043>

Pires, Bruno Ricardo Carvalho. "As redes sociais on-line a oralidade como trilhas de comunicação para a produção e reprodução do conhecimento". *Revista Observatório*, v.7, nº 2 (2021): 1-9.

Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

Premebida, Adriano, Fabrício Monteiro Neves e Jalcione Almeida. "Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens". *Revista Sociologias* 26 (2011): 22-42

Quijano, Aníbal. "Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina". In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*, org. Edgardo Lander. Argentina: Clacso, 2005.

Rolnik, Suely. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

Rossi, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: Unesp, 2000.

Rossi, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. São Paulo: Edusc, 2001.

Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

Spyer, Juliano. *Mídias Sociais no Brasil Emergente*. Londres: UCL Press, 2018.

Williams, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.